

**O USO DA INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO**

Catálogo na Fonte
Elaborado por: Josefina A. S. Guedes
Bibliotecária CRB 9/870

Livro de acordo com a normalização técnica da ABNT

Editora e Livraria Appris Ltda.
Av. Manoel Ribas, 2265 – Mercês
Curitiba/PR – CEP: 80810-002
Tel: (41) 3156 - 4731
<http://www.editoraappris.com.br/>

Appris
editora

Printed in Brazil
Impresso no Brasil

Isabel Cristina de Oliveira Souza
Lídia Brandão Toutain

**O USO DA INFORMAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO
POLÍTICO ELEITORAL BRASILEIRO**

Appris
editora

Curitiba - PR
2018

Editora Appris Ltda.
1ª Edição - Copyright© 2018 dos autores
Direitos de Edição Reservados à Editora Appris Ltda.

Nenhuma parte desta obra poderá ser utilizada indevidamente, sem estar de acordo com a Lei nº 9.610/98.

Se incorreções forem encontradas, serão de exclusiva responsabilidade de seus organizadores.

Foi feito o Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional, de acordo com as Leis nºs 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

FICHA TÉCNICA

EDITORIAL	Augusto V. de A. Coelho Marli Caetano Sara C. de Andrade Coelho
COMITÊ EDITORIAL	Andréa Barbosa Gouveia - UFPR Edmeire C. Pereira - UFPR Iraneide da Silva - UFC Jacques de Lima Ferreira - UP Marilda Aparecida Behrens - PUCPR
EDITORAÇÃO	Fernando Nishijima
ASSESSORIA EDITORIAL	André Luiz Cavanha
DIAGRAMAÇÃO	Jhonny Alves dos Reis
CAPA	Matheus Miranda
REVISÃO	André Luiz Cavanha
GERÊNCIA COMERCIAL	Eliane de Andrade
GERÊNCIA DE FINANÇAS	Selma Maria Fernandes do Valle
GERÊNCIA ADMINISTRATIVA	Diogo Barros
COMUNICAÇÃO	Carlos Eduardo Pereira Igor do Nascimento Souza
LIVRARIAS E EVENTOS	Milene Salles Estevão Misael

À Paulo Roberto de Almeida Souza, com carinho

*Nem todos são capazes de
simplesmente se deixar levar pelo
fluxo da história. Alguns precisam
parar e recolher o que foi ficando pela
margem do rio...*

(Jostein Gaarder)

Que o diga o cientista da informação...

PREFÁCIO

Vivemos, no âmbito da política brasileira, em um sistema representativo. Políticos são eleitos com a incumbência de representar a população nas instâncias de decisões legislativas e executivas. Os primeiros, criando leis que defendam os interesses da maioria e das minorias, e os segundos, criando e implantando ações que visam ao bem-estar e uma ótima qualidade de vida dos brasileiros.

Como todo sistema representativo, o nosso também deve oferecer formas para que os eleitores possam fazer suas escolhas com base em adequadas, coerentes e verdadeiras (embora esses termos deem margem a muita discussão) informações. Sem elas, informações, a opção pelos políticos que nos representarão será realizada e sustentada por um desconhecimento das ideias, concepções e visão de mundo deles. Essa situação acarreta a eleição de políticos que não representam os interesses e necessidades de seus eleitores.

A legitimidade de um político passa, necessariamente, pelo conhecimento que seus eleitores possuem das ideias que defende. Escondê-las, omiti-las, escamoteá-las, ou outras formas de desinformação, tornam uma eleição ilegítima, pois foi embasada em uma fraude ética. Inúmeras artimanhas são facilmente observáveis durante o período de propaganda eleitoral, seja ela formalizada e idêntica para todos, seja em ações pessoais dos candidatos.

Muitos dos deputados federais, deputados estaduais e vereadores, dentro da política eleitoral vigente, são eleitos com um número pequeno de votos, menor do que os recebidos por outros candidatos de outros partidos. Isso se dá por causa do quociente partidário e quociente eleitoral. A ideia que sustenta tal situação é a de que os partidos possuem posições políticas claras e as seguem em todas as ações dos parlamentares filiados a eles. Conhecendo tais posições políticas, os eleitores possuiriam informações que possibilitariam a relação entre suas concepções, as do partido e

as dos políticos que aqueles pertencem. Seus votos, assim, seriam mais conscientes e os eleitos representariam, de fato, suas ideias e concepções. No entanto o que se observa com constância é uma contradição entre o que se veiculava no período de campanha eleitoral e as posições dos políticos eleitos no parlamento.

As reflexões e discussões sobre essa temática fazem parte dos interesses da área da Ciência da Informação, uma vez que está ela envolvida na sociedade, tanto como sujeito quanto objeto dos fenômenos e acontecimentos que envolvam a informação e o conhecimento.

Discordando dos conceitos sobre Sociedade da Informação e Sociedade do Conhecimento, principalmente porque defendo que vivemos sob um sistema capitalista que se utiliza da informação, do conhecimento, da ciência e da tecnologia para se manter – apesar dessa discordância, creio que é clara a importância da informação na sociedade atual. Na Ciência da Informação a temática que abrange a informação no âmbito eleitoral é pouco explorada, em especial porque ela possui pontas e arestas que se apresentam como difíceis de serem trabalhadas pelo pesquisador, por exemplo, a informação a ser estudada deve se ater apenas as oriundas de documentos formais e registrados? Informação oral, aquela transmitida pelos eleitores, uns para os outros, de difícil análise, também faz parte dos interesses da pesquisa? Há muitas outras arestas e pontas que exigem um olhar crítico do pesquisador.

Pesquisar o ciclo de vida da informação torna-se uma ação mais complexa quando se inclui, além da informação escrita, também a informação visual. As linguagens são diferenciadas e exigem do pesquisador uma fundamentação teórica mais ampla, que possibilite uma adequada sustentação das análises empreendidas por ele.

O trabalho desenvolvido por Isabel Cristina de Oliveira Souza, fruto de sua dissertação de mestrado junto à UFBA, sob orientação de Lídia Maria Batista Brandão Toutain, e que agora está sendo publicado como livro, tem como temática e interesse básico a

análise do ciclo de vida da informação dentro do processo eleitoral brasileiro. Mais: sua abordagem não está restrita a informação escrita, mas envolve também a informação visual. Em campanhas eleitorais esse último tipo de informação, visual, é tão importante e interfere em igual medida quanto a informação escrita.

Vale salientar o destaque dado para a análise e significados dos símbolos dos partidos políticos brasileiros. Os eleitores tendem a reconhecer os símbolos de alguns partidos, mas sem questionar os significados dos elementos escolhidos na composição deles.

Além de uma ampla base conceitual, claramente evidenciada em uma rápida análise da literatura presente nas Referências, o livro utiliza-se da eleição presidencial de 2014 como um de seus exemplos analisados. Apesar da proximidade e do envolvimento pessoal no objeto de estudo, tanto por parte da autora como por parte da orientadora, os resultados obtidos da análise dos dados coletados apontam para um distanciamento possível – dado que a imparcialidade total do pesquisador é impossível – e para um olhar crítico e sério.

O ciclo de vida da informação dentro do processo eleitoral brasileiro é amplamente estudado e os resultados obtidos em muito contribuirão para a área da Ciência da Informação.

Como pesquisador da área e interessado, entre outros, pelo tema desenvolvido neste trabalho, registro a honra em ter participado da banca de defesa da dissertação que agora se apresenta em livro e, em especial, pelo aprendizado que resultou da leitura da pesquisa. Tenho certeza de que, como eu, os leitores também ampliarão seu universo de conhecimento a partir das reflexões, análises e discussões presentes neste livro.

Oswaldo Francisco de Almeida Junior

Professor associado da UEL; professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Unesp; professor colaborador do Programa de Mestrado Profissional em Biblioteconomia da UFCA.

APRESENTAÇÃO

Eis o fruto do trabalho desenvolvido pelos protagonistas de mais de 150 anos de história. Todavia a História não é o objeto e, sim, um dos componentes plurivalentes do objetivo precípua da pesquisa que originou este livro. Reconhecemos ter sido curto o tempo disponível para a elaboração das análises que realizamos ao interpretar as linguagens verbais e não verbais contidas na produção, circulação e uso da informação no processo político eleitoral brasileiro. Contudo isso não nos impediu de construir um olhar sobre o tema proposto, mesmo ante a avalanche de material disponível.

Nesse sentido, buscamos apreender experiências histórico-sociais que muitas vezes passam despercebidos, por fazerem parte de conteúdos considerados óbvios e, já há muito, como parte do pensamento histórico do cotidiano.

Permitam-nos sublinhar que, por se tratar de um estudo panorâmico, a inferência, ou seja, uma dedução lógica, foi utilizada no intuito de atingirmos uma redação textual agradável e menos formal que a linguagem acadêmica, originalmente utilizada na obra em seu contexto original de dissertação de mestrado. Em decorrência disso, algumas adaptações e pequenas modificações foram adotadas para melhor compreensão dos enunciados.

A todos os que tiverem contato com esta obra, dedicamos o tempo e o esforço para sua elaboração.

Salvador (BA), 2018

Isabel Cristina de Oliveira Souza

LISTA DE SIGLAS

- ABI – Associação Brasileira de Imprensa
- ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
- ABRAJI – Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
- ADP – Ação Democrática Parlamentar
- AIB – Ação Integralista Brasileira
- CGI – Comissão Geral de Investigação
- CGT – Comando Geral dos Trabalhadores
- CPC – Centro Popular de Cultura
- CSN – Conselho de Segurança Nacional
- DEM – Democratas
- DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
- DOPs – Departamento de Ordem Política e Social
- FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
- FHC – Fernando Henrique Cardoso
- IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBOP – Instituto Brasileiro de Opinião Pública
- IIB – Instituto Internacional de Bibliografia
- MIT – Instituto de Tecnologia de Massachusetts
- NITICs – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.
- PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PP – Partido Popular
PPS – Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRP – Partido Republicano Progressista
PROS – Partido Republicano da Ordem Social
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT – Partido dos Trabalhadores
PTN – Partido Trabalhista Nacional
PV – Partido Verde
RBU – Repertório Bibliográfico Universal
SINTEPAV – Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada na Bahia
SNI – Serviço Nacional de Informações
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
1	
PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO ELEITORAL NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS	29
2	
PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930).....	41
2.1 MUDANÇAS DO PERFIL DO ELEITORADO NO SÉCULO XX	49
3	
A INFORMAÇÃO NO GOVERNO VARGAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS: PRIMEIRO PERÍODO	59
3.1 SEGUNDO PERÍODO DO GOVERNO VARGAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS.....	80
4	
OS GOVERNOS POPULISTAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS	85
5	
O GOVERNO MILITAR E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS.....	93
5.1 OS LIVROS E O REGIME MILITAR.....	102
6	
A INFORMAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS	107
6.1 A INFORMAÇÃO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002).....	110
6.2 A INFORMAÇÃO NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2002-2010).....	113
7	
A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL NA ERA VIRTUAL	117
8	
A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL E AS PESQUISAS DE OPINIÃO	129
9	
OS SÍMBOLOS ELEITORAIS NO BRASIL NA ATUALIDADE	133
10	
DECIFRANDO ALGUNS CÓDIGOS NÃO VERBAIS DE CAMPANHAS: A IMAGEM DO CANDIDATO	139
10.1 A IMAGEM PÚBLICA E AS CHARGES.....	140
10.2 A IMAGEM DO CANDIDATO: ENTRE O DISCURSO E O VISUAL	141
10.3 A IMAGEM E O VOTO IDEOLÓGICO: O VOTO ÉTNICO.....	142
10.4 O VOTO IDEOLÓGICO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NEGRA BRASILEIRA..	146
10.5 O VOTO IDEOLÓGICO: TEOLOGIA E POLÍTICA.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS.....	155
ANEXOS.....	167

INTRODUÇÃO

Neste atual contexto social de um mundo cada vez mais globalizado e, tecnologicamente conectado, podemos, dentro de uma discussão semântico-discursiva, conceituar a Ciência da Informação dentro da sua forma mais clássica que a define como uma ciência que tem como objeto a produção, organização, seleção, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transferência e uso da informação. E é o reconhecimento desta afirmação, por parte de um grande número de pesquisadores, que nos legitima a utilizar este conceito como base de estudo dos elementos fundamentais para mudanças significativas, relevantes, duradouras e de diferencial competitivo como é o caso dos pleitos eleitorais. Dentro dessa reflexão, Barreto (2007, p. 27) propõe que “com o foco na relação da informação e do conhecimento modificou-se a importância relativa das gestões de estoques de informação passando-se a apreciar a ação da informação na coletividade”. Para Gomes (2014), conhecimento, vai além, é o que resulta do esforço de comunicação. Ela admite que nós não construímos esse conhecimento sozinhos. Sublinha que o que sabemos é obra do que aprendemos, compartilhamos ou adquirimos de outros pensadores. Finalmente, conclui que é nesse processo de interação e interlocução que se desenvolve o conhecimento de cada um, quando imbuídos no esforço de compartilhar.

É interessante observar que, do ponto de vista epistemológico, a Ciência da Informação enfrenta as mesmas barreiras enfrentadas pelas ciências ditas, ciências novas. A informação, como um dos pilares da Ciência da Informação assume, segundo Kobashi (2003, p.7), importância primordial na cultura contemporânea. Todavia é fundamental, segundo a autora, que se identifique na informação o seu objetivo específico. Algo que substitua, de forma compreensiva, as explicações “mecânicas e funcionalistas”

que, apesar de largamente difundidas, tem produzido mais “dúvidas e imprecisões que soluções”. Em face desta afirmação, a autora acrescenta que “o passo fundamental para propiciar a aludida compreensão é explorar os traços característicos da informação”. Claro que obedecendo aos critérios do contexto contemporâneo. Assim ela enfatiza que “ao contrário do bem material, a informação é um bem simbólico, porque se elabora, organiza e circula no interior da linguagem”. Pelo que se observa que atualmente a Ciência da Informação ainda divide as opiniões acerca das bases epistemológicas dos profissionais que estão inseridos em sua área.

Todavia, vamos nos ater aqui ao analisado por Capurro (2003, p. 7) quanto à abordagem paradigmática dessa ciência: a primeira versa sobre o paradigma físico pelo qual se observa o contexto tecnológico da área. Sobre tudo que envolve as tecnologias da informação, focando basicamente nos sistemas informatizados juntamente com suas máquinas para processamento e avaliação de informação. A segunda versa sobre o paradigma cognitivo que se reporta ao usuário de forma individualizada, sem se ater ao seu contexto social comunitário ou do meio ao qual ele faz parte. O terceiro é o paradigma social que também se reporta ao usuário, porém, neste contexto, já há uma preocupação em analisá-lo em seus processos cognitivos. Há uma preocupação com o contexto social onde ele está inserido. Por isso esse paradigma também é classificado por alguns pesquisadores como sócio cognitivo.

Logo, faz-se necessário apontar neste trabalho esta discussão dentro destes anos do século XXI, voltados que estão para a preocupação com as transformações da informação e das tecnologias da informação e comunicação que a cercam.

Outro discurso abrangente, e que não pode ficar de fora, trata do caráter intrínseco de interdisciplinaridade que envolve a Ciência da Informação. É fato de que toda ciência pode dialogar com outra sem perder suas características próprias. Ela precisa desse diálogo

para uma identidade comum e até para legitimar suas características básicas. Porém, há um trânsito apenas dentro das afinidades. E essa é uma das características mais contributivas da Ciência da Informação: a capacidade que ela tem de se integrar com o meio sem perder as suas características próprias (FIALHO, 2012).

Portanto, dentro desse contexto de interdisciplinaridade, escolhemos para ilustrar este trabalho um dos exemplos de abordagem conceitual que trata de uma das maiores contribuições para a Ciência da Informação que veio do conceito de Shannon e Weaver. Situada dentro da cibernética, a teoria matemática da informação foi uma das primeiras teorias a separar com nitidez a informação da significação onde a informação aparece mediante um conceito de probabilidade. Trata-se de questões técnicas que, segundo Ilharco (2012, p.1), opera com os conceitos que seguem:

- a) Ruído – Tudo o que foi acrescentado à mensagem como interferências e distorções, intencionais ou não, provinda do que foi emitida pela fonte, mesmo que esta não tenha tido essa pretensão.
- b) Redundância – É a repetição da informação sem, contudo, dirimir ou reduzir a incerteza devido à sua previsibilidade.
- c) Entropia – De acordo com seu conceito oriundo da termodinâmica o universo evolui da organização para o caos. O papel da informação então é o de reduzir a incerteza e combater a entropia.
- d) Imprevisibilidade - Intuitivamente uma mensagem tem tanta mais informação quanto maior for o seu grau de aleatoriedade ou imprevisibilidade. E foi dessa forma, preocupado em filtrar as mensagens nos canais de rádio, que Shannon acabou criando uma medida para identificar o grau de incerteza em canais de informação. Assim Shannon emprestou a ideia de Entropia da Física para organizar a teoria da informação matemática. A originalidade da ideia consiste em medir a chamada entropia da informação em frases, textos e sinais de transmissões digitais.

Vale ressaltar, o reconhecimento por parte dos estudiosos destas discussões em torno das reflexões epistemológicas que envolvem o processo de comunicação dentro da Ciência da informação. Inazawa; Baptista (2012, p. 2), por exemplo, admitem que “algumas considerações são imprescindíveis antes de se pensar em definições para o termo ‘comunicação’.” Assim eles enumeram que:

- a) A primeira consideração é sobre a imprecisão terminológica nas definições encontradas na literatura em ciência da informação.
- b) A segunda consideração necessária a se fazer, é analisar alguns equívocos previstos por Barreto (2005) sobre a diferença que há na ideia de ‘comunicação’ no que se refere ao modelo Shannon e Weaver no domínio das ciências da comunicação e da ciência da informação.
- c) A terceira é sobre a diferença entre comunicação e transferência da informação, cujas definições são largamente utilizadas na literatura de ciência da informação, e que, por suas similaridades, são usadas, algumas vezes, como sinônimas.

Para avaliar o grau de heterogeneidade que permeia na literatura temática acerca desse modelo, citamos como exemplo Robredo (2003, p.18) para quem este “modelo ilustra também como o processo de comunicação pode sofrer, em cada uma das etapas intermediárias, a interferência de ruídos, sinais irrelevantes e obstrutivos”. Voltando à vertente de estudo mais próxima à ótica da ciência da informação que vem de Inazawa; Baptista (2012, p. 173), vemos um parecer, segundo o qual, o paradigma físico da recuperação da informação foi “uma das razões pela qual a ciência da informação se valeu, em um primeiro momento, do modelo de comunicação de Shannon e Weaver”.

A partir deste ponto, de maneira a conduzir o elo entre a semiótica e a ciência da informação apresenta-se a ideia de Le

Coadic (2004, p. 34) quando ele conceitua que “a informação é um significado que é transmitido através da mensagem escrita por meio de signos”. Também, que este elemento de linguagem constitui intencionalmente “duas funções: a documental e a simbólica”. Como a ciência lida com conceitos é natural que haja essa interpretação dualizada porque, afinal, como já dissemos neste contexto, ela está imbuída do caráter intrínseco de interdisciplinaridade que envolve a Ciência da Informação.

Dentro dessa concepção, o primeiro cuidado que devemos ter antes de estabelecer parâmetros para o entendimento dos estudos semióticos à luz da Ciência da Informação é o mesmo que devemos ter quando damos um caráter introdutório sobre qualquer investigação científica: identificar o seu caráter epistêmico. Quando fazemos interpretações a partir de um ponto, ou viés, de representação histórica, como é o caso deste trabalho, utilizamos um processo consciente de transmissão da informação por onde associamos classes de fenômenos mediados por códigos culturais.

Então, em nossas observações, fazemos a ligação de duas classes de fenômenos, a saber, a classe dos significantes e a dos significados. Ao interpretá-los, dentro de seu contexto histórico, estamos experimentando uma das maiores invenções humanas que são os signos, “entidades tão centrais e importantes em semiótica quanto os átomos em física, as células em biologia ou os números em matemática”. No que vale ressaltar que “classificar as várias modalidades ou espécie de signos têm sido uma preocupação constante no trabalho dos filósofos ao longo da História” (EPSTEIN, 1997, p.16).

Nesse ponto de inflexão, concluímos que a mensagem estética fornecida pelas imagens dos registros históricos deixa suas marcas como representação de um signo, ou, conjunto de signos. Do ponto de vista científico, sabe-se que esses registros

com todos os seus signos e símbolos formam um verdadeiro legado para a semiologia.

Em termos cronológicos, a ciência dos signos propriamente dita só veio mesmo a se firmar no final do século XIX e início do século XX quando Ferdinand de Saussure, na Europa, e Charles Sanders Peirce, nos Estados Unidos da América, começaram a produzir o que se pode chamar de ciência dos signos. Ambos viviam completamente em mundos individuais. A popularidade de Saussure (1857-1913), nessas últimas décadas, testemunha a importância do seu trabalho. Vale lembrar, que antes de tudo Saussure foi aclamado como o precursor da linguística. Como o homem que estruturou o estudo sistemático da linguagem nos moldes linguísticos como ficou conhecido no século XX. Depois então é que ele ficou conhecido como aquele que ajudou a promover a semiologia (MERREL, 2012, p. 26).

Sobre Peirce (1839-1914), vale lembrar que ao se tratar de percepção dos fenômenos compreende-se que todos os estudos sobre as linguagens não verbais remetem para sua vida que, embora distanciada de Saussure pelas datas de nascimento e morte, os dois foram, por assim dizer, contemporâneos, mesmo com dezoito anos de diferença de idade. Peirce foi um autor praticamente desconhecido para a comunidade científica de sua época. Só a partir de 1945 que ele foi reconhecido como uma das grandes figuras da semiótica e como o fundador da moderna teoria dos signos. Basta dizer que em setembro de 1989 comemorou-se o sesquicentenário de seu nascimento em um congresso internacional na Universidade de Harvard, onde mais de quatrocentos estudiosos de variadas disciplinas e de variados países se reuniram para homenageá-lo (MERREL, 2012, p. 27).

Para descrever o signo peirciano, do ponto de vista de um estudioso neófito, pode-se apontar para seu modelo mais fundamental que consiste na tricotomia composta por ícones, índices e

símbolos. Estes formam elementos triádicos amplamente disseminados pela literatura semiótica e que não podem ser mencionados sem evocar a figura de Peirce como criador desta distinção. Santaella (2012) discorre sobre esta convenção elegendo-o como o eixo principal da obra peirceana. A pesquisadora, que dedicou boa parte de tempo na pesquisa de seus escritos ao esclarecimento preciso sobre esses três modos de funcionamento do signo, considerou-os como formas de representação fenomenológicas dos objetos observados. E foi assim, preocupada e envolvida junto aos escritos de Peirce, que ela chegou a conclusões voltadas especificamente para a função epistêmica desempenhada pelos ícones. Tal como a capacidade da mente em produzir formas originais, mesmo que a princípio provenham de associações com informações armazenadas na memória. Vale lembrar, dentro deste contexto, que Santaella demarca a virtude do símbolo em sua generalidade da lei, regra, hábito ou convenção de que ele é portador. E de que sua função como símbolo dependerá precisamente dessa lei ou regra. O que determinará seu interpretante.

Em face dessas exemplificações, Eco (1984, p. 22) evidencia oportunamente que “o signo é uma entidade demasiado vasta, e que na mesma unificação de semiótico e simbólico encontra-se, não obstante as diferenças terminológicas que contrapõe o semiótico ao simbólico”. Visto por esse ângulo, fica claro que semiose implica em mediação e, ao pensarmos desta forma, entendemos que quando Peirce enquadrou a perspectiva do entendimento humano atribuindo ao signo o sentido advindo do primeiro contato (primeiridade), seguido do objeto (secundidade), passando para o do interpretante (terceiridade), contribuiu efetivamente para a identificação dos pontos de convergência entre Semiótica e Ciência da Informação.

Assim, conclui-se que tal entendimento se dá a partir da própria capacidade da Ciência da Informação de compreender os fenômenos

informativos. O que faz dela uma ciência que articula uma aproximação consciente dos distintos campos de conhecimento.

Por essa linha de raciocínio, podemos dizer que a mensagem estética fornecida pelos símbolos durante as campanhas eleitorais pode ser referenciada como representação de um signo, ou, conjunto de signos. Se levarmos para a configuração sónica de nossos dias, podemos fazer uma comparação a partir do impedimento legal que nos proíbe de adentrar o recinto da seção de votação praticando qualquer ato que se configure como propaganda ou aliciamento eleitoral, mas, que, no entanto, a própria cor da camisa de alguns eleitores, por si só, já representa seu papel semiótico no processo.

Dessa forma, conclui-se, que da compreensão que temos sobre os símbolos usados em campanhas eleitorais, pode-se ser entendê-los como interlocutores e mediadores de uma informação compartilhada de forma peculiar por meio de linguagens não verbais.

Finalmente, Merrel (2012, p. 27) esclarece que como Saussure, Peirce não deixou nenhuma obra publicada. Tudo que se refere aos seus escritos foi produzido a partir de “milhares de manuscritos que nunca foram publicados durante sua vida”, e que até hoje servem de base para os estudos acerca de suas ideias.

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO ELEITORAL NO DESENVOLVIMENTO POLÍTICO BRASILEIRO: LINGUAGENS VERBAIS E NÃO VERBAIS

De acordo com os estudos efetuados por Nicolau (2012, p. 7) “o Brasil possui, atualmente, o quarto maior eleitorado do planeta perdendo apenas para Índia, Estados Unidos e Indonésia”. No entanto, o autor chama a atenção para o fato de que, mesmo com esse volume de público votante, espalhados em um país que ocupa igualmente um dos maiores territórios do mundo, se consegue escolher os representantes dos principais postos da nação através de um processo que divulga seus resultados praticamente poucas horas após o término.

No esteio dessas questões ressaltamos que, do império aos dias atuais, muitas mudanças ocorreram no cenário político brasileiro e, conseqüentemente, em seu sistema eleitoral. O intuito sempre foi o de tentar dirimir graves problemas. O maior deles são as fraudes eleitorais. Nesse sentido, foram suscitadas questões importantes no que se refere à materialização da informação dentro de seus contextos de épocas. Assim, fica evidente, a partir desta perspectiva, que ao longo dos processos eleitorais brasileiros as formas de fazer essas informações chegarem até o eleitorado e de se constituírem mediadores dessas informações entre legisladores e eleitores, na prática política, multiplicaram-se ganhando novos contextos (NICOLAU, 2012).

Fica claro, que isso, aconteceu pelo inevitável predomínio perceptível dos meios disponíveis de cada época específica para o tratamento dado às informações produzidas a cada sufrágio.

No entanto, com base nessas reflexões, nota-se que é necessário, o desenvolvimento de uma educação, de uma instrução específica para que haja, por parte do eleitorado, uma apropriação das informações desenvolvidas a cada mudança.

Todavia, antes de darmos prosseguimento a esse estudo dentro dos contextos de épocas, no tocante às mudanças, tomamos emprestada a reflexão de Davenport (2003, p.123) quando ele enfatiza que mesmo que haja a transmissão e a absorção do conhecimento, “juntas não têm nenhum valor útil se o novo conhecimento não levar a alguma mudança de comportamento”. E segundo Almeida Júnior (2004, p.77), o conhecimento deve modificar a vida de uma pessoa pois, do contrário, torna-se sem significado. Diante deste raciocínio, torna-se fundamental compreender o espírito das épocas para conseguirmos desenhar melhor a essência dos procedimentos posteriores. Desta forma voltamos ao passado para entendermos melhor sobre as eleições a partir do cenário desenrolado antes da proclamação da República. Assim, quando o Brasil fazia parte do reinado ibérico e era reconhecido apenas como uma província de ultramar estava sujeito às leis vinda daquela Península. Então, nesses processos eleitorais eram “os homens bons” e o povo que elegiam os eleitores, que, por sua vez, escolhiam os juízes, os vereadores e procuradores. Os “homens bons” tinham que possuir os seguintes requisitos: ter mais de 25 anos; ser católico; casado ou emancipado; ter cabedal, ou seja, ser proprietário de terra e não possuir “impureza de sangue”. Acrescente-se ainda a informação de Nicolau (2012, p. 13) de que só os “homens bons” eram elegíveis para ocupar os postos da administração local. Como “povo” entendia-se que fossem os homens livres, mas que não pertencessem à categoria dos homens bons. Ainda sobre os “homens bons” Markun (2014, p. 25) assegura que assim eram denominados os “chefes de famílias com títulos de fidalguia”. Estes não podiam exercer nenhum tipo de trabalho mecânico.

Já a Constituição Espanhola de 1812, documento constitucional aprovado na Península Ibérica a 18 de março de 1812, ditava em seu capítulo cinco que as juntas eleitorais de província deveriam se reunir para escolher seu deputado, em caso de haver só cinco eleitores, ou deputados conforme fosse o número de eleitores. Esses deputados tinham como grande responsabilidade assistir às Cortes, como representantes da Nação (CARRILLO, 2003).

Quanto à circulação da informação, necessária para que os eleitores tomassem conhecimento sobre os candidatos, ficava a cargo dos presidentes, secretário e escrutinadores que além de produzir toda documentação necessária, ainda deviam investigar e posteriormente comunicar sobre as possíveis alterações dos documentos dos eleitores. Secretários e escrutinadores também passariam pelo mesmo processo de averiguação das informações contidas nos documentos comprobatórios de suas funções. Quanto a estes procedimentos, antes do sufrágio haveria um ato religioso onde em uma missa solene o Bispo, ou outra figura eclesiástica de maior dignidade, faria um discurso apropriado aos presentes. O texto desta Constituição é reconhecido como de profunda influência no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e latino-americano. Suas instruções eleitorais foram adaptadas para a realização das eleições das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa realizadas em Dezembro de 1820. Também inspirou a elaboração da Constituição Política da Monarquia Portuguesa de 1822 (CARRILLO, 2003).

Em 1824, no esteio da instalação do primeiro império brasileiro temos um decreto real que já em seu primeiro capítulo dita instruções para um processo eleitoral. Nesse texto, disponibilizado integralmente no anexo A, há instruções “a que se refere o real decreto de 3 de junho de 1824 que manda convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para o Reino do Brasil”. Eis alguns trechos segundo Carrillo (2003 p. 472), com a grafia da época:

- a) As nomeações dos deputados para a Assembléa Geral Constituinte do Brasil serão feitas por Eleitores de Paróquia.
- b) Os Eleitores, que hão de nomear os deputados, serão escolhidos directamente pelo Povo de cada uma das Freguezias.
- c) Os Parochos farão affixar nas portas das suas Igrejas Editaes, por onde conste o número de seus fogos, e ficam responsáveis pela exactidão.

Nota-se neste texto (letras *a* e *b*), que para ser eleitor o indivíduo tinha que ser da religião professada pelo pároco da localidade. Por isso seriam chamadas de *Eleições Paroquiais*. Assim, nesse processo eleitoral que estava no entorno da independência, a comunicação da informação para os eleitores ficava a cargo da Igreja que se incumbia tanto da parte forense (produzir documentos), quanto da parte religiosa do ato de votar (letra *c*).

Quanto ao caráter implícito de mediação lembramo-la pela óptica de Almeida Junior (2009, p.93) no que ele diz com respeito aos conceitos de mediação explícita e implícita onde “o primeiro compreenderia as ações desenvolvidas conscientemente através conhecimentos que dominamos e o exteriorizamos com razoável controle. O segundo abarcaria as ações que deixam transparecer um conhecimento inconsciente, não passível de controle”. Vemos claramente isto confirmado ao constatarmos que aos párocos era dada a responsabilidade de afixar nas portas das igrejas editais onde deveria constar o número de seus “fogos”. Assim os párocos respondiam também pela exatidão da informação (letra *c*).

Em prosseguimento à análise do documento que serve de base para estas conclusões, no anexo A, referente ao segundo capítulo, o qual trata “do modo de proceder às eleições dos eleitores”, temos esses trechos, conforme Carrillo (2003, p. 473, grafia da época).

- a) No dia apazado para as eleições paroquiaes, reunidos na Freguezia o respectivo Povo, celebrará o Parocho Missa solemne do Espírito Santo, e fará, ou por elle, um discurso análogo ao objeto e circunstancias.
- b) Terminada esta Cerimônia Religiosa, o Presidente, o Parocho e o Povo se dirigirão às Casas do Conselho, ou às que melhor convier, e tomando os ditos Presidente e Parocho assento à cabeceira de uma Mesa, fará o primeiro, em voz alta e intelligível, a leitura dos Capítulos I e II destas Instrucções. Depois proporá dentro os circumstantes os Secretários e os Escrutinadores, que serão aprovados ou rejeitados por aclamações do Povo. [...]
- c) Na Freguezia que tiver até 400 fogos inclusive, haverá um Secretário e dous escrutinadores; e nas que tiverem dahi para cima, dous Secretários e tres Escrutinadores. O Presidente, o Parocho, os Secretários e os Escrutinadores formam a Mesa ou Junta Parochial.
- d) Lavrada a Acta desta nomeação, perguntará o Presidente se algum dos circumstantes sabe e tem que denunciar suborno ou conluio para que a Eleição recaia sobre pessoa ou pessoas determinadas. Verificando-se por exame público e verbal a existência do facto arguido (se houver arguição), perderá o incurso o direito activo e passivo de voto. A mesma pena sofrerá o calumniador. Qualquer dúvida que se suscite será decidida pela Mesa em ato successivo.

Por este instrumento, podemos observar já nos dois primeiros itens, que dentro dos procedimentos a serem adotados naquelas eleições deveria ser celebrada pelo pároco da freguesia uma missa solene onde, um discurso análogo ao objeto e circunstância, deveria ser proferido. Conclui-se, então, que nesse discurso deveriam ser providas as necessidades informacionais do povo votante em questão. Assim, ao pároco, ficava a responsabilidade da circulação da informação entre os eleitores.

Mais fatos relevantes podem ser constatados nos itens anteriormente citados (letra c): apesar de não se tratar de uma sociedade ágrafa, exigia-se que a idoneidade moral do candidato fosse atestada de forma verbal, confirmando assim a produção e circulação da informação pela oralidade.

Quanto a esse lugar social da oralidade e sua função nos processos de construção e constituição da informação e do conhecimento, segundo afirmação de Shikida; Moura (2007, p.2),

[...] desde os tempos imemoriais que diferentes comunidades com diversos padrões sociais se utilizam das narrativas não somente como forma de transmissão de suas tradições culturais, mas também como um mecanismo mantenedor da unidade e da identidade entre os seus.

Destes itens também, pode-se destacar, que ali já havia maior responsabilidade em registrar a produção da informação. Tanto, que é chamada a atenção do texto quanto à observância de se providenciar livros de registros de atas dentro das formalidades peculiares da época. O que surpreende pela aparente pertinência com alguma forma de preocupação com a lisura do processo eleitoral.

Sobre esta questão vamos falar mais adiante. Importa neste momento a abordagem documental que remete à produção da informação em relação a este período. A ele podemos associar um conceito bastante difundido, mas que aqui nos reportamos a Rodrigues: Grippa (2011, p. 3), de que cada documento apresenta uma “oferta de sentidos” e de que cada leitor faz sua seleção, baseada em sua formação e influência social, histórica, ideológica, política etc. Desse modo, passemos neste momento para o texto da primeira Constituição pós Independência e da sua relação entre as eleições e o seu conteúdo informacional.

Após a proclamação da independência D. Pedro I, Sua Alteza Imperial, a 13 de novembro de 1823, dissolve através de um decreto a Assembleia Geral Legislativa Constituinte e convoca outra para definir os textos legais que doravante regeria o neófito império. Para justificar esse ato de dissolução da Assembleia ele pronunciou um discurso, do qual, destacaremos aqui alguns trechos. Ou seja, aqueles que foram considerados relevantes por conter informações que serviram de base para as mudanças introduzidas na Constituição de 1824. E estes, diziam respeito ao iminente processo eleitoral a ser conduzido pela nova instância sobre a dissolução da Assembleia Constituinte e Legislativa da época:

Brasileiros! Uma só vontade nos una. Continuemos a salvar a pátria. O vosso imperador, o vosso defensor Perpétuo vos ajudará, como hontem fez, e como sempre tem feito ainda que exponha a sua vida. É mister, já que estamos salvos, sermos vigilantes, qual Argos". Na continuidade do discurso, em trecho mais adiante, o imperador trabalha informações políticas interpretadas aqui como para uso e embasamento de suas decisões governamentais: "Independência do Imperio, Integridade do mesmo, e systema constitucional, sustentando nós estas tres bases sem rivalidades, sempre odiosas sejam por que lado encaradas, e que são as alavancas que poderiam abalar esse colossal Império, nada mais temos que temer. (CARRILO, 2003, p. 502).

Aqui, podemos levantar algumas considerações sobre o intento do imperador: a declaração de extinção daquela assembleia foi divulgada através de uma circular produzida com informações a partir de outras já pré-existentes e de domínio público. Nesse caso, o tema gira em torno de conflitos vividos pela nação brasileira pós-independência, com a circulação da informação conduzida entre o público ouvinte e formador de opinião da época. E com esse recurso, D. Pedro I tentou usar as informações produzidas como artifício e base de sustentação de seu império.

Ainda aproveitamos esses destaques do discurso para analisá-lo pelo enunciado de Almeida Junior (2008, p.97), para o qual há uma interferência no ato de mediar uma informação porque,

[...] a informação, contrariando o conceito aceito majoritariamente na área, está sendo empregada como criadora de conflitos, pois só estes viabilizam a transformação do conhecimento. No que afirma que a informação não dirime as dúvidas ou elimina incertezas.

Dessa forma o Imperador usou aquele discurso com a aparente intenção mediadora de preparar o povo para uma nova Constituição.

Consonante à regulamentação das eleições, amparada dessa vez pela Constituição promulgada a 23 de março de 1824, o sistema eleitoral acontecia em dois turnos: indireto e censitário. Os candidatos também tinham que ter uma renda mínima para serem votados. Segundo Moraes (1998, p.296), formava-se assim um dispositivo legal que excluía a grande maioria da sociedade do processo político eleitoral, pois, impedia as camadas pobres, bem como os analfabetos, os escravos e as mulheres de participarem do colégio eleitoral ou de se candidatarem. No entanto, não implicava que os discursos e manobras em torno das mudanças eleitorais conseguiriam impedir que o Estado Imperial reduzisse a participação e consequente circulação da informação entre o povo em geral.

Dessa forma, mesmo que em seu corpus o texto da Constituição de 1824 tivesse, segundo Moraes (1998, p. 294), material informativo produzido a partir de articuladores e grupos de diversas posições políticas como monarquistas centralizadores, monarquistas constitucionais, liberais e republicanos, havia o risco de não se ter conseguido implantar um Estado tão forte como pretendiam esses grupos. Isto porque, a circulação da informação, entre os

demais grupos da sociedade não citados, continuava seu curso com o povo apropriando-se da informação ao seu modo.

Moraes (1998, p.295) aponta vários fatores que contribuíam para que a história desenvolvesse seu curso, sob “o pânico de uma revolta escrava incontável”. Dentre eles estavam “as profundas disparidades entre os vários setores da população, homens livres e escravos, homens de ascendência europeia e outros de origem africana e indígena que levaram os proprietários rurais a protegerem-se”. Para isso valiam-se do “manto de um Estado capaz de manter o controle através da força, garantindo a dominação da elite branca. Uma elite que não tinha o mínimo interesse em desenvolver uma identidade social própria e sim seguir fielmente o modelo desenvolvido pelas sociedades europeias. Todavia, identificava-se aqui e ali alguns poucos que tinham o interesse na busca dessa identidade de característica nacional.

No mais, amparado no mesmo contexto histórico desenvolvido por Moraes (1998), pode-se constatar que os conflitos internos e externos gerados após a independência, mais as revoltas surgidas durante o período regencial, dão provas irrefutáveis da insurgente participação do povo nos futuros processos eleitorais da nação. Já o contexto de massa viria muitas décadas depois.

Considere-se ainda que, segundo Koshiba (2003, p. 267), por volta de 1850 o Brasil tinha 7,5 milhões de habitantes dos quais 80% eram analfabetos. Assim ele ressalta que o destino de toda essa gente

[...] estava nas mãos de uma elite política recrutada entre advogados, juizes, procuradores, médicos, professores, homens de letras, oficiais militares, os altos funcionários públicos e parte reduzida dos capitalistas e proprietários.

Entenda-se que esse contingente, ao chegar em 1872, totalizavam 16.000 indivíduos ou 0,1% da população da época (KOSHIBA, 2003, p. 267).

Para finalizar esta fase, seria bom explicar qual a importância das eleições na definição dos rumos da política imperial. Nicolau (2012, p.45), ressalta sua relevância para os rumos da política brasileira durante o império: “as eleições não geravam governo, mas serviam para dar sustentação parlamentar ao gabinete escolhido pelo imperador.” Ele exemplifica a atuação dos presidentes de província em sua capacidade de manipular a produção circulação da informação naqueles pleitos ao detalhar que “eles utilizavam todos os recursos (distribuição de cargos, fraudes eleitorais, violência). Assim garantiam a vitória do partido convocado para chefiar o gabinete”. E ao final do período imperial o Brasil dispunha de uma nova formação social.

A transição da escravidão para o trabalho livre entre 1870 e 1888, trouxe novos fatores sociais ao quadro de eleitores. Um deles: com a abolição da escravatura e substituição progressiva dos negros pelos imigrantes europeus, formou-se entre os cafeicultores do oeste paulista e Minas Gerais um contingente de trabalhadores assalariados. A essa época, mais precisamente por volta de 1880, o Brasil possuía 14 milhões de habitantes contra os 3 milhões que possuía em 1822 (KOSHIBA, 2003).

E é justamente dessa época que se tem registro do primeiro trabalho de mediação entre um candidato e seu possível eleitorado percorrendo vasto solo de chão a chão. Nas memórias do candidato a deputado Afonso Celso, na primeira eleição a ser realizada após a promulgação da Lei Saraiva em 1881, no 20º distrito eleitoral, localizado ao norte de Minas Gerais, foi encontrado este texto transcrito de Nicolau (2012, p. 39):

Perlustrei grande extensão dele, de paróquia em paróquia, procurando eleitor por eleitor. Simples, chãos, acessíveis, acolheram-me com a afabilidade proverbial dos mineiros, sobretudo no Sertão. Realizei frequentes defesas no júri e conferências públicas que me valeram calorosas adesões. Labutei ativamente, angariando amigos decididos que nunca me faltaram, e até hoje se me conservam fiéis. O fato de não me haver eu poupado a incômodos e perigos, viajando centenas de léguas para visitar o distrito – coisa que nenhum candidato tinha ainda feito -, as cartas do meu pai, a prestante colaboração do coronel Gentil, que não me deixou, empenhando-se por mim, com ardor, produziram efeito decisivo. Posso dizer que conquistei o distrito, que de novo conquistei em 1886. Ganhei sólido terreno a pouco e pouco. Afinal cabalava por mim toda a gente de valor.

Dentro desse percurso de tempo, muitas foram as dúvidas quanto ao modelo de sistema eleitoral a seguir uma vez que, em todos os países europeus, havia constantes modificações neste campo político. Inclusive, os desafios que eles enfrentavam em relação às fraudes e à forma de manipulação da informação, em torno dos sistemas e pleitos eleitorais, eram semelhantes aos enfrentados pela elite política imperial brasileira. Também, nesse mesmo período (1881), foi promulgada a Lei Saraiva, quando foram dispensadas as cerimônias religiosas prévias à votação. Do que se pode afirmar que então se cessou ali, pelo menos no papel, a participação oficial da Igreja como mediadora nos processos eleitorais brasileiros, já quase no início do período republicano que se avizinhava.

Bem, não poderíamos encerrar este preâmbulo do período republicano brasileiro sem falar da abolição da escravatura que teria, ou pelo menos deveria ter colocado um epílogo ao processo social da escravidão no Brasil a 13 de maio de 1888. No entanto, sabe-se que não foi apenas o deslizar da pena real sobre o branco papel, com a assinatura da princesa Isabel, que excluiu o sistema

escravista que formava dentro do país mais uma nação que, diga-se de passagem, não se tratou de um ato benevolente do poder vigente de então.

A verdade é que, àquela altura, já não havia alternativas para os escravocratas. Eles já não conseguiam mais segurar seus escravos ante as investidas abolicionistas dos principais estados. Afora outros movimentos de libertação com grupos organizados em praticamente todos os outros estados, reconhecidos na época como províncias.

Esses grupos transformaram-se em uma entidade conhecida como Confederação Abolicionista. Sua importância, apesar das divisões internas, variava de região para região. A ponto de terem abolições antecipadas aos 13 de maio, como foi o caso do Ceará, Rio Grande do Sul e Amazonas.

Por estas e outras questões é que o *13 de maio* deixou de ser eleito pelos movimentos negros como símbolo da resistência à escravidão, pois, a Lei Áurea, não contemplou as necessidades futuras dos ex-escravos que foram abandonados.

Sem um texto legal que os protegessem das mazelas sociais que visivelmente estavam por vir, esses egressos da escravidão tinham de direito, mas não de fato, acesso às necessidades mais básicas ofertadas pelo Estado. E mais tarde, quando as mudanças providas pela Revolução Industrial alcançaram a terra brasileira trazendo em seu bojo uma nova forma de organização do comércio; das relações de trabalho e da acumulação de capital, eles viram a data perder-se como o referencial de mecanismo social para a manifestação da liberdade da nação afrodescendente que poderia representar. Não tiveram apoio legal e nem acesso à informação necessária para entrar de pronto neste novo cenário de mudanças da estratificação social. Os poucos letrados entraram em um plano intermediário onde nem eram aceitos como brancos, embora se esforçassem para tal, nem viviam como negros, o que de fato eram.

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA REPÚBLICA VELHA (1889-1930)

Reconhece-se como República Velha ou, Primeira República, todo o período que vai de 1889, após a proclamação da República, até 1930. Nesse período, tal como no colonial e imperial, o poder ainda continuava nas mãos dos grandes proprietários rurais. Ante essa realidade, verifica-se que a Federação representou, no Brasil, uma distribuição a mais de competências dentro do Estado Brasileiro. Isto porque a renda nacional, o poder político nacional e os serviços públicos nacionais, que estavam anteriormente concentrados nas províncias, passavam agora a se concentrar nos governos. E como após a proclamação da República, em seus primeiros cinco anos, os militares subiram à cena política. Por isso ela ficaria conhecida também como “República da Espada”. No entanto, com as eleições presidenciais realizadas em 1º de março de 1894, o poder foi transferido para os civis com a vitória do paulista Prudente de Moraes. Ele sucedeu a Deodoro da Fonseca que só permaneceu no cargo até a Constituição de 1891.

É importante notar que esse sufrágio, na verdade, segundo Silva (1998, p.37), aconteceu em meio a crises inevitáveis porque o povo brasileiro ainda não tinha uma consciência republicana. Mesmo porque, também não havia “partidos e nem líderes fortalecidos pelo apoio popular. Foram os chefes militares com as forças das armas que fizeram a república”. E assim, o autor relata que a gestão de Deodoro da Fonseca e os tempos de Floriano Peixoto não passaram de uma ditadura militar que retardou, em alguns anos, a prática republicana.

Por outro lado, as sucessivas ocupações civis da presidência por históricos republicanos como Prudente de Moraes, o primeiro civil a assumi-la, depois vindo Campos Sales, Rodrigues Alves e Afonso Pena sucessivamente, não foram eleições democráticas. Na verdade, “a primeira luta democrática com repercussão e importância no Brasil” aconteceu por meio da Campanha Civilista de 1909-1910.

Por isso aquele movimento foi definido como um divisor de águas na história do regime republicano brasileiro, tendo Rui Barbosa como “precursor do debate político com a participação do povo em uma campanha política”. É bom reconhecer que, embora até então ele houvesse aceitado as regras do jogo, nas sucessões anteriores, agora “Rui voltava da Conferência de Haia aureolado pelas vitórias de suas teses”, trazendo de lá uma visão aclarada dos problemas políticos e da sua responsabilidade face aos acontecimentos (SILVA; CARNEIRO, 1998, p.39-44).

Por ter convivido com a política imperial Rui reconhecia o quanto seria difícil vencer a máquina montada pelas oligarquias. Por isso, admitiu: “Eu sou dos sacrifícios. Se fosse para a vitória, não me convidariam, nem eu aceitaria; mas como é para a derrota, aceito. Perderemos, mas o princípio da resistência civil se salvará”. E aquela campanha civilista tinha como lema “combater e se preparar para a fraude que se pronunciava; contra a marginalização do povo; da mocidade; dos intelectuais; dos que não declinaram do direito de ter informação e opinião”. Era, portanto, uma resistência civil, mas, conforme Rui declarava, com um lema que emprestava ao movimento algo onde a autoridade central estaria “momentaneamente abolida” (SILVA; CARNEIRO, 1998, p. 45-47).

Sobre a forma como aquela campanha trabalhou, Markun (2014) lembra que para a efetivação da circulação da informação relativa ao pleito em 1910, o candidato de oposição, Rui Barbosa, fez uma campanha inovadora e ousada, pois foi escolhido em

convenção partidária quando apresentou uma plataforma de governo; realizou dezenas de comícios e viajou por todo o país apresentando suas ideias. Salienta que Ruy até que tentou “esclarecer diretamente a opinião pública urbana, mas foi derrotado pelo voto de cabresto nas eleições em que o voto ainda era facultativo e restrito”. Assim, não havia jeito de alcançar a vitória. Então “venceu o marechal Hermes da Fonseca, candidato do *status quo* e dos militares”. Aliado a isso, as “mudanças no processo político propriamente dito só aconteceriam a partir de 1922, um ano memorável para o país, então com 30 milhões de habitantes – dos quais dois terços eram analfabetos – e onde as notícias circulavam mais devagar que as carroças”, pelas palavras de Markun.

Uma das questões cruciais em que se empenhava aquele movimento girava em torno das irregularidades cometidas nos processos eleitorais. O que veio a protagonizar aquele pleito o qual, após o sufrágio, ao se examinar ata por ata, evidenciou-se que se tratava de documentos falsos. Eram atas “feitas a bico de pena, onde a mesma letra assinava vários nomes, muitas vezes truncados”. A maior contestação civilista, nesse caso, evidenciou claramente que não tinha havido eleições limpas. E assim, como sempre fora anteriormente, “o resultado a que chegou após a apuração nada mais era que fraude sobre fraude”. E como viria a acontecer em 1930, a campanha só teve apoio de três governos: São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro (SILVA; CARNEIRO, 1998, p. 107).

Quanto ao que se pode ser observado, já estava institucionalizado o denominado “voto de cabresto”. Este se constituía na opressão exercida pelas oligarquias estaduais que garantiam as eleições dos deputados em seus estados e senadores indicados pelos executivos, entenda-se, presidente da República, que em troca sustentava essas oligarquias. Conclui-se então, que nessa época, a informação eleitoral ainda estava restrita ao predomínio das poderosas elites regionais que se diziam liberais, mas,

não o eram na prática. A referência de cabresto devia-se ao fato de os eleitores serem tratados como as cabras dos fazendeiros “coronéis” (KOSHIBA, 2003, p. 338).

Faça-se aqui, uma pequena interrupção para lembrar o motivo pelo qual Silva (1998, p. 107) descreve 1922 como “um ano memorável”. Essa expressão é uma alusão aos eventos simbólicos que deixou esse ano marcado, não só pela Semana de Arte Moderna, mas por outros acontecimentos importantes para o desenvolvimento político brasileiro, pois, também é o ano da fundação do Partido Comunista e da revolta dos Dezoito de Copacabana. Esse movimento ficou caracterizado, segundo Markun (2014, p.26), como o embrião do movimento tenentista, considerado um momento de inflexão no processo político que culminaria, oito anos mais tarde, no fim da República Velha e no advento do Estado Novo.

Da Semana de Arte Moderna pode-se dizer que o momento principal deste movimento, do qual participaram artistas e intelectuais mais diligentemente de São Paulo e Rio de Janeiro, é que ela foi um marco em seu papel de oposição à tradição das elites culturais de então que “renegavam a realidade nacional”. Convertendo-se para o lado contrário, houve uma procura em recuperar valores culturais da nação brasileira que eram desprezadas e tidas como inferiores pela elite nacional (MORAES, 1998, p. 372).

No tocante às características comuns dos processos eleitorais daquele período, Brandalise (1997, p. 22) observa que “em época de eleições garantia-se o voto do pequeno agricultor com práticas compensatórias ou repressivas”, conforme seu comportamento como eleitor. Vale registrar um de seus relatos sobre o controle exercido sobre o cidadão, eleitor da cidade de Nova Petrópolis-RS, pelo partido situacionista da época, o PRL: nesse caso inusitado sobre o que acontecia após a votação, quando

então era oferecido um churrasco, Sthali, um de seus entrevistados, conta o seguinte:

Quando a gente chegava ao local de votação, recebiam-se as chapas... elas já estavam prontas. Havia fiscais, mas tudo já estava combinado. A gente votava e daí já podia comer o churrasco. Caso fosse descoberta uma ação contrária, as autoridades policiais não tardavam a desencadear a repressão.

Observa-se por esse depoimento, que as ações contrárias se referem a não observância de obediência aos chefes dos políticos locais. Para saber se algum eleitor não estaria usando de fraude Brandalise nos brinda com um interessante depoimento concedido a ela por Imgrid Schuch:

A urna ficava num canto fechado com um pano, a pessoa ia lá [...] em cima do sótão fizeram um furo e o cara deitado ali com o olho no furo, ele olhava que chapa o cara botava no envelope, se botava a chapa certa, ele saía, se o cara botava a chapa errada, deixava cair um pouco de farinha no chapéu ou na camisa, e aí quando o cara chegava na rua e tinha farinha de trigo, ele entrava no laço.

Quanto a esse dispositivo de controle do voto do cidadão, Lira Neto (2012, p.190) nos conta que na eleição de 1923, no Rio Grande do Sul, ano em que Borges de Medeiros deveria ser reconduzido ao seu quinto mandato, que “a fraude proteiforme se alastrava pelo pleito”: assim havia títulos falsos; títulos nulos; títulos verdadeiros apresentados como falso; títulos falsos apresentados como verdadeiros; que votaram em duplicata na mesma ou em diversas mesas e até em municípios diferentes.

O autor nos coloca diante de um quadro mais instigante ainda segundo o qual, “houvera casos de defuntos que, não se sabe como, levantaram de suas tumbas e compareceram às urnas

para votar”. Ele cita como prova a existência de registros de atas que incluíam os nomes de pessoas que já estavam mortas e enterradas havia muitos anos. Aí vem um fato mais curioso ainda de onde extraímos o relato de um interessante diálogo entre um cidadão do município de Cachoeira (RS), pego votando com a segunda via de um título que não lhe pertencia. Este, quando indagado à queima-roupa:

Como você se chama?

Atarantado, virou-se para trás e indagou a quem o havia conduzido à seção eleitoral: Como é mesmo o meu nome? (LIRA NETO, 2012, p. 190).

Outra colaboração pertinente à base do sistema sustentada pelo voto de cabresto nos é apresentado por Markun (2014, p. 28) pela qual, “sem voto secreto, a adulteração das atas era a regra e não a exceção”. Já recorrendo a outros observadores da história política brasileira, ele admite que havia três momentos em que o voto podia ser fraudado: “Na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado ou na hora do reconhecimento do eleito. O resultado era um sistema que funcionava perfeitamente, desde que a vontade do eleitor não fosse levada em conta.” Nesse horizonte é bom lembrar que, de acordo com Moraes (1998, p. 2), ainda persistia nessa Constituição, a de 1891, o antigo dispositivo eleitoral da Constituição de 1824 “que excluía a grande maioria da sociedade do processo político eleitoral, pois impedia que as camadas pobres, analfabetos, escravos e mulheres participassem do processo eleitoral ou se candidatassem”, admite o pesquisador.

Ao analisarmos este fenômeno pela ótica de Gomes (2008, p.1), podemos afirmar que, de modo geral, esses componentes da sociedade daquela época não participavam do processo de construção do conhecimento em torno dos processos eleitorais

vigentes. Não participavam como produtores, muito menos, como mediadores dela, pois, para isso precisariam, conforme ela afirma, que não só passar por “um movimento complexo no qual os sujeitos interagem entre si, mas, também, com as informações, processando-as para, a partir de seus enquadramentos, de suas possibilidades cognitivas de se apropriarem dos conteúdos acessados”.

Seria interessante não passar por alto, e fazer aqui uma breve observação sobre as concepções do positivismo de Augusto Comte e sua influência entre os republicanos brasileiros. Segundo Costa (1967, p. 219), no Brasil, “os positivistas eram republicanos, mas à sua maneira”. Considera, no entanto, que mesmo à sua maneira, os republicanos se inspiraram em suas ideias e em muitas de suas reivindicações, e que por isso o pensamento positivista ainda perduraria por um bom tempo no cenário político brasileiro.

Vale lembrar que, segundo Koshiba (2003, p. 411), após aquela campanha civilista de Rui Barbosa, quando Hermes da Fonseca venceu e, governou, de 1910 a 1914, este teve seu governo acusado de militarista. Assinala que “ao trazer o Exército para o terreno da política, por sua tradição positivista, os militares acreditavam que a escolha dos governantes pelo povo conduziria fatalmente à desordem social”. O que na verdade, trata-se do mesmo pensamento do filósofo Augusto Comte que considerava um erro sujeitar as elites ao voto popular. Também Mello (2012, p.3), enfatiza que “os positivistas ortodoxos formaram um grupo atuante no meio intelectual brasileiro no final do século XIX”. Ele explica que a ação coletiva da “versão religiosa” do movimento os tornou grandes manipuladores de símbolos do período de transição entre a Monarquia e a República. Destaca ainda que do ponto de vista estrutural, “os ‘Positivistas Ortodoxos’ apresentavam um projeto para a formação de um ‘Novo Estado Republicano’, enquanto os demais grupos tinham mais cautela na sua militância”.

Estes últimos, com o intuito de tornar o grupo mais homogêneo e disciplinado, incluíram práticas religiosas ao pensamento.

Mas voltando aos “Positivistas Ortodoxos”, liderados por Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes, o que se pode dizer deles é que eram considerados fanáticos religiosos pelo excesso de rituais simbólicos. Mesmo assim, prossegue Mello (2012, p.4), o pensamento positivista ganhou proporções de movimento e angariou adeptos entre os intelectuais e pessoas de forte influência nos meios político e militar. Estes disseminaram rapidamente suas ideias em instituições de ensino como a Escola Militar e a Escola Politécnica no Rio de Janeiro, então, Capital Federal. No plano religioso foi criado o “Templo da Humanidade”, em outra versão, Igreja Positivista do Brasil.

Segundo Costa (1967, p.152), Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes depois de terem fundado, em setembro de 1887, a Sociedade Positivista do Rio de Janeiro, empreenderam em outubro do mesmo ano uma viagem à França onde desenvolveram suas ideias ora fundindo-as, ora discordando de alguns pontos. Costa (1967, p. 216), assinala outro aspecto marcante do positivismo no Brasil por onde teriam sido prestados muitos serviços à abolição e contribuído grandemente para o pleno “estabelecimento da república, defendendo-a como um regime exclusivamente baseado na consideração preponderante do bem público como lei suprema e eliminando qualquer pretensão a direitos individuais”. Quanto a este aspecto, Mello (2012, p.4) assegura que o fruto republicano do movimento está registrado na frase da bandeira brasileira: “Ordem e Progresso” de onde, antes, existia a também a palavra “amor”, mas que foi retirada.

A explicação de Mello para esta divisa, fruto do positivismo *comtiano*, como ele chama, traduz-se como a idealização “a partir do lema Amor por princípio, a Ordem por base e o Progresso por fim”. Sobre esse tema, fica o registro, de que o senador Cristovam Buarque

(PDT-DF) já há algum tempo sugeriu retirar o lema “Ordem e Progresso” da bandeira até que o analfabetismo fosse extinto no Brasil (PLS 137/2008). Já o deputado Chico Alencar, (PSOL-RJ), propôs voltar para o lema “Amor, Ordem e Progresso” (PL 2.179/2003), no intuito de resgatar a base a inspiração positivista original.

2.1 MUDANÇAS DO PERFIL DO ELEITORADO NO SÉCULO XX

No advento do crepúsculo do século XIX, de acordo com Salgado (1988, p.68), o cronista Machado de Assis havia registrado em uma de suas crônicas que o país imergira em uma calmaria descrevendo a época da seguinte forma: “Uma paisagem uniforme, nada a perturba, nada a modifica... O que dá razão a este marasmo?” Mas ela garante que ele estava equivocado quanto aos acontecimentos daquele momento. Admite também que ele não precisava se preocupar tanto com aquela suposta apatia temporal, pois, segundo esta pesquisadora, logo no início do século XX acelerou-se o crescimento urbano, o que alterou a face de algumas cidades brasileiras onde a ordem era modernizar.

Com essa febre de modernização, ela afirma que houve o desencadeamento de uma efervescência cultural, novos valores sociais e estilo de vida. E que esses novos valores ditavam comportamentos que recebia o rótulo de progresso. Afirma que até esta palavra, progresso, voltou à moda. Ela sempre tem seus momentos de reavaliação na história do país. Interessante observar, como esse contexto se encaixa na descrição feita por Castells (2003, p. 67) sobre o avanço cultural no contexto mundial. Ele evoca um conceito em relação às transformações de nossa cultura material pelos mecanismos de um novo paradigma quando diz que “a história da vida é uma série de situações estáveis, pontuadas em intervalos

raros por eventos importantes que ocorrem com grande rapidez e ajudam a estabelecer a próxima era estável". No bojo desse pensamento aliamos o relato de Salgado (1988, p.101) de que no longo processo de desagregação sofrido pelo Estado Imperial, fatores diversos concorreram para a construção dos novos valores que passaram a orientar a sociedade brasileira. Assim, resultante de todo esse processo de rupturas, pode-se registrar dois acontecimentos que contribuíram consideravelmente para o avanço da produção e circulação da informação em meio ao eleitorado brasileiro neste período (1887 a 1930).

O primeiro trata do clima de contestações que marcaria os anos 1920 no cotidiano de algumas mulheres da sociedade brasileira daquela época. "É que a vida feminina começava a sair do fechado mundo doméstico e alcançava, ainda que com timidez, o espaço das ruas e de algumas profissões". Berta Lutz e Maria Lacerda de Moura, profissionais e militantes femininas, foram duas destacadas pioneiras que ajudaram na criação da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Pregavam, já naquela época, a igualdade política. Esse núcleo pioneiro do movimento feminista no Brasil tinha como tema central de debate a articulação em torno da questão do voto e dos direitos políticos da mulher. Como resultados desse movimento foram produzidos alguns artigos por renomados articulistas da época sobre a situação política da mulher no regime burguês capitalista (SALGADO, 1988, p.35).

O segundo acontecimento a ser registrado, trata-se de que, nesse mesmo período, chegaram ao Brasil quatro milhões de imigrantes cujos grupos de italianos, espanhóis e portugueses formavam seu maior contingente. Com isso o crescimento urbano se confirmou como um fenômeno marcante para a transformação da realidade nacional durante a República Velha. As cidades de São Paulo e Rio de Janeiro foram as que mais se destacaram no esteio dessas transformações.

Esses imigrantes operários, segundo indica Koshiba (2003, p.340), “trouxeram em suas bagagens de conhecimentos, quase cem anos na luta em torno das questões sociais voltadas para o direito dos trabalhadores”. Eram homens que traziam e defendiam conceitos verbalmente amparados em um repertório lexical que produziam sentido e utilidade essenciais.

Essa situação colocou uma nova ordem no pensamento político brasileiro que iria influenciar sobremaneira, dali em diante o comportamento dos detentores da informação acerca de assuntos referentes às eleições no Brasil. E isso com visível mudança do campo da produção e circulação da informação no seio do eleitorado brasileiro. Houve a eclosão de movimentos sociais nas cidades e no campo suscitando várias transformações no tratamento das informações que chegavam até ao eleitorado. Naquele momento peculiar, de acordo com Salgado (1988, p. 115), “originaram-se os primeiros movimentos políticos de dimensões nacionais juntamente com todas as simbologias usadas até hoje”. Quando se trata das influências que a mudança de foco do conhecimento pode provocar em determinado meio Burke (2003, p. 235) diz que isso aparece mais evidente na história da ciência, onde “o problema da transição do conhecimento local para o geral, sobretudo a formulação de generalizações a partir de experiências feitas em locais determinados, tem sido objeto de discussões inflamadas”. No que podemos destacar que a importância dos movimentos sociais poderia até ser discutida dentro do conceito de mediação pelo seu caráter eminentemente discursivo de ação, intervenção e interação quando imerso no campo social e informacional. Todavia, aqui, vamos falar da influência desses acontecimentos para o aumento significativo do quadro eleitoral brasileiro.

De acordo com Nicolau (2012, p. 58), dados relativos ao total dos eleitores inscritos no país entre 1905 a 1912 nos revelam

sobre a forma como se comportou o desenvolvimento do eleitorado durante esse período da nação brasileira.

ANO	Nº de Eleitores cadastrados	Porcentagem da população
1905	791 mil eleitores	4%
1912	1,3 milhão de eleitores	5%

QUADRO 1 - COMPARATIVO DO CRESCIMENTO DO NÚMERO DE ELEITORES ENTRE 1905 E 1912

FONTE: Nicolau (2012)

ANO	População/São Paulo	População /Rio de Janeiro	População/Brasil
1890	65 mil habitantes	522 mil habitantes	14,3 milhões
1930	1 milhão de habitantes	1,5 milhão habitantes	37,6 milhões

QUADRO 2 - COMPARATIVO DO CRESCIMENTO POPULACIONAL APÓS A IMIGRAÇÃO ENTRE 1890-1930

FONTE: Nicolau (2012)

Assim, Nicolau (2012, p. 58) nos mostra que após a chegada desses imigrantes houve um salto considerável no crescimento populacional do país. Nas primeiras quatro décadas da república constata-se um profundo aumento do crescimento demográfico no sudeste brasileiro. Isso comprova que nessa trajetória do crescimento do número do eleitorado brasileiro houve maior concentração da circulação da informação entre os estados do Sudeste. Todavia, o autor observa que “embora as indústrias brasileiras estivessem ali bem mais alicerçadas, o país ainda continuava a ser majoritariamente rural e com um grande contingente de analfabetos”. Pelo que Koshiba (2003, p. 341) nos revela um quadro da situação do analfabetismo no país próximo e após a primeira

república: De 1872 a 1890 só 17% da população era alfabetizada. Já de 1900 a 1920 houve um aumento significativo para 35% da população. Note-se que outra vez são dados que coincidem com a entrada da população imigrante no país.

E isso trouxe grandes problemas para os novos representantes do poder a partir da Proclamação da República, que seriam: de que modo incorporar esses trabalhadores à nova sociedade republicana? De que forma esses novos trabalhadores viriam a se integrar às novas práticas de abordagem da informação quanto a escolher novos representantes para o poder? Dali em diante quais seriam os meios informacionais utilizados nos processos eleitorais que seriam capazes de conduzir o eleitorado para um modelo social a altura das transformações que perpassavam a realidade brasileira?

O que pode ser uma resposta atinente às duas perguntas é lembrar o fato de que a nação estava, então, movida pelo processo de libertação de um modelo imperial para um republicano, federalista e democrático. Indício dessa transformação foi visto por Holanda (1995, p. 176) ao salientar que “os velhos proprietários rurais tornados impotentes pelo golpe fatal da Abolição e por outros fatores não tinham como intervir nas novas instituições”. É justamente nesse universo, que surgem os sindicatos atuando também na figura de produtor e mediador da informação dentro dos processos eleitorais de então. A informação já não pertencia à inércia de um povo desmotivado pelas leis eleitorais que tolhiam seu poder de produzir, circular e mediar as informações acerca dos processos eleitorais como no passado. Nessa luta do processo de formação do operariado brasileiro, foi significativo o papel dos imigrantes italianos e espanhóis, chamados de “*artífices*”, que além de responsáveis pela difusão do anarquismo, trouxeram de seus países uma experiência sindical já alicerçada no berço da revolução industrial europeia. “A jornada de trabalho que lhes

era imposta, nove horas, inclusive aos sábados e domingo até o meio-dia, incluindo mulheres e crianças de sete anos”, forneceram material para a produção das informações que circulavam nas muitas publicações operárias que surgiram neste período. Todos os materiais produzidos por eles eram pertinentes às ideologias classistas, e que desencadearam movimentos reformistas (KOSHIBA, 2003, p. 342).

Dentro desse cenário Koshiba (2003, p. 425), sublinha que “no momento em que o anarquismo, duramente reprimido, estava saindo de cena, duas propostas ganhavam espaço: o sindicalismo cooperativista e o comunismo”. O autor afirma que esse sindicalismo cooperativista de então, defendia um movimento operário baseado no reformismo e na conciliação de classes. Seu líder era Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, que desenvolveu suas ideias com a finalidade de harmonizá-las, tanto com interesses dos industriais quanto dos operários, com muitas dessas propostas aceitas e aplicadas pelo governo em 1920. Essas ideias, “eram divulgadas com informações produzidas para circularem em um espaço dirigido por ele na Seção Operária”, onde também cedia a oportunidade de expressão para a tese dos comunistas, apesar, de se reconhecer que havia uma distância que os separava.

Quanto a essa distância, “o Partido Comunista do Brasil tinha uma estratégia flexível e apresentava-se, na prática, como a síntese de superação de todas as correntes propostas ao movimento operário brasileiro de então” (KOSHIBA, 2003, p. 425). Uma entidade que, além de formar uma classe inerentemente revolucionária, também se destinava a liderar os camponeses, uma das principais camadas sociais oprimidas pelo capitalismo.

Na continuidade deste raciocínio, em resumo, “os comunistas eram revolucionários como os anarquistas, pragmáticos como os cooperativistas e políticos como os socialistas”. Com isso, pode-se dizer que reuniam, “num todo articulado, as ferramentas

que seus rivais possuíam separadamente”. Para circular a informação no meio dos operários e fazer adeptos, um dos métodos que utilizaram para ampliar o espaço de ação era a infiltração. “Um militante era escalado para trabalhar em uma fábrica. Lá não deveria fazer agitação, e sim ter *conversas de pé de ouvido* para angariar adesões. Conseguindo-se um número razoável de adesões, organizava-se uma célula, que ficava subordinada ao Comitê Central Estadual”. Com esse trabalho de paciente infiltração, uma base sindical foi instalada. Com isso os comunistas conseguiram lançar em 1927 o boletim informativo em *Bloco Operário*. Todavia, em 1928 o nome foi mudado para *Bloco Operário e Camponês* (BOC), com toda informação mirando as próximas eleições (KOSHIBA, 2003, p. 426).

E é no centro destas questões que surge um novo discurso em torno dos processos eleitorais com a fundação da Ação Integralista Brasileira (AIB), os “camisas-verdes”. Assim ficaram conhecidos os integrantes da organização política de envolvimento nacional da década de 1930. Brandalise (1997, p. 18) admite que, embora o movimento tenha chegado relativamente tardio ao Rio Grande do Sul, foi nessa região brasileira que a Ação Integralista Brasileira (AIB) ganhou maior repercussão e veio a se desenvolver.

Em seguida, a principal reivindicação de seus seguidores era constituir uma alternativa político-ideológica de mediadores. Alternativa esta, que tinha como principal objetivo despertar o verdadeiro interesse do povo em detrimento das já conhecidas políticas eleitorais oligárquicas que anulava a participação popular nos destinos da nação. Também ressalta que este movimento usava como local da propagação de suas ideias teatros e cinemas, onde conseguia-se maior número de pessoas. Ainda acentua que o caráter do movimento integralista pregava “um modo de participação radicalmente novo” com a atuação dos indivíduos não mais mediada por políticos profissionais e influências oligárquicas.

Interessante observar, dentro desta mesma leitura, que apesar de adotarem uma acirrada perspectiva de competição pelo espaço eleitoral na zona colonial do Rio Grande do Sul e, de produzirem material informativo conclamando que o lugar de todos os brasileiros que ainda “amavam a integridade era a batalha nas urnas em defesa da tradição”, os integralistas negavam que sua organização fosse um partido político. Também negavam as ligações existentes entre o integralismo e o fascismo, mesmo com a visível movimentação que se direcionava para a mesma ordem com seus símbolos incontestáveis. E assim, ao adotar a camisa verde eles afirmavam que sua missão era com o Brasil e que esta cor simbolizaria esse vínculo ideológico.

Camargo (2009, p. 3) registra que por onde passavam chamavam a atenção usando, como apelo visual, um uniforme onde usavam todo adereço possível que pudesse ser transformado em símbolo do movimento. No intuito de representar a soma das etnias brasileiras adotaram a letra grega sigma (Σ). Com isso tentavam inserir um conceito de unidade ou formação de “uma única nação do ponto de vista cultural”. Para exibir a ordem e a disciplina reinante no movimento organizavam grandes desfiles durante os quais “cantavam hinos patrióticos” e usavam a saudação *Anauê* (você é meu irmão na língua tupi). Com estrutura rigidamente hierarquizada, os ambientes que serviam de espaço para os encontros oficiais do movimento integralista eram caracterizados com a fotografia do líder do movimento, Plínio Salgado. A foto era colocada em lugar de destaque, sempre entre a bandeira nacional e a bandeira integralista, para reforço do princípio nacionalista que o caracterizava. Nas fotos coletivas todos apareciam de braços cruzados e posição ereta com uniformes semelhantes às camisas-negras do fascismo e às camisas-pardas nazistas. Na “manga das camisas usavam braçadeiras com a letra grega *sigma*, usada na matemática com o significado de soma-

tória, mas que ao ser usado como símbolo do movimento remetia à suástica nazista”. Uma forma de dualidade simbólica proposital.

Dessa forma, eles esperavam traduzir a ideia de totalidade, oriundo do desejo de integrar todas as forças sociais do país. O segmento feminino do movimento usava blusa verde, com a mesma letra símbolo do movimento e saia branca ou azul.

Mas voltando ao panorama anteriormente apresentado sobre os novos discursos que se desenvolviam concomitantemente à fundação da Ação Integralista Brasileira, Salgado (1988, p.109) conclui que a partir de então, esses discursos estariam sempre voltados para aumentar a inclusão dos trabalhadores nos processos eleitorais da nação.

Com isso, aumentava também o interesse do povo em participar e influenciar na elaboração dos textos em torno das leis eleitorais. Dito isso, ela relaciona que a sociedade mudava junto com o Brasil num avanço permanente da urbanização. E que o resultado dessas mudanças podia ser visto no surgimento de novos setores médios do operariado e de uma multidão de desempregados e subempregados.

Dessa forma, a base de sustentação política do arranjo oligárquico selado no final do século dentro das elites brasileiras, juntamente com o eleitorado rural, totalmente submetido aos “coronéis”, via surgir um novo eleitorado urbano. Esse era criador de um universo independente de demandas sociais. Produzia seus próprios elementos textuais de informação, com os quais circulava entre seus pares “vislumbrando no voto um instrumento eficaz de pressão e o condutor natural dessas demandas junto ao Estado”. Tudo isto servia de base para a mudança do pensamento do eleitorado brasileiro naquele contexto. E foi dentro deste contexto que se desenvolveu a Era Vargas.

A INFORMAÇÃO NO GOVERNO VARGAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS: PRIMEIRO PERÍODO

Veja só / A minha vida como está mudada / Não sou mais aquele / Que entrava em casa de madrugada / Faça o que eu fiz / Porque a vida é do trabalhador / Tenho um doce lar / E sou feliz com meu amor / O Estado Novo veio / Para nos orientar / No Brasil não falta nada / Mas precisa trabalhar (Ataulfo Alves e Felisberto Martins).

Nessa contraposição entre o antigo e o novo modo de viver, os compositores dessa canção, gravada em 1941, expunham um juízo de valor que identificam elementos que revelam as ideias nacionalistas e trabalhistas que dominaram o cenário brasileiro durante a era Vargas. Para Skidmore (1988, p. 25), “como em 1889, quando a República sucedeu ao Império, e o controle, no momento crítico, foi assumido pelos militares superiores e então transferido para novos quadros de políticos civis”, a vitória da revolução de 1930 levou Getúlio ao poder. Sua tarefa, então, era bem maior que simplesmente promover uma mudança de elite que o dominava, em declínio das oligarquias hegemônicas. Para manter-se no poder, Getúlio era obrigado a “equilibrar-se entre as diversas forças que formavam a aliança dos grupos revolucionários que o apoiara”. Assim, o Estado Novo foi o fruto de um golpe político-militar, mas que desde início estruturou-se como um Estado autoritário (MORAES, 1998, p. 421).

Um fato que viabiliza uma visão semiótica bem clara dessa realidade consiste no episódio registrado em uma cerimônia alusiva ao Dia da Bandeira em 1938. Em data mais para frente por causa de fortes chuvas no dia oficial, uma filmagem, produzida

a 27 de novembro daquele ano, mostra uma solenidade onde após a missa foi hasteada “uma grande bandeira brasileira com mais de vinte metros de comprimento, estendida na vertical, por trás do altar católico”. Esta bandeira era duas vezes maior que as outras 22 “que estavam içadas em mastros secundários, dispostos em semicírculos e com seus cordéis manejados por crianças de escolas públicas”. Ali estava simbolizada, a União com seus vinte estados, o então território do Acre e o Distrito Federal. O ponto culminante da solenidade foi representado pelo pelotão formado por vinte duas jovens que depositaram essas 22 bandeiras sobre as chamas de uma pira acesa no meio da praça. Uma a uma, cada bandeira foi incinerada como símbolo do sacrifício do nacionalismo unitário e indissolúvel (LIRA NETO, 2013, p. 313).

Ali, desnaturou-se o federalismo desfazendo-se, naquela cerimônia, o que é configurado como um dos princípios constitucionais do regime republicano brasileiro, a autonomia dos estados. Lira Neto (2013, p. 314) completa, que, “como bom gaúcho Vargas sabia da veneração dos conterrâneos pelas três cores da Revolução Farroupilha e da então quase mítica República de Piratini”. Ao mesmo tempo, ele chama a atenção para o que se poderia imaginar o quanto “significou para indivíduos e povos de sentimento regionalista mais empedernido a queima das bandeiras de seus respectivos estados”. Em relação a esse episódio ele acrescenta o registro do despertar da indignação dos paulistas ante a este episódio por conta do conhecido sentimento nativista paulista “acirrado pelas batalhas cruentas da revolta de 1932”. Por isso, estes últimos “não assistiram com prazer a profanação das treze listras em preto e branco, flanqueadas pelo retângulo vermelho que, de acordo com a descrição oficial, simbolizaria o ‘heroico sangue bandeirante’”.

Dessa maneira, o símbolo paulista na Revolução de 1932, ali representado na bandeira do estado de São Paulo, teve seu

uso suspenso. Como suspenso ficou o uso dos símbolos estaduais por todo país. A bandeira paulista só viria a ser oficializada novamente em 27 de novembro de 1946, sob o Decreto Lei 16.349 da Constituição que devolveu aos Estados e Municípios o direito de cultivar seus próprios símbolos. Já a bandeira do Rio Grande do Sul só retomou oficialmente seu uso no estado em 5 de janeiro de 1966 pelo Decreto Lei n.º 5.213.

Vale abordar aqui, segundo Castelfranchi (2006, p.1) nos lembra, de que os “símbolos e signos são tão poderosos que ditaduras querem impô-los”. Também podem ser “tão perigosos que as democracias, que fundam sua retórica na liberdade de opinião e de expressão, podem precisar regulamentar ou proibir sua exibição”.

Entretanto, Kanashiro (2006, p. 1) traz uma argumentação baseada no parecer de José Luiz Fiorin, linguista da Universidade de São Paulo, segundo o qual existe uma fragilidade a respeito do simbolismo quando se trata das “alternativas explicativas relativas aos signos que estão envoltos nas figuras que compõem o pavilhão nacional brasileiro”. Principalmente quanto à “análise corrente das cores e formas da bandeira brasileira, como a que associa o verde às matas ou o amarelo ao ouro”. Então nota-se claramente, que nesse primeiro período de seu governo, Vargas só aceitava a Bandeira Nacional como símbolo oficial dentro da nação. Vale ressaltar que esta foi instituída por decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. Até então, segundo Calandriello (1963, p. 24), o Escudo de Armas e a Bandeira em uso, até a proclamação da República, foram as decretadas em 1822. Antes da independência política, era vedado ao Brasil ter bandeira própria. Vale relembrar aqui, conforme o registrado nesta obra, que bandeira nacional é privilégio de povos livres e organizados em Estado soberano.

Por isso, a 18 de setembro de 1822, D. Pedro I, já havia dado a Debret, o fundador da Academia de Belas Artes, o encargo de dar vida à idealização dos símbolos que viria a ser o Escudo de

Armas e a Bandeira Nacional. Teve a honra de receber essa primeira Bandeira Nacional, que foi entregue ao Exército Brasileiro, pelas mãos do tenente Luís Alves de Lima e Silva, depois, Duque de Caxias. Pela visão do autor, na bandeira nacional, não deixou D. Pedro de reverenciar seus antepassados, visto que, “o branco e o azul da bandeira brasileira reportam-se ao Brasil colônia. Essas foram as cores das Quinas Portuguesas e as cores nacionais de Portugal, que ainda hoje ainda as mantém em seus escudos de armas” (CALANDRIELLO, 1963, p. 24).

Com retorno ao aspecto político eleitoral, para Jambeiro (2004, p. 105), “no Estado Novo o poder executivo assumiu o papel de líder e organizador da sociedade e interveio amplamente na política, na economia e na cultura do país.” Em suas análises, ele observa que “desde a campanha presidencial de 1929, a evolução do uso da música popular como instrumento de propaganda tornou-se bastante expressivo”. Então para a circulação da informação através da música foi usado o rádio que a essa altura já havia se consolidado como um poderoso “meio de disseminação da informação, ideias e opiniões”.

Para Barros (2013, p. 1-3) o uso da informação musical como tipo de interpretante “revela-se rica em contribuições da teoria da filosofia e semiótica de Charles Peirce para a Ciência da Informação”. Ela explica que esse conjunto, por possuir significativas possibilidades, “carrega, por conseguinte, potencial informativo, isto é, algum conteúdo semântico que não pode ser desconsiderado do ponto de vista da ciência”.

Para confirmar tal enunciado lembramos que com estas incursões na cultura e no imaginário popular muitas canções tiveram suas letras modificadas para mudar seu cunho informativo. Com esse pretexto de desconstruir a imagem estabelecida do cidadão, até a famosa figura do malandro carioca, segundo Jambeiro (2004, p. 122), sofreu severas intervenções.

Sob estas imposições, “o samba foi drasticamente reduzido devido às restrições sofridas para o registro deste estilo musical”. O pesquisador registra o fato curioso que ilustra essa afirmação citando o exemplo da música *Bonde de São Januário*, de Wilson Batista e Ataulfo Alves, que foi obrigada a mudar sua letra original que dizia: *O bonde de seu Januário leva mais um otário que vai indo trabalhar*, para: *O bonde de São Januário leva mais um operário. Sou eu que vou trabalhar*.

Também, em relação à música, vale o registro de Lira Neto (2013, p.128) sobre a contratação do maestro Heitor Villa-Lobos para formular um grande plano educacional de “arte e civismo” (aspas do autor), voltado à área da música e à disseminação de corais orfeônicos país afora. Segundo o autor, o maestro conseguiu convencer Getúlio a instituir a obrigatoriedade do canto orfeônico nos currículos de todas as escolas do Distrito Federal. Com essa estratégia, o pesquisador afirma que Getúlio casara dois propósitos: tanto atendia aos reclamos do maestro, que por várias vezes ameaçara abandonar o país por não conseguir sobreviver com sua música na própria terra, como “erigia o nacionalismo, a ordem e o trabalho como signos máximos de seu governo”. E assim, a partir de 1932, as grandes apresentações cívico-orfeônicas de Villa-Lobos passariam a marcar no Rio de Janeiro as principais datas comemorativas do calendário nacional. Sobre o uso da música como forma de representação e disseminação da informação política e eleitoral trataremos mais adiante em outro período governamental. No que tange a este tema, fora das apresentações em público, como era de se esperar, a maior influência da informação na vida do cidadão foi obtida mesmo com o rádio.

Naquela época, marcada por grandes transformações, Jambeiro (2004, p.63) deixa claro que assim que o governo Vargas percebeu o efeito que o rádio provocava nas massas logo tratou de se preocupar com a regulamentação de seu uso. Nesse

tempo, o rádio já havia se firmado internacionalmente como um “poderoso meio de disseminação de informação, ideias e opiniões”. Ultrapassara as barreiras do elitismo para se transformar no veículo do povo, e isso prestava um relevante serviço ao Estado Novo. Tanto, que para esse propósito Vargas tratou de transformar o rádio em “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”. Visto sua ampla influência no comportamento político-social da população.

Mas vale lembrar que “o namoro de Getúlio com o rádio, no entanto, já vinha de longa data. Antes mesmo dos decretos de 1931 e 1932. Desde a década de 20, ainda deputado, ele decidiu apostar no seu desenvolvimento e nos artistas. Foi projetando o alcance e repercussão do rádio que, em 16 de fevereiro de 1926, Vargas conseguiu aprovar o decreto legislativo 5.942, que estabelecia o pagamento de direitos autorais por todas as empresas que lidassem com música”. Ainda para efeito de comparação, Jambeiro (2004, p. 76) recorda que, só “entre 1934 e 1937 foram publicados quatro decretos – 24.651/34, 24.655/34, 24.772/34 e 1546/37 – relacionados com o serviço de radiodifusão”. E como ele mesmo observa, em nenhum desses decretos houve alteração das determinações anteriores.

No último, inclusive, já estavam inseridas as atribuições dos meios de comunicação que previa “estimular a produção, favorecer a circulação e intensificar a racionalização e a exibição em todos os meios sociais de materiais educativos”. Dessa forma, mesmo com a utilização de outros meios disponíveis à época para fazer circular as informações que lhe interessavam, foi mesmo no rádio que Vargas utilizou seu maior poder: o poder de sedução das massas através de seus discursos que alguns historiadores definiam como a “dialética Vargas”. Sua estratégia fora copiada da propaganda política já consagrada pelos políticos norte-ame-

ricanos e que teve a sua origem na revolução russa (LIRA NETO, 2013, p. 309).

Por este método, por exemplo, Vargas discursava em público fazendo declarações simpáticas ao “sentimento geral da caserna, para solidificar uma boa relação com os quartéis”. Comprovação disso foi a forma ufanista como discursou em um evento realizado para homenageá-lo no 1º Batalhão de Caçadores de Petrópolis. Disse-lhes: “Encarai com orgulho a nossa bandeira e atentai na sua beleza simbólica. Ela é verde e encerra todas as nossas esperanças; é pequena mais cobre todo nosso território”. Já em meio às articulações para tornar-se presidente constitucionalmente e, já com os boatos de suspensão de eleições dominando o país, recebeu o alarmado candidato José Américo de Almeida incentivando-o a dar continuidade à sua campanha: “Tire essa ideia da cabeça”, disse-lhe Getúlio. “Ative sua campanha. Isso é intriga de seus adversários...”. Ao tempo em que desmentia o que ele chamava de boato, discursou no feriado de 7 de setembro despedindo-se do povo com estas palavras: “É pela última vez que, com as responsabilidades de chefe da nação, vos dirijo a palavra nesta data magna.” Assim funcionava a “dialética Vargas” quando investido na tarefa de disseminar a informação (LIRA NETO, 2013, p. 309).

Vemos nesse comportamento dialético, que “a intencionalidade e o propósito consciente de transmissão da informação” quando vista pela ótica de Epstein (1997, p. 30) evidencia que nessa linguagem “a função descritiva, também chamada de representativa ou enunciativa, tem por finalidade, sobretudo informar sobre algo exterior, tanto ao falante quanto ao ouvinte”. Neste seu raciocínio ele enfatiza sobre a terceira função da linguagem: “apelativa e com a finalidade principal de conseguir uma determinada conduta do ouvinte”. E era isto que Vargas fazia o tempo todo.

Visto por este ângulo, no que diz respeito aos processos eleitorais, Lira Neto (2012, p. 522) adverte que em seu primeiro

discurso pós-revolução, Vargas já havia deixado uma lacuna que preocupou os mais atentos. Sem o uniforme militar usado durante a revolução, Getúlio, de paletó e gravata, previa em seu discurso: conceder a anistia; sanear moralmente a nação; melhorar o ensino público; nomear comissões de sindicâncias contra crimes financeiros; remodelar e reequipar as forças armadas; fazer a reforma eleitoral; reformular o funcionalismo público; cortar as despesas supérfluas; incentivar a produção agrícola e a policultura; extinguir progressivamente o latifúndio; rever o sistema tributário; implementar estradas e ferrovias; criar dois novos ministérios, a saber, o do Trabalho e o da Instrução e Saúde Pública.

Nenhuma palavra, porém, foi dita em relação à convocação de uma Assembleia Constituinte e, muito menos, sobre possíveis eleições no país em um futuro próximo. Se, refletiu ou não, sobre tudo o que prometia, para Gomes (2000, p. 61), na “elaboração de conceitos buscamos compreender e explicar a realidade na qual vivemos através da criação de signos, significados”. No entanto ela admite que desta forma, “também criamos nossos valores, desejos e fantasias que constituem nossas subjetividades geradas por nossas experiências e expectativas”. Por fim admite que “em um processo semiótico, o homem utiliza a informação para fazer generalizações e previsões”. Ou seja, trabalha com a sinalização emitida pelos emissores das mensagens.

Seguindo o curso da história, em 25 de janeiro de 1932 aconteceu o ápice do movimento popular organizado por ligas pró-Constituinte que já vinha se reunindo em todo país. Eram multidões que se concentravam em praças públicas para exigir a redemocratização do país. Vargas encomendou a uma comissão coordenada por Maurício Cardoso um novo Código Eleitoral. Esta vinha com um novo conteúdo que foi considerado mais avançado que o anterior. Isso porque, nesse novo código eleitoral, constou pela primeira vez o voto secreto, o voto feminino e a extinção da

Comissão de Verificação de Poderes do Congresso. Essa comissão tinha, até então, o poder de validar votos, autorizar a expedição de diplomas eleitorais e até de barrar a eleição de oposicionistas pelos deputados e senadores governistas que a compunha (LIRA NETO, 2013, p. 27).

Aqui podemos constatar, que documentos como os produzidos e circulados nos anos 1920, por militantes da causa feminina como Maria Lacerda de Moura e outras pioneiras fundadoras da *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher* com pauta que também incluía o sufrágio feminino, serviram de combustível para que finalmente, a 16 de julho de 1934, surgisse a primeira Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil que contemplava algumas das antigas aspirações das camadas médias urbanas brasileiras: a Justiça Eleitoral e o tão ansiosamente esperado pelas mulheres, o direito ao voto.

Todavia, Fausto (2006, p.221) registra que a Constituição de 1934 determinava esse direito apenas para mulheres que exercessem função pública remunerada. Fato que, Lira Neto (2103, p. 141), detalha enumerando as demais condições para o direito ao voto pelas mulheres conforme texto do artigo: as solteiras que tivessem economia própria e vivessem de trabalho honesto; *as viúvas; as casadas que trabalhassem fora de casa, desde que devidamente autorizadas pelo marido; as desquitadas; as que em consequência da ausência do esposo estivessem na direção da família; e, por fim, as que tinham sido deixadas pelo marido há mais de dois anos.*

Quanto a esse texto, entretanto, o próprio Getúlio Vargas, decidiu simplificar a lei abolindo essas restrições. Apesar disso, para exercerem seus direitos de eleitoras, o segmento feminino teve que continuar seu trabalho de produção e circulação da informação por meio de panfletos distribuídos pelos movimentos feministas, no intuito de rechaçar o comportamento masculino

de repúdio à presença feminina nas filas de votação e durante todo o processo eleitoral.

No entanto, aquelas manifestações de insatisfação masculina não conseguiram impedir que no sufrágio de 3 de maio de 1933, para escolher os representantes da Assembleia Constituinte, fosse eleita a primeira deputada do país. Assim, a médica paulista de 41 anos, Carlota Pereira de Queiroz, uma das pioneiras do movimento em prol do voto feminino alcançou a primeira suplência na bancada do Distrito Federal, assumindo o mandato com a morte do titular em 1936. Dessa forma, fica comprovado que a informação panfletária encontrou ouvido, voz e mãos naquele pleito marcante para o empoderamento da mulher (LIRA NETO, 2103, p. 141).

Do ponto de vista prático, no entorno da nova constituição aprovada a 14 de julho de 1934, entre os pontos mais importantes de seus 187 artigos instituiu-se no país o conceito de segurança nacional; regularizou-se a federalização das minas, jazidas minerais e quedas d'água. Também foi aprovada a expulsão de estrangeiros perigosos à ordem pública e ficou reconhecido o direito dos trabalhadores a férias remuneradas, salário mínimo e limite diário de jornada de trabalho. E mais: dali em diante o Executivo prestaria contas ao Legislativo, o Senado conquistava o direito de suspender a concentração de forças militares em qualquer unidade da federação e o Tribunal de Contas ganhava a condição de órgão independente com decisões irrevogáveis. Com esse recurso dizia-se a salvo das "pressões e influências da Presidência da República". O tempo do mandato presidencial teria quatro anos sem direito a reeleição. Logo que foi informado da promulgação do texto Vargas "classificou-o de monstruoso" e desabafou contrariado que seria o primeiro revisor daquela Constituição (LIRA NETO, 2013, p.189).

Finalmente, na sessão de 17 de julho de 1934 a Assembleia elegeu o futuro presidente da República e, a 20 de julho de 1934, Vargas tomara posse como presidente constitucional do Brasil. Mas, no entanto, mesmo com toda essa movimentação em torno da legitimação da nova constituição, ao se aproximar o tempo de promover novas eleições um verdadeiro cenário foi montado. Tudo porque Vargas encontrou um meio de continuar no poder. Através da divulgação de “uma falsa informação de que o país estava prestes a ser tomado pelos comunistas” disseminou pelo país um sentimento de anticomunismo. Com isso ele conseguiu bloquear as articulações em torno de uma incipiente campanha eleitoral para presidente do país lançada em fins de 1936. O nome falso criado para o plano imaginário, *Plano Cohen*, seria, na verdade, um nome sugestivo derivado do sobrenome do autor de um artigo publicado alusivo a um levante comunista húngaro comandado por Bela Kun. Com base nesse documento, o chefe do serviço secreto da Ação Integralista Brasileira, coronel Olímpio Mourão Filho, a pedido de Plínio Salgado, redigiu um texto onde se detalhavam “supostas ações que os comunistas estariam planejando para instituir um governo de extrema esquerda no país” (LIRA NETO, 2013 p.304).

E foi mais uma vez no rádio, a 10 de novembro de 1937, em cadeia nacional, no programa oficial *Hora do Brasil*, que o suposto plano foi divulgado. Fechado o Congresso que Vargas houvera empossado em 1934, uma nova Constituição foi outorgada e o presidente passou a governar por decreto. E assim, com o aproveitamento do artifício daquele boato, ele conseguiu governar até 1942 (KOSHIBA, 2003, p.423).

Abrimos aqui uma ressalva para falar do uso da informação falsa como meio de produção e circulação da informação utilizada nos processos políticos governamentais. Segundo Cruz (2014, p.36), “os boatos ou rumores estão inseridos no cotidiano

das pessoas e constituem uma mídia alternativa aos meios de comunicação oficiais”. Admite que estudos sobre boato levam à conclusão que seu desenvolvimento é uma indicação também, dentre outros fatores, “da não aceitação passiva de versões oficiais que contradizem a crença do grupo. A aceitação da versão oficial remete a credibilidade das fontes através da transparência na divulgação de informações que devem ser confiáveis”. Quando se trata de períodos eleitorais, por exemplo, é difícil para o cidadão que não lê assiduamente, ou nunca, capacitar-se para perceber o caráter de confiabilidade da informação política.

Visto por este ângulo, não é de se estranhar que o povo viesse a acreditar nesses boatos uma vez que, para isso, conforme já foi salientado, Vargas já vinha se articulando no uso da informação como meio da construção no imaginário popular como protetor dos trabalhadores. Principalmente depois de muitos embates com os movimentos associativos de “industriais e comerciantes que acabaram por aceitar a legislação trabalhista embora, a princípio, combatessem as medidas governamentais, especialmente aquelas que concediam direitos aos trabalhadores” (FAUSTO, 2006, p.188).

Nesse curso, Fausto (2006) pontua também sobre o uso sistemático do rádio como instrumento de informação, por onde Vargas construía diariamente a sua figura simbólica cultuada como um mito. E assim, com essas estratégias de composição da imagem como protetor dos trabalhadores, Vargas, de acordo com Fausto (2006, p. 207), colocava ao seu dispor os membros de sua equipe para:

- Produzir informações diárias – as quais ele mesmo transferia às massas todas as noites no rádio;
- Produzir informações semanais – as quais ficavam sob a responsabilidade do ministro do trabalho, que em suas palestras, tam-

bém radiofônicas, contava a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia, por vezes, às audiências determinadas: aos aposentados, às mulheres, aos pais de menores operários, aos imigrantes etc.

- Produzir informação para as cerimônias anuais – como as alusivas ao dia do trabalhador, 1º de maio, realizadas a partir de 1939 (o famoso bordão, “Trabalhadores do Brasil” que se tornou sua marca registrada seria usada a partir de um discurso nas imediações do Catete em 13 de maio de 1938). Nessas comemorações, que eram realizadas em estádios de futebol, reuniam-se grande massa de operários e o povo em geral. Esse último evento era o mais esperado do ano, pois, para essa ocasião, além da informação produzida durante o ano, guardava-se também para divulgação, informações que tivessem grande alcance social.

Aqui cabe um comentário quanto a uma faceta do alcance das leis voltadas para atender medidas sociais tomadas pelo governo Vargas. Durante esse ponto da pesquisa encontrou-se o registro de um acontecimento que envolvia uma parcela da sociedade que não estava registrada nos mapas eleitorais e, aos quais, a informação não chegava por nenhum suporte. Em excursão realizada pelo nordeste brasileiro, no Ceará onde visitou a capital, Fortaleza, Vargas também passou pelas cidades cearenses de Icó, Orós, Choró e Quixadá. Porém, muito do que foi visto da realidade naquele solo brasileiro ficou resguardado ao silêncio e “a caravana passou ao largo dos abomináveis ‘campos de concentração’, zonas rurais cercadas, isoladas à margem das cidades e nas quais, na grande seca de 1932, foram confinados em condições subumanas cerca de 70 mil flagelados”. Por trás de cercas de arame farpado “homens, mulheres e crianças ficaram impedidos de sair do local por soldados da polícia formando currais humanos”. Eram retirantes que, mantidos longe das páreas urbanas, foram alvo de uma assumida política de higienização social (LIRA NETO, 2103, p. 148).

Trazemos esta questão para o centro dessa discussão, porque no tocante à formação da imagem de “Pai dos pobres”, observa-se aqui um contrassenso, pois, de acordo com Jambeiro (2004, p. 114), esse era o perfil difundido pelas informações disseminadas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado exatamente por Vargas pelo decreto nº 5.077, de 29/12/1939. E esse mote seria também difundido nos textos em torno das plataformas de suas futuras campanhas eleitorais que girava sempre em torno da defesa dos oprimidos. No esforço de manter essa imagem de popularidade para o público que tinha contato direto com seu gabinete e com sua família, Vargas evitava aparecer de semblante fechado exigindo, inclusive, de seus auxiliares mais diretos, uma imagem de descontração que nem sempre era real (LIRA NETO, 2013, p. 42).

Nesse sentido, na revista americana *Times*, em agosto de 1946, sem a intervenção do DIP, já que se tratava de uma publicação internacional, Vargas apareceu na reportagem de capa com o semblante preocupado e austero. Já nos periódicos nacionais, com a intervenção do DIP, ele sempre aparecia com seu símbolo, o sorriso.

Voltando a falar em relação ao aspecto da informação por meio da imagem apresentada ao público em geral, afirma Moraes (1998, p. 369), que “Vargas submeteu todos os meios de comunicação à censura que só podiam publicar matéria oficial produzida pelo DIP. Programas de rádio eram censurados e músicas eram proibidas às centenas”. Quanto aos jornais, aqueles que não se submeteram a esse sistema, “como *O Estado de São Paulo*, ficaram diretamente sobre o controle governamental por vários anos”. Ainda para a consolidação da construção dessa imagem, Vargas, segundo Lira Neto (2012, p, 525), produzia informação que tinha como suporte uma série de livretos ilustrados e coloridos de “caráter pretensamente didático e biográfico”. Eis alguns títulos:

- História de um menino de São Borja;
- A história de presidente Getúlio Vargas contada por Tia Olga aos seus sobrinhos;
- Getúlio Vargas para crianças;
- Getúlio: uma biografia para a gente moça;
- O Brasil novo: Getúlio Vargas e sua vida para a criança brasileira.

Só a título de complementação, segundo Lira Neto (2013, p.326), “escolas e bibliotecas eram inundadas com folhetos e cartilhas verde-amarelas, em que sobressaiam as mensagens ufanistas. Houve larga produção de biografias ilustradas do presidente da República”. Além disso, o governo tanto imprimia quanto distribuía retratos, cartões postais, pôsteres em imensas quantidades.

Com essa prática, Vargas alcançava o coração das famílias e assim garantia uma futura geração de eleitores. E assim ele utilizava esta forma de registro adequando-as às circunstâncias da situação do momento. Por isso, nessas leituras, a narração e representação de histórias de sua infância e de sua família eram contadas e recontadas com a clara intenção de fortalecer os laços com suas origens.

Nelas apresentava suas ideias diante dos fatos, com marcas discursivas que davam a reconhecer as intenções e valores de seu governo, que vinham atrelados e vinculados ao discurso (LIRA NETO, 2012).

Lira Neto (2013, p. 242) ainda observa que, enquanto Vargas acalentava a juventude com seus documentos de propaganda, onde a tônica era o culto à pátria, não descuidava de manter paralelamente uma rede de informações a serviço do governo. Essa rede era formada, inclusive, por agentes duplos como era o caso de “Johann de Graaf que mantinha, tanto seus interlocutores britânicos quanto Vargas informado das movimentações políticas belicosas ou de ameaça ao governo”. Em contrapartida, o pesquisador

adianta que desembarcaram no Brasil, entre julho e setembro de 1935, funcionários enviados pela União Soviética onde ele lista entre outros nomes o do “norte-americano Victor Allen Baron, especialista em radiotelegrafia, incumbido de montar uma estrutura de comunicação entre o Rio de Janeiro e Moscou”. Também foi o caso “do italiano Amleto Locatelli, instrutor militar, encarregado de auxiliar os trabalhos de Johnny de Graaf, e do polonês Mendel Mirochevski, com larga experiência conspiratória junto aos movimentos sindicais”. Não seria então claro, uma visita para fins turísticos.

Ao notar a presença de Johnny de Graaf, anteriormente citado, como o agente duplo do governo Vargas, fica explicado o fato ocorrido no levante de novembro de 1935, onde Getúlio deixou atônitos o chefe do Estado-Maior do Exército, general Pantaleão Pessoa e o Ministro da Guerra, João Gomes. Os generais se deram conta de que tanto a polícia quanto um de seus generais de pasta “não obtinham informações tão precisas em torno do movimento quanto o presidente. Tudo o que havia chegado até então eram apenas ruídos, mas não informações importantes e completas” (LIRA NETO, 2013, p.245).

Não seria demais lembrar um pouco do que falamos anteriormente sobre a influência do pensamento positivista que aqui aparece já perdurando há mais de quatro décadas de república. Chamamos a atenção para os fortes pontos de convergências entre o rumo tomado pelo governo ditatorial desse primeiro período da era Vargas e essa corrente filosófica que angariou “adeptos entre personagens com forte participação no meio político”. Àquelas considerações juntamos o relato de que “os membros da ortodoxia positivista foram responsáveis por uma forte militância a favor de um regime ditatorial que eles consideravam o ideal: a Ditadura Republicana”. Ideal este, que, conforme o mesmo texto exemplifica, na “visão de Augusto Comte, deveria ser conduzido por um bom ditador e conservador que soubesse conduzir as massas, o

que levaria à transição da humanidade para a sociedade positiva”. Nota-se então, que a forma de governar de Vargas estava confortavelmente inserido neste perfil (MELLO, 2014, p.4).

Outra visão que não deixa dúvidas quanto à relação do modelo ditatorial do governo Vargas e o pensamento positivista pode ser constatada em Mello (2014, p. 3) quando ele afirma também que “o grupo de grande destaque em influência política fora da capital federal era o Rio Grande do Sul quando esteve “sob a liderança de Borges de Medeiros, Júlio de Castilhos e do então ex-ministro Demétrio Ribeiro”. Segundo o autor estes “lideravam um estado com uma constituição identificada com o positivismo”.

Dentro dessa mesma perspectiva Lira Neto (2013, p. 326) admite que o material biográfico preparado pelo repórter destacado pelo jornal *A Noite*, Leal de Souza, para acompanhar Getúlio em suas viagens e solenidades públicas, comparava-o ao positivista Júlio de Castilhos, a quem denominava de “matriz ideológica de toda uma geração de republicanos”.

Abre-se aqui um parêntese, como forma de contribuição interdisciplinar, para registrar o que Lira Neto (2012, p. 522) acrescenta sobre o grave problema que a equipe de gabinete de Getúlio teve assim que assumiu a presidência. Sua equipe, que ele trouxera de seu antigo gabinete do Rio Grande do Sul, descobriu que não havia nenhuma forma de organização ou, sequer, livros de registros burocráticos no palácio do Catete. O pesquisador afirma que os fichários estavam desatualizados e que os despachos eram anotados em folhas avulsas que se extraviavam.

É de se estranhar tão descaso com a produção da informação oficial do país e, que até esse tempo não houvesse uma política voltada para a seleção e tratamento de tais documentos uma vez que, desde 1838 fora estabelecido o Arquivo Nacional, à época, Arquivo Público do Império. Por esse instrumento oficial, a partir daquele ano, ali deveria, em uma das três secções, a saber,

administrativa, legislativa e histórica ser depositados todos os originais das leis promulgadas no país. Começava ali um projeto, ou pelo menos uma tentativa de estabelecimento de uma política de recolhimento e seleção dos documentos oficiais produzidos. “Desde então, constantes relatórios e ofícios de seus diretores seriam enviados aos ministros do Império, com veementes apelos quanto à necessidade de transferência da instituição”. No tocante a esta instituição há o registro de que houve quatro mudanças entre 1844 e 1907, mas que “nenhuma parecia adequada a proteger a documentação que começava a se acumular em instalações precárias”. Inclusive relatórios anuais passaram por este descaso.

Até então, o que era permitido ao Arquivo Nacional recolher, ou ali chegava ao sabor dos fatos e das circunstâncias, era simplesmente depositado, sem que quase nada pudesse nortear sua organização, a não ser o difundido rótulo de “arquivo histórico”.

Portanto, não havia realmente critérios para organização da informação com vistas à possibilidade futura de acesso ao seu conteúdo (SALGADO, 1988, p.11).

Outro registro vinculado a esse assunto está relatado em Prado (1906, p.7) onde ele relata que no início da República era intensa a anarquia e a desordem no âmbito do serviço público no Distrito Federal (RJ). Segundo o autor, todas as decisões, atitudes e procedimentos eram discutidos pelos funcionários, às portas das repartições, diretamente com os jornalistas. Não havia segredo que não fosse revelado. Foi necessária uma resolução oficial para coibir tais desmandos onde ordens não eram cumpridas e houvera um verdadeiro estabelecimento do caos.

Em face dessas carências detectadas, no que se refere à organização da informação produzida a partir dos atos governamentais, até aquele período, entendemos que deve ter surgido

daí, então, a decisão visionária de Vargas de solicitar à sua filha, Alzira, ainda durante o governo provisório, providências para “arrumação e catalogação de seu acervo pessoal formado tanto por livros de sua biblioteca, quanto, por uma montanha de documentos, entre cartas, bilhetes, telegramas e anotações esparsas”. Isso com a ajuda de uma funcionária especializada do Itamaraty que, apesar do texto de Lira Neto (2013, p. 82) não especificar, fica claro tratar-se de uma bibliotecária de carreira. Esta conclusão pode ser facilmente viabilizada uma vez que, segundo Almeida (2012, p.37) data de 1911, com início oficial em 1915, a criação do primeiro curso de biblioteconomia do Brasil, na Biblioteca Nacional. Também pela análise do programa de uma das disciplinas, pois, seu conteúdo estava de acordo com o que Alzira e a funcionária do Itamaraty iriam precisar colocar em prática para a produção e organização da informação daquele material.

Segundo Lira Neto (2013, p.82), foi graças a esse espírito visionário de Vargas que os pesquisadores nacionais e internacionais teriam ao seu dispor, no futuro, acesso a esses documentos que foram doados pela família. Hoje eles fazem parte do acervo do CDOC da Fundação Getúlio Vargas e compõem “o maior arquivo de um presidente do Brasil disponível a pesquisadores nacionais e estrangeiros”. Dessa forma, Alzira ficou encarregada de acompanhar e também participar como organizadora do arquivo pessoal de Getúlio Vargas no qual, “milhares de páginas, sem ordenação alguma, foram catalogados por datas, temas, autores e assuntos”.

Ali eram conservados em segurança os segredos políticos e pessoais de Vargas e, especialmente, do governo. Consta ainda neste trabalho que só Alzira “tinha a chave que dava acesso àquele manancial inesgotável de informações. Fontes primárias que ajudariam a desnudar a história de um período crucial da República Brasileira” (LIRA NETO, 2013, p. 82).

Importante registrar também que Vargas chegou a demonstrar, em determinadas circunstâncias, possuir o hábito de mandar tirar cópias datilografadas em papel timbrado de documentos importantes antes de assiná-los. Foi assim que procedeu quando recebeu do general Góes Monteiro uma minuta da declaração de renúncia no dia 29 de outubro de 1945. Lira Neto (2013, p. 488) lembra que, passando os olhos pelo papel e sem demonstrar maior interesse entregou-o a seu secretário para que realizasse, como de costume, tal procedimento. Além disso, como precaução pediu o prazo de 48 horas para deixar o Palácio. Alegou precisar encaixotar seus pertences pessoais. Contudo, segundo o pesquisador, esse tempo foi usado mesmo para a preservação de seus importantes papéis.

Vargas reunia nesse seu acervo um dos seus maiores instrumentos de informação que eram as cartas. Em tempo, como bem enuncia Espírito Santo (2012, p.14) “as cartas são consideradas como instrumentos de transmissão de informação que fazem parte de um processo discursivo e estão inseridas em condições sócio históricas”. Vale aqui ainda, a orientação teórica para este fenômeno dada por Barreto (2002, p. 67) para quem, da relação da informação com o conhecimento revela-se uma estrutura piramidal onde, na base da pirâmide existe “uma sucessão de eventos, que se realizam fora do estoque, na mente de algum ser pensante e em determinado espaço social”. Ora, esse ser pensante, aqui simbolizado pelo chefe do governo, Vargas, insere-se naquilo que o autor enfatiza ao falar sobre as diferenças existentes na condição da informação com seus estoques e seus fluxos.

Quanto ao futuro dessa informação, preservada a princípio só por Vargas, vale ressaltar que o cuidado que ele tinha com as cartas e demais objetos de seu acervo merecem a contribuição do tratado de Meyriat apud Ortega; Lara (2010, p. 6) que tem como uma de suas questões centrais a forma “como um objeto pode

tornar-se um documento”. Principalmente de como os documentos escritos podem ser vistos como “um caso privilegiado, ao considerar ser a escrita o meio mais comumente utilizado para se comunicar uma mensagem”. Que se lembre, no entanto, que neste caso, ajuda muito o que o próprio artigo contribui, em sua finalização, ao afirmar que “a noção de documento é muito mais ampla que a noção de escrita”. Visto desta maneira, admitimos uma analogia à proposta de Barreto (1994, p.2) pela qual podemos entender que “a produção da informação, definida por nós como estruturas significantes, operacionaliza-se através das práticas bem definidas”. Segunda sua proposta este procedimento trata-se de um processo de transformação orientado por uma racionalidade técnica especificamente ligada a este fenômeno.

Voltando às cartilhas informativas produzidas pelo governo Vargas, deve ser levado em conta que pelo quadro socioeconômico que é apresentado por Fausto (2006, p.217) havia crescido durante o primeiro período de seu governo o número de brasileiros que podiam ler a produção desses textos oficiais. Houvera “um declínio no índice de analfabetos que caíra de 69,9% em 1920, para 56,2% em 1940, entre a população de 15 anos ou mais”. Quanto ao ensino superior, entre 1929 e 1939 houve um relativo crescimento de “60% do número total de alunos que passou de 13.200 para 21.200.

Ao que tudo indica, esse quadro concorreu para o aumento do comparecimento às urnas nas futuras eleições ocorridas no país. Só para comparação, “enquanto nas eleições de 1930, tinham votado 1,9 milhão de eleitores, representando 5,7% da população total, em dezembro de 1945 votaram 6,2 milhões, representando 13,4% da população que formavam longas filas para votar” (FAUSTO, 2006, p. 219).

3.1 SEGUNDO PERÍODO DO GOVERNO VARGAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

Antes de passarmos para a segunda incursão de Vargas no Executivo, vale lembrar que no primeiro período de seu governo a informação era vigiada nos jornais, onde, segundo Chagas (2012, p.490), havia sempre um censor que chegava todos os dias pela manhã para ler os jornais antes de eles irem para o prelo. Mas no final de seu governo essa rotina teve uma manhã inusitada. Em Minas Gerais, quando o censor que por longos anos liberava ou proibia o conteúdo do jornal *Diário de Minas* chegou para mais um dia de censura, ouviu do secretário do jornal a seguinte frase: “A partir de hoje, se você quiser ler o jornal vai ter que comprar na banca”. Enraivecido o censor teria respondido: “Eu vou, mas eu volto...” A partir dali a produção e circulação da informação política tomaria novos rumos em seu governo. Ao voltar, em sua segunda fase presidencial, o contexto da informação política e eleitoral, com Vargas no poder, não seria o mesmo. O ano era 1945. Final do primeiro período Vargas.

Finalmente, a despeito de todas as movimentações pró e contras, após um breve intervalo de cinco anos Vargas saiu e retornou ao poder. Nesse intervalo assumiu uma cadeira no Senado. Havia sido eleito como deputado e senador por vários estados, já que a legislação de 1945, ano em que se elegeu, permitia. Mas optou por ser senador pelo Rio Grande do Sul. Durante a campanha de retorno à presidência, “praticamente ausente do senado”, Vargas usava em seus discursos informações de acordo com as necessidades do estado que percorria. E foi assim, que ajustando os discursos pela sua “dialética”, chegou a dizer, no Rio de Janeiro, “que se fosse eleito o povo subiria com ele os degraus do Palácio do Catete e ficaria no poder” (FAUSTO, 2006, p.224).

A estratégia aliou-se ao tempo, e converteu essa promessa nos votos típicos daqueles que acreditam na informação prévia que provém dos especialistas na arte de conquistar o poder.

Observa Lira Neto (2014, p. 190), que os textos de Vargas, preparados por *ghost-writers*, nem sempre o agradavam que além de dar suas opiniões e correções, também reclamava do teor exageradamente acadêmico. Vargas temia não conseguir chegar até à alma do povo. E mais ainda, que este não entendesse claramente os sérios acontecimentos no entorno das questões sociais que poderiam atingi-los em cheio. E foi nessa fase da vida política de Vargas que surgiu a figura do jornalista Samuel Wainer. Este deixou o emprego nos Diários Associados, grande conglomerado do ramo de notícias da época, para fundar seu próprio jornal. "O responsável pelo novo projeto gráfico com identidade visual trazendo fotografias coloridas na capa, uma sensação e tanto, disse para Samuel: 'Vou dar ao logotipo a cor dos seus olhos'". O logotipo era todo estampado em azul.

Para fugir da impessoalidade característica da época Wainer procurou interagir com o leitor. Problemas do dia a dia, corriqueiros e populares, passaram então a ser notícia de jornal. Condições dos asfaltos; superlotação dos ônibus; vida dos artistas; do mundo esportivo e político, mas sempre através do humor; preço dos gêneros alimentícios e crimes, mesmo banais. Tudo em nova linguagem com títulos atraentes e curtos (LIRA NETO, 2014, 221).

Todavia, "por ter que começar do zero", Samuel Wainer precisou contar com o apoio de investidores para adquirir uma massa falida do Diário Carioca. Assim, nesse ponto da investida gráfica e empresarial, ele recebeu inicialmente 30 milhões de cruzeiros provindos um terço do empresário Euvaldo Lodi, financiador da campanha de Vargas. Os outros dois terços vieram do banqueiro

Walter Moreira Salles e do presidente do Banco do Brasil, Ricardo Jafet (LIRA NETO, 2014, 222).

O comando da publicação foi confiado por Wainer a um “grupo de notória tendência esquerdista”. No entanto, “a Última Hora não escondia de ninguém que surgira com a função de atuar como instrumento político a favor do governo – ou, nas palavras do próprio dono, para ser uma ‘expressão do getulismo’” (LIRA NETO, 2014, 223).

Uma vez terminada a campanha, mesmo não conseguindo o índice de votação esperado, apenas 48% do total de votos, contra 29% do brigadeiro Eduardo Gomes e 21,5% de um político mineiro quase desconhecido, o advogado Cristiano Machado, Vargas voltou ao poder em 31 de janeiro de 1951, dia em que tomou posse e deu início ao segundo período do governo Vargas. Segundo Fausto (2006, p. 230), “sob pressões e sem uma sólida base de apoio a seu governo” Getúlio lutava para não perder o poder.

O acontecimento traumático que a oposição desejava para depor o presidente foi proporcionado pelos próprios componentes de seu círculo íntimo. Na tentativa de assassinar o grande opositor de Vargas, o jornalista da “Tribuna da Imprensa”, Carlos Lacerda, o homem contratado para consumir o atentado por Gregório Fortunato, seu guarda pessoal, “acabou assassinando o acompanhante de Lacerda, o major da aeronáutica, Rubens Vaz”. Esse opositor divulgava informações adornadas pelo bordão que circulava ruidosamente nas praças: “Debaixo do Palácio do Catete corre um verdadeiro mar de lama”. O cerco se apertou e Vargas optou por sair de cena através de um ato trágico cometendo suicídio. Deixou sua “carta testamentária”, com informações políticas, sociais, históricas e econômicas que até hoje fornecem material para os mais diversos campos das ciências (FAUSTO, 2006, p. 230).

Pela via da abordagem simbólica, Heymann (2012, p.1) enfatiza que o emblemático suicídio de Vargas produziu um legado político que é comum quando se trata da morte de um personagem de trajetória relevante. A autora acrescenta, que na “morte heróica, os homens públicos fazem a passagem de uma forma de existência dominada pelas vicissitudes que caracterizam o tempo da política”. Mas admite que há também uma passagem além do simbolismo do tempo político que é marcado “pela noção de continuidade, de superação da própria morte”. Essa seria o que “caracteriza o tempo histórico”. Assim ela conclui, por este mesmo raciocínio, que a reação da população diante do contexto de tragicidade da morte de Vargas obrigou a “oposição a recuar, perdendo a vantagem política que acumulara no período que antecedeu o suicídio”. A morte de políticos eminentes traz consigo sempre essa capacidade de mudanças drásticas no cenário político, seja qual for o momento.

Aliada a essas ponderações, Heymann ainda lembra que a famosa carta testamento com suas controvérsias ajudou igualmente a “produzir sensíveis alterações nos rumos políticos do país”, por onde uma referida segunda versão desta carta, que não teria vindo a público, registrava como a primeira, ainda que de maneira menos eloquente, sua projeção para o futuro que soava como uma espécie de referendo: “A resposta do povo virá mais tarde...”.

OS GOVERNOS POPULISTAS E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

Após a morte trágica de Vargas seu vice, Café Filho, assumiu o poder. No entanto, doente, teve que licenciar-se para tratamento. Embora haja controvérsias para este fato, segue-se o relato de que ele não conseguiu retornar e, um ano depois, em 1955, houve um novo processo eleitoral. Havia os rumores de um golpe militar, mas, ao final das eleições presidenciais, Juscelino Kubitschek saiu vencedor com sua tônica jovial e seu famoso Plano de Metas. Era o seu projeto político econômico, de ação desenvolvimentista, que prometia fazer o Brasil alavancar e crescer cinquenta anos em cinco.

Apesar de ter o cotidiano atormentado por sérias dificuldades familiares, Juscelino deixou sua marca simbólica com as alcunhas de “Pé de Valsa”, “Peixe Vivo” e o “Presidente Sorriso”. Segundo Gaspari (2014, p. 418), “só um homem com sua energia conseguiria manter um eterno sorriso vivendo expressivas contrariedades familiares somadas às sequelas de um câncer de próstata, diabetes e crises de angina”. Esses são relatos recorrentes em quase todas as suas biografias.

Antes de sair, porém, Juscelino, mesmo após ter construído e inaugurado a nova capital, Brasília, não pôde solucionar os problemas estruturais que a sociedade já herdara de governos passados, os quais não poderiam ser solucionados em tão curto espaço de tempo. E foi nesse vácuo que surgiu a candidatura de seu sucessor (SALGADO, 1988, p.129).

De vassoura em riste, sua campanha propunha-se a moralizar o país, estabilizar a economia e “varrer a bandalheira admi-

nistrativa". Entusiasmava as massas urbanas, as classes médias e certos setores militares impressionados pelos inflamados discursos proferidos em defesa da austeridade, segundo sua plataforma de campanha eleitoral (SALGADO, 1988, p. 130).

O parágrafo acima ilustra bem o símbolo escolhido por Jânio Quadros, que tomou posse como presidente da República Brasileira em 21 de março de 1961, eleito que foi com quase seis milhões de votos. Sua permanência no poder durou pouco. Seis meses depois de subir ao poder renunciou. Porém a marca peculiar que deixou de sua efêmera passagem pelo poder nunca abandonou o imaginário do povo que acompanha a história do desenvolvimento político do país: a vassoura que estava presente à frente de suas aparições em público (SALGADO, 1988, p.130).

Ficaram famosas as palavras que Jânio proferiu ao abandonar seu curto mandato: "Sinto-me esmagado... Forças terríveis levantaram-se contra mim. Se permanecesse não manteria a confiança e a tranquilidade, ora quebradas e indispensáveis ao exercício da minha autoridade" (SILVEIRA, 2004, p.157).

Quanto aos símbolos e ícones, estes não faltaram durante os processos eleitorais deste período ao qual, Moraes (1998, p.379), faz alusão como "os anos áureos do populismo e da experiência democrática vivida pelo Brasil entre 1946 e 1964". No caso aqui, a representação da campanha do presidente Jânio Quadros partiu de um artefato comum ao universo doméstico. Assim podemos admitir que essa ideia partiu do viés da representação mais implícita de um processo de limpeza de uma casa que é a vassoura. Obviamente a casa aqui, sabe-se, seria a nação. Para isso, a julgar pelos estudos segundo Epstein (1997), podemos perceber que neste caso estão associadas classes de fenômenos mediados por códigos culturais. Então se conclui, conforme suas observações, que o que houve foi a ligação de duas classes de fenômenos, a saber, a classe dos significantes e a dos significados.

Mas valem aqui dois registros: o primeiro refere-se à campanha eleitoral para a prefeitura de São Paulo, ocorrida no mesmo período da candidatura de Jânio Quadros e protagonizada pelo candidato a prefeito de Santos (SP), em 1961, Mário Covas. Este adotou como símbolo de sua campanha o mesmo que estava sendo usado no momento pela campanha presidencial, dado à sua afinidade com aquele candidato que o apoiava. No caso de Mário Covas, além da vassoura, foi adicionada a figura de uma girafa.

Sobre esses elementos simbólicos de campanha, encontramos em Epstein (1997, p.71) uma contribuição pertinente à retórica dos símbolos, segundo a qual, “o poder dos símbolos é conhecido por todos os que participam da comunicação persuasiva: os políticos, os publicitários, os vendedores etc.” Ele admite inclusive que “no caso da política, um equívoco, neste particular, pode pôr a perder uma candidatura.” Então, para que se entenda esse potencial que está “encerrado nos símbolos para o controle das ações humanas”, aproveitamos a oportuna observação deste autor acerca desse uso da vassoura como símbolo, tanto por Jânio Quadros, quanto por Mário Covas em 1961. Nesse caso ele propõe uma reflexão diante da possibilidade de um candidato conseguir exprimir, através da representação de uma vassoura, tudo o que ele prometia em seus discursos quanto a “varrer toda sujeira” de uma nação. Além disso, também reflete de como “subitamente um candidato encontra um símbolo que exprime o anseio e o sufoco de toda uma população quando, o gesto simbólico de varrer, torna-se equivalente à mudança política a partir da remoção do lixo”. Não é à toa que este símbolo está volta e meia sendo revisitado. Mais adiante, ele conduz seu raciocínio para o que isso poderia ter representado diante de uma população frustrada que veio a interagir com o candidato. Nem tanto baseado por um programa político, mas auxiliado por um eficiente símbolo. “Canalizando mais a emoção de seu eleitorado, o candidato elide as mudanças radicais na estrutura da

sociedade, pois apenas essas possibilitariam as mudanças prometidas na campanha e representadas pelo símbolo.” Assim, os símbolos de campanha servem para reforçar os ideais ou propósitos que as envolvem.

Para que possamos visualizar ações que respaldam esse suporte como realidade em processos eleitorais, recorreremos a Chauí (2010, p. 503), em seu argumento de que “uma ideologia não nasce do nada nem repousa no vazio, mas exprime, de maneira invertida, dissimulada e imaginária, a *práxis* social e histórica concreta”. Dito isto ela faz a intrigante pergunta: “Que significam as eleições?” E ela mesma responde: “Muito mais que a rotatividade de governos ou a alternância de poder. Simbolizam o essencial da democracia”. No que realçamos dizendo que, pelo menos, é o que deveria. E ela prossegue enfatizando que o poder não deveria “se identificar com os com os ocupantes do governo, [pois] não lhes pertence, mas é sempre um lugar vazio que os cidadãos, periodicamente, preenchem com um representante”. Claro que isso tem vários desdobramentos interpretativos porque, afinal, representantes verdadeiramente escolhidos por seus cidadãos só acontecem em regimes governamentais de democracia realmente consolidada.

No mais, se o problema era preencher esse lugar vazio, a renúncia de Jânio Quadros provocou sérias crises, mas a vacância no poder, de uma forma ou de outra, seria logo preenchida. Forças políticas se dividiram contra a posse de seu vice, João Goulart, popularmente tratado como Jango. A implantação de um governo parlamentarista cercearia por quase dois anos o poder presidencial. Mas, em um plebiscito realizado em janeiro 1963, o parlamentarismo seria rechaçado e João Goulart recuperaria a totalidade dos poderes que lhe fora retirado. Sua permanência no poder vigoraria até o dia 31 de março de 1964 quando foi deposto pela instauração do regime militar no país.

No tocante à informação no governo Goulart, vale ser registrado que, a partir do 83º dia de sua chegada ao Planalto, as “classes produtoras aquartelaram-se fundando o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais”, o IPÊS, que “existiu numa época de proliferação de organizações conservadoras e sobreviveu a todas elas. No apogeu, em 1963, lançou 2,5 milhões de impressos, entre livros, apostilas e folhetos”. Também há o registro editorial tanto de produções anticomunista nacional como trabalhos de alto nível.

O instituto também patrocinava editoriais e reportagens na imprensa. [...] Em pelo menos um caso fez papel de censor pressionando a direção da TV Rio para moderar as piadas do humorista Chico Anísio, um simpatizante do Partido Comunista (GASPARI 2014, p. 154-15).

Próximo aspecto sobre esse governo Goulart a ser comentado versa sobre as divergências que a restauração do presidencialismo trouxe entre esquerda e direita. E isso sem nenhuma margem para alternativas intermediárias. Assim, a direita criou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) para financiar os atos de oposição ao governo. Por sua vez, os deputados da oposição criaram a Ação Democrática Parlamentar (ADP). Já os militares aglutinaram-se em torno da Escola Superior de Guerra. Já o Ministério do Trabalho apoiava as greves conduzidas pela esquerda trabalhista que tinha como espinha dorsal o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (MORAES 1998).

Aliadas às organizações e identificados com as causas populares havia, também, a Ação Popular e a Juventude Universitária Católica. Eram entidades que se identificavam com as causas populares. No campo, surgiam as Ligas Camponesas do Nordeste. Estas colocavam em evidência as agitações advindas das questões em torno da reforma agrária e da exclusão do trabalhador rural dos benefícios da legislação trabalhista. Só com a Lei Federal nº 4.214, de 2 de março de 1963, que essa legislação

se estenderia ao campo com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural. MORAES (1998).

Contudo, nessa época, Moraes (1998, p. 384) registra que o Brasil estava em plena era dos grandes comícios. E assim, acrescenta que a decisão de Jango de realizar um desses comícios no dia 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, ao qual compareceram cerca de 200 mil pessoas organizadas pelas maiores centrais sindicais, agravou a crise que já se instalara. Ele sublinha, que tudo isso colaborou para o rumo perigoso que seu governo assumira ao descontentar a hierarquia militar como, por exemplo, uma decisão da justiça que lhes negava o direito de concorrer a cargos eletivos. Bueno (2010, p. 376), afirma que Jango sabia que havia uma trama da direita para derrubá-lo. E diz ainda que “entre milhares de bandeiras vermelhas” Jango anunciou dois decretos quase simbólicos: “O primeiro encapava refinarias de petróleo que ainda não pertenciam à Petrobras e o segundo desapropriava terras improdutivas localizadas à beira de estradas e rodovias.” Sobre este comício, Markun (2014, p.113) afirma que “empresas que prestavam serviço ao governo bancaram a produção de 3 mil faixas, 3 milhões de volantes e 200 mil jornais tabloides explicando as tais reformas para o povão.” Assim fizeram chegar até ao povo toda a informação política que dispunham.

Das “tais reformas”, vale ressaltar, que se tratava da “versão final do projeto de reformas de base, divulgada em fevereiro de 1964” em que Jango relacionava oito propostas de reforma: administrativa, agrária, bancária, eleitoral, universitária e da educação, urbana, fiscal e cambial e, para completar a lista, um texto acerca do estatuto do capital estrangeiro com seus desdobramentos em torno com da regulamentação das remessas de lucros (MARKUN, 2014, p 108).

A direita católica reagiu a esse evento político reunindo-se em São Paulo com um protesto contra o que eles chamaram de

“ameaça comunista no Brasil com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. As reações se avolumavam (MORAES 1998, p. 384).

Um dos motivos que acirrava o cerco contra o estreitamento dos laços do governo João Goulart com o comunismo provinha do episódio da passagem de Ernesto Che Guevara pelo Brasil em 1961. Jânio Quadros condecorou-o com a Grã Cruz. Vamos lembrar: a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul é um título que homenageia estrangeiros notáveis. A criação dessa comenda remete à época de Dom Pedro I, que a cunhou com o nome de Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul em 1/1/1822 como um ícone do poder do império no país. Com a promulgação da constituição da República no ano de 1891, a Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul foi revogada. Seu restabelecimento ocorreu apenas no governo do então presidente Getúlio Vargas, em 1932. Mas o nome da condecoração foi alterado para Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (ARAÚJO, 2014, p.1).

Por esse episódio, pode-se observar que há pessoas que, por sua participação na História, são adotadas pela humanidade e perdem sua identidade pátria. Assim se transformam em ícones. Aonde quer que vá e, seja o que for que aconteça com elas, atraem o mundo atrás de si. Por isso, a homenagem estampada na reportagem de capa da revista de maior circulação no país, naqueles 19 de agosto de 1961, causou enorme repercussão. O alvoroço, tanto na ala conservadora brasileira, quanto nos EUA, deu-se, porque a figura de “Che”, já àquela época, firmara-se como um ícone na “tentativa de expansão do socialismo na América”. Atitudes como essa, de aproximação com Cuba e também com os países do bloco comunista por João Goulart, precipitaram a deposição deste último representante dos governos populistas (SALGADO, 1988, p.130).

O GOVERNO MILITAR E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

E foi com gosto de saudade que o país se despediu daqueles anos intitulados pelos folhetins romanescos de “anos dourados”. Viria agora o que historiadores e pesquisadores como Rodrigues (2003, p. 12) chamariam de “anos de chumbo da ditadura”, mas, nos textos escolares, Regime Militar.

O primeiro presidente do regime militar, Humberto de Alencar Castelo Branco, segundo Bueno (2010, p. 386), “hesitou muito em aceitar a presidência do país sob o novo regime, mesmo porque não era o único candidato”. Ele explica que apesar do “temor à suposta ‘república sindicalista’ que Goulart estaria disposto a instaurar no Brasil, os militares estavam divididos”. Enfatiza que a Escola Superior de Guerra reunia o grupo dos chamados “modernizadores” e, que neste grupo, se “incluíam Ernesto e Orlando Geisel, Cordeiro de Farias, Antônio Carlos Murici e Golbery do Couto e Silva”. Também sublinha que havia os “militares ‘tradicionalistas’, cognominados de ‘linha dura da instituição’”, conforme eram conhecidos.

Enfim, o governo do presidente João Goulart sofreu um golpe de estado e o poder foi tomado pelos militares que estabeleceu imediatamente o Ato Institucional número 1, o AI-1. Por este instrumento, o governo adquiriu poder para modificar a Constituição e outras séries de resoluções como anular mandatos legislativos, interromper direitos políticos e controlar a sucessão presidencial. Assim, tanto partidos políticos, quanto sindicatos, agremiações estudantis e qualquer organização ou símbolo que

tivesse como objetivo representar a sociedade diante do governo sofreu sua interferência (PETILLO, 2013, p. 185).

Na vastidão de obras e relatos colhidos que tratam deste período, pudemos garimpar casos pitorescos acontecidos e narrados, como foi o caso do sindicalista José Luiz de Oliveira, vide Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada na Bahia (Sintepav). Esse sindicalista, ainda em um determinado dia de 1968, foi obrigado a voltar para casa sem camisa, pois, ao chegar à Praça Dois de Julho, mais conhecido como Campo Grande, no centro de Salvador, foi obrigado a despir e entregar a camisa que trajava. Motivo: a camisa era vermelha.

Ao olhar para outro enfoque, nos chama atenção a constatação de que os meios de comunicação e as manifestações artísticas foram as mais duramente reprimidas durante o regime. Petillo (2013, p.185) declara que “para se fazer arte no Brasil com liberdade de pensamento era preciso sofrer um pouco mais que o normal”. Em seguida ele relembra o pronunciamento do ministro da justiça, Gama e Silva, quando este apareceu na TV para um pronunciamento no dia 13 de dezembro de 1968 e anunciou o Ato Institucional número 5. Este foi o Ato que deu início ao que ele denomina de “período mais duro da ditadura”, com o fechamento do Congresso.

Registre-se que, no dia seguinte, sem poder dar notoriedade ao fato, o *Jornal do Brasil* traria na sua coluna dedicada à previsão meteorológica a informação em forma de metáfora, “Previsão do tempo: Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máxima de 38º graus em Brasília. Mínima de 5º nas Laranjeiras” (PETILLO, 2013, p. 186).

Um exemplo de publicação que sofreu intervenção da censura durante o regime militar foi a revista norte americana *Playboy*. Lançada no Brasil em 1975, este periódico circulou durante três anos com o título, *Homem*, pois o regime cerceava

toda produção artística ou literária que envolvesse símbolos que estivessem atrelados à exposição da sexualidade.

Durante essa fase, segundo Prado; Ortiz; Weiss (2014, p. 79), a informação era manipulada por meios oficiais e a resistência ao regime que implantara formas legais de restrição à liberdade de expressão seria enfrentada com a produção e circulação da informação pelos meios culturais. Acentuam que assim a resistência pela cultura deu lugar ao surgimento de obras que traduziam o inconformismo da nação. Usada como meio de circulação da informação, nesse período da evolução política brasileira, a literatura e as artes híbridas representadas pelo teatro, o cinema e a música eram os maiores alvos da ferramenta política utilizada contra essas manifestações culturais durante o regime militar, a censura. Petillo (2013, p.186), acentua que “Juca Chaves foi um dos primeiros subversivos a enfrentar a censura com suas sátiras”. Vale aqui, a observação de Castro (2014, p. 1), ao explicar que “eram chamados de subversivos todos os que se contrapunham ao regime por entenderem os militares que, pela via revolucionária, estes se manifestavam através da subversão da ordem existente”. Daí a origem do termo.

Outro relato interessante nos confirma que após o regime militar baixar o AI-5, Gil e Caetano foram presos em SP e levados para o Rio, em dezembro de 1968. Então no trajeto que seguia “pela via Dutra, no camburão, os dois ouviam no rádio notícias sobre a viagem da Apollo 8, primeira missão tripulada a orbitar a Lua”. Seria o fato que na prisão ofereceram a Gil um violão. “Com o instrumento, o músico compôs na cela, em 15 dias, quatro canções: Cérebro Eletrônico, Vitruvianas e Futurível foram salvas. A última ele fez um esboço, mas esqueceu (REVOLUÇÃO, 2014, p.1).

Sobre Caetano Veloso, preso com Gil, é dito que antes de ir para o exílio, em Londres, sofreu pressão para compor uma música sobre a Transamazônica. Por sua vez, Clara Nunes, que havia

gravado *Apesar de Você*, de Chico Buarque, foi obrigada a cantar o *Hino das Olimpíadas do Exército* para provar que não conhecia a verdadeira intenção da letra. Isso porque, essa música, segundo histórico registrado por Mello (1998, p.1), Chico Buarque compôs com a plena convicção de que a canção seria vetada. Porém, para sua surpresa, a composição foi liberada pela censura. Como a canção virou mania nacional, a cantora Clara Nunes regravou-a em 7 de janeiro de 1971. Mello ainda sublinha que a artista acreditava que a letra tinha como tema uma briga entre namorados. No entanto, ele afirma que em fevereiro de 1971, o jornalista do *Tribuna da Imprensa*, Sebastião Nery, em uma nota de sua coluna, escreveu acerca da música onde comentou que seu filho e os colegas dele cantavam *Apesar de você* como se estivessem cantando o Hino Nacional. Isso foi o bastante para que os censores atinassem para o verdadeiro teor informacional da canção (PASSOS, 2014, p.1).

Vale narrar que esse episódio rendeu a Nery uma intimação para depor na polícia e, ao censor, foi infringida uma punição por não ter compreendido o teor da mensagem contida na letra da canção antes de aprová-la. Chamado para depor, em um interrogatório, "Buarque foi indagado sobre quem era o *você* da letra da canção. Simulando tratar-se de uma "proposta vaga de comunicação", o compositor teria dito: "É uma mulher muito mandona, muito autoritária". E assim ficou registrada a resposta do compositor e cantor (PASSOS, 2014, p.1).

Neste ponto de encontro, entre o fato narrado e o do tema proposto para este trabalho, vemos uma vertente importante de reflexão dentro da análise semiótica quando Cardoso (2012, p.3,) admite que "o vago está sempre referido à existência de indivíduos precisos e envolve, sobretudo, a impossibilidade de determinar as condições de verdade de uma ocorrência ou proposição". Oportunamente ele também lembra que Peirce em dado momento afirmou que o vago é um componente próprio à comunicação.

Segundo Petillo (2013) nesta confluência entre a censura e os movimentos de resistência, a música tornou-se destaque como tipo de interpretante na informação do cidadão brasileiro durante o regime militar. E aliado a esses movimentos, segundo Mello (2014, p1.), “surgiram as músicas de festival que passaram a ter como bordão o protesto contra a ditadura militar, com um profundo diálogo entre compositores de festival e a classe universitária”. E assim Petillo apresenta como exemplos desses movimentos de resistência trabalhos como:

- A música *Cálice*, lançada por Chico Buarque em 1973, que faz alusão à oração de Jesus Cristo dirigida a Deus no Jardim do Getsêmane: “Pai, afasta de mim este cálice”. Para quem lutava pela democracia, o silêncio também era uma forma de morte. Para os ditadores, a morte era uma forma de silêncio. Daí nasceu a ideia de Chico Buarque: explorar a sonoridade e o duplo sentido das palavras “cálice” e “cale-se” para criticar o regime instaurado. Trecho: “Como é difícil acordar calado/Se na calada da noite eu me dano/Quero lançar um grito desumano/Que é uma maneira de ser escutado/Esse silêncio todo me atordoa/Atordoado eu permaneço atento/Na arquibancada pra qualquer momento/Ver emergir o monstro da lagoa/Pai, afasta de mim esse cálice/De vinho tinto de sangue” (Gilberto Gil e Chico Buarque).
- Já a música *Acender as velas*, lançada em 1965, considerada uma das maiores composições do sambista Zé Keti, inclui-se entre as músicas de protesto da fase posterior a 1964. A letra deste samba possui um impacto forte, criado pelo relato dramático do dia-a-dia da favela. Faz uma crítica social as péssimas condições de vida nos morros do Rio de Janeiro, na década de 1960. Trecho: Acender as velas já é profissão/ Quando não tem samba/ Tem desilusão/É mais um coração que deixa de bater/[...] Deus me perdoe, mas vou dizer/ O doutor chegou tarde demais/ Porque no morro não tem automóvel pra subir/ Não tem telefone pra chamar/ E não tem beleza pra se ver/ E a gente morre sem querer morrer.

- Nos versos “você não gosta de mim, mas sua filha gosta”, Chico Buarque de Holanda encontrou uma forma de driblar a censura. Nas letras da canção, Jorge Maravilha, lançada em 1974, o que parecia uma relação conflituosa entre sogro, genro e filha nada mais era que mais uma de suas músicas. Só que para este trabalho ele usou o pseudônimo de Julinho de Andrade. Na verdade, os versos da canção faziam alusão à família do general Geisel. O general Ernesto Geisel (1907-1996) foi o quarto presidente da república no regime militar. Geisel odiava Chico Buarque. No entanto, a filha do militar manifestava interesse pelo trabalho do compositor. Trecho: E como já dizia Jorge Maravilha / Prenhe de razão / Mais vale uma filha na mão / Do que dois pais voando / Você não gosta de mim, mas sua filha gosta.
- Para fechar, Sérgio Sampaio “botou seu bloco na rua” com um compacto produzido pelo seu amigo Raul Seixas. Petillo (2013, p. 239) atesta que aquela letra “falava diretamente aos corações de todos que viviam sob o manto pesado da ditadura”. Letra: Há quem diga que eu dormi de touca / Que eu perdi a boca, que eu fugi da briga / Que eu caí do galho e que não vi saída / Que eu morri de medo quando o pau quebrou / Há quem diga que eu não sei de nada / Que eu não sou de nada e não peço desculpas / Que eu não tenho culpa, mas que eu dei bobeira / E que Durango Kid quase me pegou / Eu quero é botar meu bloco na rua / Brincar, botar pra gemer.

Petillo (2013, p. 186) lembra o Festival da Canção Popular realizado no Maracanãzinho e transmitido pela TV Record em 1966 no qual, um “Caetano Veloso enfurecido”, após defender a canção *É proibido proibir*, encerrou sua apresentação com um discurso contundente no qual dizia: “Vocês não estão entendendo nada. Se vocês forem para a política como são para a estética nós estamos feitos”. No entanto o autor lembra que a canção *Pra não dizer que não falei de flores*, de Geraldo Vandré, foi recebida de braços abertos tornando-se um clássico “e maior hino antirrepressão da época”. Porém, o que este pesquisador destaca como

a música que recebeu a crítica mais sagaz foi a experimental *Gotham City*, de Jards Macalé. Trecho: Aos 15 anos eu nasci em Gotham City / E era um céu alaranjado em Gotham City / Caçavam bruxas nos telhados de Gotham City / No dia da Independência Nacional / Cuidado! Há um morcego na porta principal / Cuidado! Há um abismo na porta principal / Eu fiz um quarto bem vermelho em Gotham City / Sobre os muros altos da tradição de Gotham City / No cinto de utilidades, as verdades, Deus ajuda / A quem cedo madruga em Gotham City (PETILLO, 2013, p. 187).

Sobre esses versos, fortemente vaiados pelo público, Petillo (2013, p. 187) enfatiza que da informação contida no texto “eles não entenderam nada”. É o que sempre se responde quando um artista não consegue passar para o público o teor da proposta de sua arte. Não entenderam o que Mello (2014, p. 1) admite como uma manifestação de informação cultural através da música, que exerceria uma pressão de proporções inéditas. Confrontando-se em uma arma jamais utilizada em confrontos semelhantes: canções cuja munição estava nas letras dos compositores de festivais. Para o autor a juventude universitária transformou-se em “uma facção da sociedade brasileira que se levantou contra o amordaçamento da democracia no país”. Inclusive ele lembra que há uma música dessa época intitulada *Mordaça*, que fez parte do repertório do disco *O importante é que a nossa canção sobreviva*, de Márcia, Paulo Cesar Pinheiro e Eduardo Gudín.

No teatro, em 1968, atores levantavam suas bandeiras com manifestações todas as vezes que suas peças eram censuradas. A atriz Cacilda Becker liderava essas manifestações. No Rio de Janeiro e em São Paulo as peças “Um bonde chamado desejo”; “Senhora Boca do Lixo” e “Poder Negro” foram proibidas gerando uma greve de 72 horas. Companhias de teatro resistiam apoiadas pelo Centro Popular de Cultura (CPC) criado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) em 1961. A UNE foi extinta em 1964. Entre

um dos nomes que se destacaram em meio a essas mobilizações estava o do diretor do Teatro de Arena de São Paulo, Augusto Boal. Ele adotara uma “linguagem mobilizadora, que daria origem, em 1971, ao Teatro do Oprimido”, com grande aclamação do público (REVOLTAS, 2014, p. 60).

É reconhecido que peças como o “Rei da Vela” tornou-se um marco nessa época. Mas “Roda Viva”, de Chico Buarque, apresentada em 1968, apresentado no teatro Ruth Escobar, em São Paulo, é que tem sido escolhida como um marco do desafio do teatro nesse período “pelo seu teor informativo junto às massas”. Essa montagem, que já fizera sucesso no Rio de Janeiro, sofreu em sua apresentação do dia 18 de julho de 1968, uma quinta-feira, em São Paulo, ataques do Comando de Caça aos Comunistas que teve até a presença de cinco atiradores de elite (REVOLTAS, 2014, p. 50).

Na televisão, Bueno (2010, p. 412) acentua que novelas como *Roque Santeiro*, de Dias Gomes, “foi proibida dias antes de ir ao ar, em 1975; *Selva de Pedra* foi toda podada e *O casarão*, exibida em época de eleição, foi enquadrada na Lei Falcão”, a lei que regulamentava a propaganda eleitoral. A censura da época presumiu que “a novela tinha mensagens subjetivas de apoio a candidatos de oposição”. Ou seja, entende-se que o medo dos censuradores era de que houvesse alguma suposta forma de sinalizar ao público informações que estariam escondidas em mensagens secretas, inseridas dentro das narrativas no processo de construção dos personagens ao longo da novela, a título de suposto entretenimento.

Ora, imaginemos que naquela época já havia essa especulação, tal e qual hoje, quando controvérsias foram criadas a partir da novela *Geração Brasil*, estreada em 2014, na TV Globo, em que na abertura uma imagem originou amplos comentários nas redes sociais. Não foram poucos os fóruns de discussão que se debruçaram para discutir esse símbolo.

Tudo começou, quando alguns simpatizantes do Partido dos Trabalhadores (PT) afirmaram que o título da novela, escrito com letras e números (**G3R4Ç4O BR4S1L**), esconderia uma mensagem subliminar. Segundo esses reclamantes, este procedimento estaria beneficiando o Partido Socialista Brasileiro (PSB), cujo número de legenda oficial é 40, e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), cujo número é 45. Em primeira investigação desta controvérsia, torna-se necessário lembrar que o problema de toda análise semiótica é que, se tomarmos o objeto de forma isolada, todas as análises podem se cancelar como meras interpretações subjetivas (FERREIRA, 2014. p.1).

Finalmente, no cinema, obras como a de Glauber Rocha, *Terra em transe*, *Vidas secas*, de Nelson Pereira dos Santos e Macunaíma, de Joaquim Pedro de Andrade, mostravam a condição da “sociedade brasileira da época”. Situação que deveria a todo custo ser escondida da população, muitas vezes escondida debaixo do ufanismo das letras de canções cantadas por milhões de pessoas alheias à história em curso no país (REVOLTAS, 2014, p. 60).

Por outro lado, enquanto no primeiro período do governo Vargas foi criado um órgão cujo principal objetivo era o controle da informação, no mesmo ano da deflagração da revolução, 13 de junho de 1964, foi criado o Serviço Nacional de Informações (SNI). Com o objetivo de supervisionar as atividades de informações no Brasil, sua origem estava no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado por uma parcela dos empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, em meio aos anos instáveis de 1960, com articulação inicial em 1961, a saber, assim que João Goulart assumiu a presidência. Seu idealizador, o General Golbery do Couto e Silva chegou a compor, aproximadamente em seus fichários, três mil dossiês com as informações das principais lideranças políticas, sindicais e empresariais do país. Para muitos pesquisadores ele foi o grande artífice da Revolução (REVOLTAS, 2014).

No entanto, Prado; Ortiz; Weiss (2014, p. 78) argumentam que esse mesmo general e ministro da casa civil dos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo, “chegou a seu ocaso dando o tom e o ritmo da distensão para o caminho da abertura: lenta, gradual e segura”. Afirmam que o general se manteve como interlocutor de órgãos representativos da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). As duas foram presididas respectivamente por Raymundo Faoro e Barbosa Lima Sobrinho. E dito isso, a oposição democrática avançava rumo ao caminho da redemocratização com o retorno das entidades representativas que se organizavam em torno do novo projeto político que se descortinava.

5.1 OS LIVROS E O REGIME MILITAR

Para Mauês (2013, p. 10), durante o regime militar houve nitidamente projetos literários que desde o início já se mostravam, claramente, como voltados mais para o segmento político que comercial, pelo seu teor de oposição ao poder vigente da época. Ele sinaliza que a revista *Veja*, em sua edição de 4 de janeiro de 1978, trazia como destaque “que a grande marca de 1977 na literatura era ter sido um ‘Ano político’, em que ocorrera uma viva floração de livros políticos – memórias, ensaios, depoimentos, artigos, teses e discursos”, que iam de parlamentares de oposição, depoimentos de exilados e ex-presos políticos, romances políticos, romances-reportagens. Como se pode avaliar, trata-se de um processo produtivo de documentos que hoje fazem parte de um acervo desta fase do desenvolvimento político do país.

Convém lembrar que toda essa produção era impulsionada pelo “retorno do movimento estudantil e do movimento sindical à cena pública, em particular com a greve do ABC paulista e o avanço da campanha pela anistia”. O surpreendente nesse relato, segundo (p. 12), é que a mesma “censura que atingiu tão duramente o teatro, a música e a imprensa nos anos 1970”, conforme vimos no tópico anterior, tenha poupado a “literatura de danos maiores, deixando a maior margem de atuação para denúncia e obras engajadas”. No caso aqui, ela cita a obra de Rubem Fonseca, *Feliz Ano Novo*, que foi apreendida, e o título *Zero*, de Ignácio de Loyola Brandão.

Conforme era de se esperar, como os fins políticos eram difíceis de se adaptarem à lógica empresarial, muitas dessas editoras não passaram do primeiro número. Não só pela dificuldade comercial, mas principalmente pela dificuldade de se conseguir colaboradores que entendessem dos assuntos abordados e que fossem também da mesma linha de pensamento da editora.

Assim Mauês (2013, p 15) admite que o propósito ou razão de ser dessas organizações era produzir um livro que circulasse as informações e ideias neles contidas. Contudo deixa claro que era o lucro que iria possibilitar a continuação dessa produção. Dessa forma ele admite que produzir uma obra daquela, fazendo-a existir e circular informações acerca do regime instaurado era “o fator que permitiria o bom resultado e a continuidade ou não do projeto político editorial”. Sem falar, que estamos tratando de uma época, em que a distribuição deste material em todo solo nacional era quase impossível. Não só pelas limitações tecnológicas da época, quanto pelo cerceamento da circulação da informação política neste período na esfera nacional.

Vejamos o quadro a seguir:

Editora	Fundação	Obra(s) mais expressiva(s).	Autor	Ano
Alfa-Ômega	18/01/1973	A ilha	Fernando Morais	1976
Alfa-Ômega	18/01/1973	Obras de Sérgio Buarque de Holanda, Barbosa Lima Sobrinho, Florestan Fernandes e Afonso Arinos.	Fernando Mangarielo Editor)	
Brasil Debates	09/07/1979	Desde 1981 edita a Revista trimestral <i>Princípios</i>	Editora do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).	1981
Brasiliense	1943	Coleção Primeiros Passos.	Caio Graco Prado (Editor)	1980
Ched editorial	1980	Obras de Marx, Engels, Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo, Mário Pedrosa, Guillermo Lara.	José Roberto Marinho e sócios (Editores)	1980/1984
Ciências Humanas	13/06/1978	Textos de professores e pós-graduandos da (FFLCH-USP).	Raul Mateos Castell (Editor).	1978
Cortez	18/01/1980	Obras ligadas a professores da PUC/ São Paulo.	José Xavier Cortez (Editor).	Ainda atuante
Duas Cidades	1954	Publicou obras de Antonio Cândido, Roberto Schwarz, Severo Gomes e outros.	Ordem dos Dominicanos	A partir de 2006 só a livraria
Escrita (1968 Vertente)	1980	<i>Revista Escrita</i> e o livro <i>A festa</i>	Ivan Ângelo (A Festa)	1976
Global	16/10/1973	Clássicos do pensamento socialista	Luis Alves e José Carlos Venâncio	Ainda atuante

QUADRO 3 – ALGUMAS EDITORAS DE OPOSIÇÃO AO REGIME MILITAR

FONTE: A autora a partir dos dados obtidos em Maués (2014)

Acrescentem-se as estas obras, a publicação *Revista Civilização Brasileira*, da livraria Civilização Brasileira, de Ênio Silveira, que se transformou “em pólo de atração para um grupo de jornalistas e intelectuais dispostos a resistirem ao regime”. Esta revista, apesar de não atingir multidões, “teve um sucesso extraordinário para uma publicação do gênero e tinha grande impacto nos hoje chamados ‘formadores de opinião’” (MARKUN, 2014, p. 189).

Por fim, nesta área, Markun (2014, p. 164) nos contempla com a informação de que apesar do AI 5, surgiram algumas publicações que buscavam arrostar a censura e produzir um jornalismo de combate à ditadura cerca de 150 publicações alternativas que tinham como traço comum a oposição à ditadura teriam surgido entre 1964 e 1980:

- A primeira, em termos cronológicos, foi *Pif-Paf*, de Millôr Fernandes, fundado em maio de 1964. [...]
- O *Pasquim*, lançado em 1969, quase como uma brincadeira entre amigos e que chegou a vender 200 mil cópias por semana em 1970 e reuniu nomes como Jaguar, Ziraldo, Ivan Lessa, Millôr Fernandes, Paulo Francis, Henfil e outros.
- Opinião, primeiro projeto consistente de publicação alternativa lançado em 1972.

Markun (2014, p. 165) ainda lista outros jornais alternativos do país censurados àquela época, entre eles: *Folha da Semana*, *O Sol*, *Em Tempo*, *Coojornal*, *Versus*, *De Fato*, *Repórter*, *Lampião*, *Movimento Flor do Mal*, *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Maria Quitéria*. Em outras cidades do Brasil, além do eixo Rio de Janeiro – São Paulo surgiram as seguintes publicações: Em Recife, o *Jornal da Cidade*; Em Salvador, o *Coisa Nostra*; Em Vitória, *Posição*; Em Aracaju; *Desacato*; Em Brasília; *Cidade Livre*, Em Fortaleza, *Mutirão*.

A INFORMAÇÃO NA REDEMOCRATIZAÇÃO E SEUS ASPECTOS SIMBÓLICOS

Depois de dez anos impedida de realizar passeatas e comícios, uma vasta parcela da população urbana do Brasil saiu às ruas para promover, em abril de 1984 e, em abril do ano seguinte, “enormes manifestações populares, comoventes e intensas”. Artistas, escritores e demais representantes dos diversos segmentos da sociedade saíram às ruas para promover diversos comícios no Rio de Janeiro e São Paulo, quando chegaram a movimentar cerca de um milhão de pessoas. Foi a campanha das *Diretas Já*, que “não podia ser compreendida senão como algo que veio à luz numa conjuntura crítica, num estuário de diferentes crises sem as quais ele não teria sido possível”. Foram vários acontecimentos que culminaram com a vitória da emenda constitucional no Congresso e a eleição indireta para presidente em 1985. Isto aconteceu quando, Tancredo Neves, após ter vencido, não pode assumir por ter falecido antes da posse. Seu vice, José Sarney, ex-presidente do PDS, partido do regime militar, assumiu dando início ao retorno dos civis ao comando do cenário político brasileiro. Era, também, o início do processo de redemocratização do país (RODRIGUES, 2003, p. 11).

Segundo Pinheiro; Sereza (2009, p.1), em 22 de novembro de 1989, uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha apontava o candidato do PRN, Fernando Collor de Mello (Collor), com “48% da preferência do eleitorado, enquanto seu maior adversário, Luís Inácio Lula da Silva, alcançava 39% da preferência do eleitorado. Entre 12 e 13 de dezembro, essa diferença era de apenas um ponto:

46% para Collor, 45% para Lula". Porém, uma informação que surgiu como um boato, sobre um relacionamento extraconjugal do candidato Lula, do qual resultara uma filha, tomou proporções já esperadas pelo adversário político no ponto de encerramento da campanha de 1989. Justo nesse momento, o boato se materializou e tomou proporções que viabilizou um final com a vitória de Fernando Collor. Sobre mais esta situação política, criada a partir de uma informação que, mesmo que sejam reais, tem para o público em geral uma formatação de boato, Cruz (2014, p. 47) afirma: "as acusações espetaculares que ativam o imaginário atraem as atenções do público, mas poucos se atentam às refutações sóbrias dos acusados". Segundo este pesquisador, o que acontece é que "na necessidade de comunicar uma informação urgente, não se tem tempo de verificar essa informação, é preciso divulgar o mais rápido". Possivelmente para que se desencadeie uma reação que possa ser enquadrada dentro dos critérios de imediatismo, ao qual as campanhas eleitorais naturalmente estão atreladas.

E foi realmente isso o que o boato causou nas eleições de 1989, já quase na virada para 1990. Ainda com dados colhidos de Pinheiro e Sereza (2009), a eleição de 1989, para posse em 1990, foi uma eleição que teve fatos bem pitorescos. Um exemplo disso foi o registro como candidato a presidente do apresentador de TV Sílvio Santos. Candidatura que foi cassada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Esse órgão também protagonizou um episódio simbólico em relação à informação eleitoral no tocante à representação da imagem: proibiu a propaganda de uma tintura de cabelo, por entender que ela trazia informações que remetiam para uma possível referência a uma determinada campanha política.

Ainda para cimentar esse assunto acerca da informação eleitoral encapsulada em boatos, terminamos com um último relato em relação à campanha de 1989 protagonizada pelos candidatos Lula e Collor. Este traz em seu conteúdo dados que confirmam a

influência que as falsas notícias podem exercer na trajetória de uma campanha:

[...] uma disputa interna entre correntes moderadas e radicais atrasou a divulgação do programa de governo. Sem um documento oficial, os boatos proliferavam e não podiam ser contidos. Lula, segundo os adversários, confiscaria as cadernetas de poupança; promoveria a ocupação de casas e apartamentos por moradores sem-teto; estatizaria fábricas e lojas e desapropriaria até as fazendas produtivas. Ataques sem fundamentos na realidade, mas que não tiveram resposta adequada e que, para boa parte da população, se tornaram fatos, aumentando a rejeição ao petista.

Na falta de argumentos ágeis e convincentes que rebatam cada boato, a verdade que prevalece é a que mais se estabelece no seio da população (CABRAL, 2013, p. 131).

Enfim, seguindo pelas brechas do caminho da informação deixadas ao longo da campanha de seu adversário, à época, segundo Carneiro (1999, p. 60), Fernando Collor de Mello, o jovem governador de Alagoas que “improvisou um partido político, Partido da Renovação Nacional (PRN), por não ter sido aceito pelo recém-criado PSDB”, disparou nas pesquisas com um discurso de apelo fortemente simbólico que lhe rendeu a alcunha de “Caçador de Marajás” (lembrar-se da “vassoura” de Jânio Quadros).

O alvo de Fernando Collor era “funcionários públicos com salários exorbitantes”. Isso lhe proporcionava uma imagem de anticorrupção. Mesmo seriamente disposto a romper com o comportamento herdado da antiga política tradicional. Em sua posse, “espetacularmente, imita o imperador Napoleão Bonaparte, que, ao ser coroado pelo papa, tomou a coroa de suas mãos e coroou a si mesmo”. Repetiu-lhe a façanha ao tomar a faixa das mãos de Sarney colocando-a, ele mesmo, em seu corpo. Com esse gesto,

fez uma demonstração do que iria simbolizar sua passagem pelo poder. Mas a História também não reservava um desfecho brilhante para o presidente eleito. Durante o primeiro processo de impeachment da América Latina, Fernando Collor de Mello renunciou ao cargo em 29 de dezembro de 1992. Assumiu o seu vice, Itamar Franco (CARNEIRO, p. 61).

6.1 A INFORMAÇÃO NO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1994-2002)

Em uma cronologia cunhada por Carneiro (1998, p.9), FHC, como ficou conhecido o presidente Fernando Henrique Cardoso, nasceu a 18 de junho de 1931 e já em 1945, participou do 1º Congresso Brasileiro de Escritores (São Paulo). Entrou para a Faculdade de Filosofia (USP) em 1949. Casou-se em 1953 com Ruth Vilaça Corrêa Leite e em 1960 publicou dois livros em parceria com o paulista Otávio Ianni, sociólogo e pensador devotado à compreensão das diferenças sociais e aposentado da USP pelo AI-5. Com o golpe militar de 1964 começou a ser procurado pela polícia e então em 17 de abril deste ano refugia-se na Argentina. Em seguida fixa-se em Santiago no Chile. Recebido por Francisco Welfort foi trabalhar na sede local da Cepal (uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU) (CARNEIRO, 1999, p.42).

Em 1965 conseguiu um passaporte da Organização das Nações Unidas (ONU) para ir ao Rio de Janeiro presenciar os funerais de seu pai. Em 1967 segue para Paris e passa a lecionar em Nanterre, a convite de Alain Touraine. Em março de 1978, ano de sua volta ao Brasil, se candidata ao Senado e fica como suplente de Franco Montoro. Teve dificuldades neste pleito em ter contato com os eleitores devido a dois fatores: "por ser desconhecido pelo povo em geral e pelas imposições impostas pela Lei

Falcão que proibia o acesso dos candidatos ao rádio e à televisão”. Para compensar, teve apoio de vários artistas consagrados pelo público, o que muito o ajudou para tornar-se conhecido pelo eleitorado que finalmente o viu senador quando, em 1982, assumiu a cadeira de Franco Montoro que se elegera governador de São Paulo (CARNEIRO, 1999, p.47).

Em 1986, anuncia sua candidatura a governador por São Paulo, mas, termina candidatando-se à prefeitura. “Dá duas entrevistas que são mal interpretadas” o que infelicitava sua campanha. Tirou uma foto sentado na cadeira de prefeito para uma reportagem da revista *Veja*. Ao mesmo tempo um jornalista do *Estado de São Paulo*, presente àquela cena aproveita, fotografa e publica muito antes da revista que só sai na semana seguinte. “Com esse erro de imaturidade eleitoral abriu caminho para Jânio Quadros que vence o certame e é eleito com 1,5 milhão de votos” (CARNEIRO, 1999, p.55).

Porém, mais adiante, em 3 de outubro de 1994, ano de eleições gerais em todo Brasil, Fernando Henrique Cardoso torna-se o trigésimo quarto presidente do país. Em sua primeira entrevista aos jornalistas brasileiros e estrangeiros, FHC tocou no ponto que mais inquietava aqueles que esperavam alguma informação concreta na área econômica: declarou-lhes que a Petrobrás não era privatizável. “Em um dos seus primeiros atos referentes à formação de sua equipe gestora, aceita a sugestão do senador Antonio Carlos Magalhães para que concedesse a Embaixada do Brasil em Portugal a Itamar Franco”. A atitude tinha em vista resguardar o ex-presidente de um possível problema financeiro, uma vez que a pensão dos ex-presidentes fora extinta pela Constituição de 1988 (CARNEIRO, 1999, p.95).

Os intelectuais esperavam algo em seu favor pela figura intelectualmente simbólica de FHC que é, dessa forma, reconhecido internacionalmente como o presidente mais culto que o Brasil já

teve. Nascido no Rio de Janeiro e com todos os seus antepassados militares, na verdade, FHC entrou para a história como o “pai do real”. O “Plano Real” foi um projeto econômico criado pouco antes das eleições de outubro de 1989, quando então FHC era o Ministro da Fazenda de Itamar Franco, o qual viria a suceder. Este plano nasceu com a grande responsabilidade de estatizar a economia do país em curto espaço de tempo e, com isso, esperava-se deter a inflação que dominava o cenário econômico do Brasil. A nova moeda entrou em vigor em 1º de julho de 1994 (CARNEIRO, 1999, p. 71).

Fernando Henrique não se descuidou de sua carreira intelectual ao longo de sua trajetória política. Em 1981, por exemplo, “foi convidado por Michel Foucault para dar uma série de conferências no Collège de France” (CARNEIRO, 1999, p. 50).

Foi eleito para seu segundo mandato a 4 de outubro de 1998, após ter conseguido que fosse aprovado no Congresso a proposta de reeleição. “Essa foi outra estratégia do Palácio do Planalto para evitar que o PMDB apresentasse candidato próprio”. Segundo especialistas, isso possivelmente seria caminho certo para um segundo turno (CARNEIRO, 1999, p.120).

Pesquisas apontavam que o “ponto fraco do presidente era o seu distanciamento do povo”. Bem assinalado, pois Carneiro (1999, p. 52) admite que, “como intelectual, Fernando Henrique teve uma carreira brilhante, mas a entrada na política levava-o por um caminho ao qual ele não estava acostumado”. O autor argumenta que ele teve que “aprender que em política muitas vezes é melhor ficar calado”. Também, o que o próprio FHC admitia: “durante muito tempo sentira muita dificuldade em se comunicar fisicamente com o eleitorado, pois, era professor de um tempo em que se costumava ter um tratamento mais distante, distância física até”. Contudo, seus *marqueteiros* declaravam que o que estava mais em julgamento era o presidente e não o candidato. Seguindo por essa linha, Fernando Henrique aceitou o conselho do presidente Bill

Clinton quando este veio ao Brasil, sobre como lidar com a informação eleitoral: “Uma ponte para o futuro. Numa campanha de reeleição, o importante é informar o que se vai fazer e não o que foi feito”. Então FHC “vai bater na tecla de que seu governo melhorou o ensino fundamental e que, num segundo mandato, dará um salto de qualidade também no segundo grau”. Outro mote será destacar a importância da estabilidade monetária para um novo ciclo de crescimento no país. Bem, certo é que o povo precisa dormir com a certeza de que está direcionando bem o seu voto. Boas campanhas servem para isso (CARNEIRO, 1999, p. 115).

6.2 A INFORMAÇÃO NO GOVERNO LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2002-2010)

Luiz Inácio da Silva, que ficaria mais conhecido como Lula, adotando a forma hipocorística de Luís, ganhou essa alcunha nos tempos em que era representante sindical. Com o tempo, este apelido foi oficialmente adicionado ao seu nome legal para poder representá-lo eleitoralmente. Nasceu em Caetés-PE, a 27 de outubro de 1945. O pai foi embora para São Paulo e não mais voltou deixando-o com a mãe e outros irmãos. Depois sua mãe foi para São Paulo na tentativa de tornar a reunir a família. Na fase adulta, mais precisamente em 1966, Lula empregou-se como torneiro mecânico nas Indústrias Villares. Em 1969 começou sua vida sindical eleito como suplente da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em 1975 passou a ser presidente deste mesmo sindicato com reeleição em 1978 para o mesmo cargo. Em 1979 liderou a primeira grande greve dos metalúrgicos da região paulista conhecida como ABC. Foi a partir da vida sindical que ele começou a aprender a lidar com a informação eleitoral (PINTO, 2011).

Durante a liderança da greve, promovida em 1980, foi cassado pelo governo militar juntamente com a diretoria do sindicato e incluso na Lei de Segurança Nacional. Nesse mesmo período, já como líder de massas, começaria uma carreira política pela qual, após três tentativas, viria a tornar-se o trigésimo quinto presidente do Brasil, com reeleição para o mandato subsequente. Hoje sua história se confunde com a do seu partido, do qual, tornou-se mais símbolo que a própria estrela que o simboliza (PINTO, 2011).

Em uma análise que envolve o processo de construção do conhecimento, segundo Gomes (2000, p. 60), “os sujeitos interação entre si inseridos no ambiente de cultura”. Dito isto, pode-se fazer, paralelo à ótica de Carneiro (1999, p.50), o seguinte quadro comparativo da aquisição de conhecimento pelos governantes FHC e Lula: enquanto FHC teve sua vida política pautada no aprendizado fortemente intelectual, Lula se firmou como um líder de massas. O interessante que advém desta observação revela-se do que se pode constatar sobre os caminhos informacionais traçados por estes dois presidentes. No que tange às informações contidas em suas biografias, aqui apresentadas, em termos de educação, fosse ela política ou formal, o que FHC apreendeu tanto nos livros como na vida, Lula aprendeu praticamente só nessa segunda via. Nesse particular e, tocante a essa comparação, Pinto (2011, p.110) lembra que em uma entrevista ao *Pasquim*, quando indagado sobre seus hábitos de leitura Lula respondeu:

Leio bastante jornal. Não tenho tempo de ler outras coisas. Pra ter uma ideia, (Dr.) Almir [Pazzianotto Pinto] nosso advogado, tinha me arrumado uns livros sobre República Velha. Cheguei em casa, fui ler, a molecada não deixou. Aí, peguei e me tranquei no quarto. A molecada começa a bater. [...] A mulher [...] “Pô, você fica o dia inteiro fora de casa, quando chega ainda quer se trancar? O livro não é teu filho, teu filho é esse monte que tai!”.

Segundo o relato, após a tentativa de se iniciar no mundo do conhecimento Lula teria argumentado que ali acabou a leitura (PINTO, 2011, p.110).

Assim, podemos concluir que o ex-presidente Lula foi sindicalista de uma era em que esses representantes da massa operária tinham sua forma peculiar de se apropriarem da informação para mais tarde produzirem aquilo que bem podemos chamar de conhecimento. Reconhecemos, no entanto, não se configurar aqui, claro, o viés do conhecimento científico. Mesmo porque, já foi considerado anteriormente neste trabalho, sobre o início das atividades sindicais no Brasil, que eles produziam seus próprios elementos textuais de informação a partir de suas leituras básicas pertinentes simbolicamente à militância sindical.

Isso não é difícil de entender uma vez que, segundo Gomes (2008, p.2), “a informação, a comunicação e a educação são ativas no processo que assegura o agir de cada sujeito na construção do conhecimento”. Pela sua observação esse fenômeno coopera “para a potencialização da sua capacidade de interpelar, de interferir, de criar e recriar o conhecimento instituído, tanto no seu acervo simbólico singular quanto no plano do acervo simbólico estabelecido”. Quanto a essa questão, ela ressalta que o homem se destaca em relação aos demais seres por sua capacidade de produzir comunicação na interação. Seria, então, essa característica de interatividade com seus pares e, conseqüentemente, com as massas, o elemento de potencialização que ajudaria na recondução do presidente Lula ao seu segundo mandato. E ainda com fôlego suficiente para fazer uma sucessora. Fenômeno que seu contexto biográfico ajuda a explicar.

No tocante à informação, do governo Lula, Schlegel (2014, p. 127) reacende a discussão sobre o papel exercido pelo SNI. Schlegel afirma que “a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) detém o acervo do SNI e dispõe de 3 milhões de documentos do extinto serviço de inteligência”. Mas, no entanto, ele argumenta

que “o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva também assumiu a existência dos arquivos do CSN e da CGI” e que até prometeu revelá-los, mas sem se comprometer com prazos.

A título de esclarecimento, Schlegel diz que “no Brasil há sinais de que os documentos já liberados são uma gota no oceano”. Foram basicamente os papéis dos Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), que eram estaduais, e da Justiça Militar. Mas, no entanto, argumenta que os centros de informações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, bem ativos na repressão, não abriram seus arquivos. Tampouco os Departamentos de Operações de Informações (DOIs); os Centros de Operações de Defesa Interna (Codis); o Conselho de Segurança Nacional (CSN) e a Comissão Geral de Investigação (CGI). No caso do Serviço Nacional de Informações, o acesso a documentos é limitado. Já no tocante às regras para a abertura dos documentos, no governo Fernando Henrique Cardoso foi sancionado o decreto que estipulou em 50 anos o prazo para a abertura de documentos, classificados como ultrassecretos, renováveis por mais 50 anos (SCHLEGEL, 2014, p. 127).

Sobre esse prazo, Schlegel relata que o governo Lula revogou a medida sancionada por seu antecessor estabelecendo novos prazos para a abertura desses documentos que ficaram assim: abertura dos ultrassecretos em 30 anos; para os secretos, a data limite é 20 anos; os confidenciais ficaram com 10 anos e os reservados ficaram com 5 anos.

Finalmente, Pereira (2010, p. 389), admite que o “PT e o PSDB, hoje adversários, já se configuravam no passado como partidos de origem na socialdemocracia”. Formaram legendas unidas quando ainda estavam imbuídos na mesma plataforma que envolvia o processo de redemocratização do país, quando FHC e Lula até panfletaram juntos. Época em que nem se sonhava com o modelo atual de campanha eleitoral na chamada, era virtual, da qual vamos tratar no capítulo seguinte.

A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL NA ERA VIRTUAL

De um modo geral, verifica-se que mesmo mais lento do que se esperava, em termos de Brasil, o uso da internet em campanhas eleitorais cresce e tende a se consolidar como fator determinante para seu resultado em um futuro bem próximo. Esse fato, “mais observado nas democracias ocidentais, durante as últimas décadas”, tem envolvido cada vez mais não só pesquisadores que se debruçam sobre o fenômeno, mas, até a sociedade como um todo. E no tocante a estas “implicações políticas e sociais que estão no entorno das novas tecnologias de informação”, observa-se que campanhas eleitorais, quando amparadas por estes recursos, conseguem mais facilmente contemplar abordagens de diferentes segmentos. São recursos que auxiliam a informação a apresentar subsídios para a construção de identidades por onde, em um dado momento, toda informação armazenada, após recuperada, apresenta possibilidades já experimentadas para as reflexões da atualidade (IASULAITIS, 2013, p.183).

No cenário atual do processo eleitoral brasileiro, observa-se que embora muito se investigue sobre o uso da informação em campanhas eleitorais on-line como um novo meio de circulação e mediação da informação, em política eleitoral, existem ainda muitas perspectivas a serem analisadas em comparação às campanhas realizadas há mais de um século. Aggio (2013, p. 119), chama a atenção para o diagnóstico da análise oriunda de uma pesquisa sobre os elementos de interação dialógica, não

aplicada por candidatos e partidos. Dados daquela pesquisa dão conta de que, ainda hoje, o medo de correr o risco de perda de controle sobre as mensagens de campanha se faz presente entre os candidatos.

Por isso, prefere-se aderir às possibilidades existentes na administração de bancos de dados que contenham informações com dados específicos sobre o eleitorado. Dessa forma, organizadores de campanhas experientes, sabem que poderão estabelecer “comunicação direta com eleitores”. E isso com “ferramentas menos dispendiosas e, o mais importante, personalizando as mensagens enviadas de acordo com o perfil do eleitorado traçado”. Eleitores de grandes áreas eleitorais conhecem muito bem esta estratégia (AGGIO, 2013, p. 119).

Ora, sob o prisma eleitoral não há como se dedicar ao tratamento desse tema sem acondicioná-lo ao tratamento de sua implícita questão democrática. Esse é o viés ideológico que o direciona indubitavelmente para o elemento que o constitui, o poder. A partir da reflexão de Silveira (2000, p. 79) “a ideia mais difundida de poder está relacionada ao conceito weberiano que o traduz como a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”. De acordo com esse conceito, a forma utilizada pelos grupos para atingir seus objetivos é pela imposição de suas vontades com a geração, quase sempre, pela via do confronto. Quanto a esta afirmação admite-se que há um consenso entre os estudiosos de que, de fato, a democracia existe exatamente para isso, não para evitar os confrontos, que são frequentemente inevitáveis, mas para vencê-los; para permitir que as divergências e os conflitos de interesses ou de opinião se manifestem e sejam resolvidos em termos razoavelmente civilizados, sem o sacrifício das liberdades públicas.

Movidos por esses fatores é que se desencadeiam os movimentos de oposição que trazem, em seus pontos de discussões, trabalhar a informação junto à população sobre pontos de reflexão acerca do exercício do poder. Dentro desse pensamento, Silveira (2000, p. 85), assegura que essa resistência pode se dar de acordo com o tipo da argumentação pela qual o poder é contestado que podem ser: “impróprio, ilegítimo ou inconstitucional”. Sobre esse ponto ele traz à lembrança o projeto *Sociedade da Informação*, lançado em 1999 pelo Governo Federal, com a proposta de estabelecer as bases para uma inserção competitiva do Brasil na sociedade global. Nesse sentido, ele reconhece que o programa já nasceu ciente de que o êxito de qualquer programa similar parte de uma complexidade que, tanto no Brasil como em todo mundo, gira em torno “das desigualdades entre pessoas e instituições que é resultado da assimetria no acesso e entendimento da informação disponível”. Finalmente ele reconhece que propiciar informação e educação a todos os cidadãos não significa tornar o Estado onipresente e determinante do futuro das pessoas.

No tocante a isto, o que podemos dizer é que estudos sobre eleições, seja em seu contexto que envolve tratamento da informação, ou não, clamam por essa consolidação em seus princípios básicos. A própria alternância de poder, em si, gera distintas visões em um mundo cada vez mais conectado em redes. E isso tem se tornado em um princípio cada vez mais intrínseco para a manutenção dos regimes democráticos.

Todavia, nesses aspectos, conforme adverte Jambeiro (2013, p.9), ainda há muito que se desenvolver. Primeiro, na relação entre o homem e as máquinas digitais. Segundo, “entre o homem, as máquinas digitais e o mundo político onde a informação, as comunicações e a informática passaram a ocupar um lugar central nos processos políticos e eleitorais”. É importante dizer que há campanhas

eleitorais hoje que nascem e, a depender da conduta de seus organizadores, também morrem nos meandros do mundo virtual. E assim como o meandro de um rio, segue sua trajetória correndo por sua planície, mas, mudando de forma e posição de acordo com as variações da energia que lhes são proporcionadas durante as mudanças que irreversivelmente ocorre durante um ano eleitoral.

Na percepção de Pinho (2012, p. 10), este é “um terreno pantanoso”. Dentro dessa discussão ele aponta que “o mundo contemporâneo tem sido marcado cada vez mais pelo uso e mediação de artefatos digitais. Um mundo que gira em torno da internet e dos computadores, situação não vivenciada décadas atrás”. Mas que hoje se o candidato e sua equipe não der conta, verá todo seu esforço não valer a pena. A exceção está para campanhas de lugares ermos onde o mundo virtual ainda caminha a passos lentos e não faz parte de um determinado reduto eleitoral.

Nesse sentido, Marques (2013, p. 267-268) traz uma significativa contribuição ao dizer que “parte da literatura otimista que considerava a internet transformadora das relações entre representantes e representados vai dando lugar a um discurso analítico mais convencido de que os *medias* digitais são, na verdade, instrumentos aos quais diversos usos são conferidos”. E à criatividade do uso desses recursos, que tanto abre como fecha caminhos na velocidade que só os tempos atuais permitem. Ele afirma que

[...] o que vai determinar o grau de influência da comunicação digital sobre as práticas democráticas se refere, em boa parte, à disposição tanto de agentes políticos quanto de cidadãos comuns para lançar mão de tais mecanismos.

No que admite também que o papel que os *medias* digitais passou a desempenhar na captura de votos “acaba

conformando uma alternativa à qual os candidatos recorrem na intenção de estabelecer um contato mais direto com o eleitorado". E isso devido aos seus critérios próprios que o mundo virtual tem de gerar visibilidade de forma instantânea. Monta-se o espetáculo que de alguma forma, mesmo com pouco investimento, terá algum público garantido.

Por essa visão de Marques, trata-se de trabalhos que examinam as novas configurações que as tecnologias digitais trazem para o jogo político-eleitoral, tendo em vista a descentralização no que se refere à transmissão de informações no ambiente digital. Na sequência ele afirma que as relações que envolvem a disputa pelo poder político ganham uma dimensão distinta daquela testemunhada nas plataformas tradicionais.

No entanto, mesmo diante desse conjunto relevante de enunciados, não podemos passar por alto a advertência de Borges (2009, p.9) quando ela afirma que "por outro lado, se a Internet representa a maximização da liberdade de acesso, o uso da informação, como todo acréscimo de liberdade, as responsabilidades também inflacionam a capacidade de usar eficientemente mecanismos de busca". Ela afirma isso ao considerar o fato de estarmos diante de um "ambiente de hiperinformação" por onde, segundo ela, pode ocorrer fatores tais como: o discernimento entre informação relevante da maliciosa, incorreta ou incompleta; a compreensão das inter-relações entre os fatos; a organização de informação dispersa para construir sentido e, principalmente, o entendimento de que o conteúdo disponível hoje pode não estar amanhã.

Além disso, Pinho (2012, p. 15) adverte sobre "os dados da realidade brasileira deste suposto cidadão digital". Ao dimensionar os limites e possibilidades de atuação política deste cidadão na internet ele admite que, "ainda que limitados", estes dados "não podem ser vistos com desalento, mas sim

como alerta para políticas públicas mais inclusivas”. Ainda inseridas dentro deste contexto verificamos que há um processo em andamento quando se trata da relação entre o cidadão e o acesso à informação, pois, segundo Borges (2012, p.45), “pela perspectiva dos processos sociais, há uma mudança cultural em curso, porque está-se migrando de uma posição de espectadores – pessoas que recebem conteúdo pronto, uniforme e padronizado de informação via TV e rádio, para participantes, pessoas que podem procurar, avaliar, e decidir como e quando aproveitar a informação disponível na internet”. Nesse ponto torna-se interessante completar seu raciocínio quando ela afirma que “se por um lado há um processo de ‘libertação de intermediários’ no acesso à informação” também, por outro lado “fica para o cidadão a responsabilidade por localizar, avaliar e decidir como e quando aproveitar a informação disponível na internet”.

O importante a se extrair dessa visão da condução da informação nas campanhas eleitorais brasileiras condiz com o enunciado de Braga (2013, p. 215), quando ele aponta para o surgimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NITICs), a partir dos finais do século XX, como canais de interação que exerceram grande impacto nas democracias parlamentares eleitorais.

Para Silveira (2000, p. 85) “a posse de informações sempre foi elemento determinante do poder a ser usada em suas várias manifestações”. Cabe aqui, no caso do tratamento em seu aspecto eleitoral, refletirmos juntos com ele quando no que diz respeito à participação do cidadão nesse processo. Ele explica que isso acontece na proporção em que este cidadão “acredita em sua própria voz e tem canais adequados para sua manifestação”. Aliado a este pensamento ele reflete sobre as novas possibilidades promovidas pela “utilização de novos recursos tecnológicos que servem de

instrumentos democráticos para que todos participem da ‘arte de governar’ e possam exercer controle sobre os governantes”.

Ao completar sua reflexão Silveira admite que, todavia, as novas tecnologias podem, igualmente, ser um instrumento bilateral por onde se pode, também, estabelecer um canal de controle político sobre a sociedade. Vale aqui, claro, ressaltar que esse controle vai depender, e muito, da dimensão que for dada aos traços de uma campanha no tocante da produção, circulação e uso da informação em torno dela.

No entanto, Ramos (2014, p. B3), faz um alerta quanto ao uso inadequado desses recursos por conta do número cada vez mais crescente das disputas judiciais relacionadas às eleições que envolvem as mídias online. Segundo ela, a ferramenta *Eleição Transparente*, um projeto da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), em parceria com o Google Brasil, já havia apresentado até o dia 5 de setembro de 2014, noventa e cinco ações na justiça que tentavam proibir informações sobre candidatos. Cabe aqui sua explicação para o fato de o Google ter aparecido como o principal alvo de quem tenta barrar informação incômoda: como “ele é um buscador, acaba indexando os mais variados conteúdos postados na Internet”. E quando se trata de campanhas eleitorais isso vale tanto para o grande quanto para o pequeno candidato, valendo também para as proporções intermediárias.

Nesse mesmo espaço, a articulista registra a opinião do professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Nelson Pretto, para quem, na atualidade, não se trata simplesmente de fazer a mesma política de informação utilizando apenas uma nova ferramenta. O professor afirmou, nessa matéria, que “questões como liberdade de expressão e neutralidade da tecnologia são cruciais em discussões sobre as mídias da internet”. O problema, segundo sua exemplificação, “é que muitas vezes, a solução para uma demanda apresentada pelas redes é avaliada

a partir da visão sobre ferramentas mais antigas”. Outro entendimento que o professor ponderou, referente a esse assunto, foi sobre a inexistência da “necessidade de um partido político ir à justiça para buscar direito de resposta por conta de um *post* do adversário no Facebook”. Ele observa que “estão trazendo hoje para os meios modernos de interação dialógica, como as redes de comunicação, as mesmas práticas, princípios e lógicas das mais antigas”. Para terminar, ele lembra sobre a forma diferente como os conteúdos veiculados em rádio e TV são tratadas em relação às mídias como o Facebook. Destaca que enquanto os primeiros são mais independentes dos usuários, o segundo circula apenas os temas que o usuário resolve permitir, uma vez que eles têm, como recurso, várias ações disponíveis, como o bloqueio por exemplo (PRETTO, Nelson, 2014, p. B3).

Concorde-se ou não com essas ponderações, o que se resalta referente à última disputa para presidente, nas eleições de primeiro turno, no dia 5 de outubro de 2014, um domingo, está na conclusão a que chegou Barros (2014, p. 17). Ela diz: “se apenas os usuários das redes sociais votassem naquele domingo, o candidato Eduardo Jorge teria bem mais que 1% das intenções de voto”. Ela contemporiza que “suas participações nos debates com o uso de frases diretas e francas o transformaram no candidato mais popular da internet”. Informa ainda que dentro dessa esfera do eleitor digitalizado, o que se vê é que além de ter acesso à mídia, ele faz uso dela para obter suas informações do momento político-governamental como um todo.

Quanto a esse ponto de inserção, aproveitamos para trazer a discussão de Melo (2014, p. 1) sobre aquilo que ele chama de “ignorante racional”. Segundo este cientista político, palavras como “juros, inflação, dívida pública e balança comercial não tem o menor sentido” para um contingente de eleitores que, apesar de em grande parte definirem as eleições,

estão alheios ao que acontece no cenário econômico que o rodeia. Assim ele define que, esse eleitor, que desconhece o conceito da palavra macroeconomia, faz um cálculo racional a partir de sua situação salarial e profissional. Então, dentro de suas limitações, seu voto é coerente. Para o cientista só a educação pode mudar seu comportamento.

Camargo (2000, p. 47) corrobora com essa opinião ao argumentar que este tema deve ser avaliado eleição por eleição. Quanto a isso ela dá como alternativa rever a “qualidade das elites políticas e sua capacidade de gestão e de decisão”, posto que, segundo ela, “os governantes emergem da competição eletiva, e não tanto do recrutamento técnico”. Isto pode ser visivelmente acompanhado durante a formação das pastas secretariais e ministeriais para onde vão a maioria dos grandes filiados partidários que não lograram êxito nas urnas em suas candidaturas. Vê-se que não é o nível de conhecimento técnico e nem informacional, necessários para assumir seus postos de gestão, que são levados em conta na maioria das vezes.

Sobre essa questão, há necessidade de mudanças estruturais, pois, “um dos pontos mais vulneráveis, nesse particular, é o nível educacional tanto da população quanto dos candidatos”. Camargo reflete: “o eleitorado é formado, em quase 70% por pessoas de baixo nível educacional, sendo então, a linguagem eleitoral normalmente adequada a este público específico”, ponto. Daí ela enfatiza, que esse eleitorado, também, “por sua vez, é pouco exigente com os seus candidatos cujo nível educacional se confunde com o dele, fazendo reduzir-se a qualidade da representação”. Seria o caso então, que no Brasil, boa parte do eleitorado não vota em projetos, vota em pessoas (CAMARGO, 2000, p. 47).

Apesar dessas declarações lembramos que, independentemente do que os candidatos pensem, ou de sua capacidade informacional, tudo o que é dito em campanhas por eles não

vem exclusivamente de seus pensamentos. Barros (2014, p. 20) sublinha que há nos debates uma “perda da veracidade e da espontaneidade das falas” nesses espaços para onde, as informações produzidas “pelos marqueteiros são levadas pelos presidenciáveis [que] já chegam a este fórum com um monte de fichinhas e até o pronunciamento final do debate, que tem só um minuto, está nos papéis” Bucci (2008, p. 73). Dessa forma, como cada sufrágio demanda um discurso eleitoral próprio, todo esse material é produzido de acordo com as informações pertinentes às demandas criadas pelo momento.

Compreendido isso, especialistas em informação política e eleitoral categorizam que “tudo o que se pede à massa pública é uma decisão maniqueísta: sim ou não, tudo ou nada”. Apoiam que não resta espaço para qualquer posição intermediária e que não há lugar para indecisão. Afirmam que para o desenvolvimento de campanha correta, compreende-se que esse seria o primeiro passo (SERPA, 2013, p. 158).

Refletindo por essa vertente, podemos deduzir que a informação que o eleitor precisa para decidir o voto, em determinado patamar, não será circulada senão entre aqueles que sabem ler nas entrelinhas. E isso pode ser detectado quando se trata de assuntos polêmicos que tendem a causar oscilações expressivas nos prognósticos entre os principais favoritos do processo eleitoral. Nesse caso, a informação entra no terreno das pesquisas que vão definir o que informar. Ou não. E se formos por essa vertente, Chagas (2005, p. 620) admite que “realmente dá ponto para aqueles que dizem não haver opinião pública, mas opinião publicada”. É verdade que existe, dentro desse processo, a informação jornalística e a informação comercializada.

No entanto, Bucci (2008, p. 73) traz o seguinte argumento: “Quando um caboclo, numa palafita na Amazônia, assiste ao noticiário no seu canal predileto, sabe distinguir o que é infor-

mação jornalística do que é publicidade comercial”. Afirmar que ele consegue distinguir também “que as notícias, análises e imagens trazidas ao vídeo pela reportagem estão emolduradas pelo conteúdo editorial do noticiário, mas que a publicidade fica do lado de fora do conteúdo editorial, sendo exibida durante os intervalos comerciais”. Será? Pelo sim ou pelo não, Bucci prossegue em sua análise: “O caboclo sabe disso. O caipira sabe. O paulistano rico sabe. O mendigo carioca que, parado na calçada, vê televisão em frente a uma vitrine de eletrodomésticos sabe do mesmo jeito”. E para completar ele faz questão de explicar que “há uma separação explícita entre o discurso jornalístico e o discurso publicitário e que o telespectador conhece essa organização interna da mídia”. Afirmar que este se move desembaraçadamente diante e por dentro dela.

Concorde-se ou não, a julgar por este estudo, o eleitor que pretende ficar realmente informado terá que recorrer aos bons veículos que contemplam em seus espaços opções de representação da informação em variadas leituras. Principalmente, conforme já enunciamos, quando os assuntos em questão giram em torno de temas polêmicos e de amplo poder de influenciar na decisão do eleitorado.

A INFORMAÇÃO ELEITORAL NO BRASIL E AS PESQUISAS DE OPINIÃO

De acordo com (2013, p. 27), “o processo de determinação do sufrágio ou voto é a eleição” e, partindo da premissa de que voto é “manifestação de opinião, as eleições contemporâneas são campanhas de comunicação que buscam influenciar a opinião de inúmeros indivíduos sobre temas políticos, isto é, da chamada opinião pública”. Um tema que se presta para inúmeros trabalhos nas mais diversas áreas.

Segundo Pereira (2011, p. 440) “a chamada ‘opinião pública’ surgiu no fim do século XVIII como a maneira de as elites se contraporem à força do estado absolutista e assim está diretamente ligada ao surgimento do Estado moderno.” Essas reflexões, levam às informações que são circuladas a partir do que foi produzido e construído sob os comentários gerados das agências de pesquisas de opinião. Mesmo com a existência de órgãos dedicados a este tipo de pesquisa, como o Instituto Brasileiro de Opinião Pública (Ibope), criado em 1942, ou o Instituto Datafolha, criado nos anos 1980, podemos concordar com Serpa, (2013, p. 25) ao dizer que “há algumas décadas, poucos conheciam as técnicas de pesquisa, e muitas das decisões eleitorais eram intuitivas”. Daí ele chama a atenção para o fato de que a eleição contemporânea se passa na era da informação e, que “se assim é, se todos podem ter acesso à técnica, então, onde se dá a diferenciação?”. E ele mesmo responde:

Para esse autor, a verdadeira “resposta está na forma como se usa competente e criativamente a ferramenta pesquisa de opinião”. Para ele “quando se conta com boa pesquisa, dispõe-se,

a todo tempo, de instrumentos de avaliação de riscos no processo de tomada de decisão da gestão eleitoral”. Resta aos candidatos e seus partidos, de acordo com suas estruturas e possibilidades, viabilizar pesquisas de qualidade. Quanto ao acesso do eleitorado a esses resultados, estes têm muito que pesquisar nos meios disponíveis para consulta que estejam ao seu alcance.

Ainda sobre essas consultas, há um comentário pertinente surgido em um jornal de grande circulação em Salvador no dia seguinte às eleições de 2014 para o cargo de governador, no estado da Bahia. Nessa matéria, o Ibope dava como certo o empate entre o candidato Paulo Souto e Rui Costa. O vice deste na chapa, candidato João Leão, predisse: “Vamos ganhar no primeiro turno. Nós fizemos um milhão de cisternas e lá, na turma da água, a pesquisa não chega”. E acertou. Se a pesquisa não chegou, muito menos, a informação política que forma a opinião (VASCONCELLOS; LIMA, 2014, p. A2).

Dando prosseguimento a este enfoque, vejamos, então, no relato abaixo, como se comporta a pesquisa de opinião, quando em meios informais, sob a ótica de um profissional que desempenha suas atividades comerciais em área popular. No caso aqui, trazemos o relato do governador da Bahia, à época, Jaques Wagner, um dia após ter conseguido eleger seu candidato, Rui Costa, para sucedê-lo no cargo. Contou o então governador, que em conversa mantida com seu barbeiro de longa data, o mesmo profissional que cortava seu cabelo desde seus tempos de sindicato. No ponto de interlocução onde ele afirma que “barbearia é termômetro”, acrescenta: “Eu perguntei a ele: como é que tá? (a situação de Rui ‘Costa’ em Salvador) e ele: mudou de água pro vinho, mudou completamente”. O povo sabe. O povo tem opinião. Só que muitos dos seus componentes não sabem que sabem (TALENTO, 2014, p. A4).

Ora, ainda sobre aquele episódio das eleições em Salvador, o próprio governador disse, nessa mesma entrevista, sob a expectativa da candidatura que esperava vencer a eleição apenas no segundo turno. Diante deste relato, tanto quanto sabemos deste pleito, somos remetidos a Serpa (2013, p. 32) ao apontar que, “no dia a dia, todo indivíduo é impactado pelos chamados fatores determinantes primários: os fatos, as informações pessoais e midiáticas que recebe”. Continuando com a comparação entre o relato e o enunciado de Serpa trazemos sua declaração de que, de forma latente ou manifesta o indivíduo também é impactado “a partir de sentimentos e reflexões e uma série de outros fatores” que contribui para determinar sua visão de mundo.

Quanto a esses outros fatores, Serpa classifica-os como “determinantes secundários que podem ser hereditários ou ambientais”, os quais, indo direto ao ponto, geram, ao longo do tempo uma disposição mental para uma ação em potencial. Em face desta afirmação Serpa (2013, p.29) sentencia que “a conduta pessoal é orientada por valores e esquemas que os indivíduos desenvolvem”. Afirma também que isso funciona “como uma estrutura cognitiva [...] que se constituem como filtros perceptuais pelos quais passam as informações relevantes sobre uma questão pública”. Finalmente, o autor conclui que a racionalização dessa atitude é expressa verbalmente na forma de opinião.

Assim, pode-se constatar, que o eleitor que não acompanha as principais questões que entram na pauta de discussão dos candidatos não coletam dados suficientes para compor uma análise segura daquilo que esses candidatos propõem. Muito menos daquilo que se pretende realmente para os interesses do país. Então, baseado nesta realidade, chegamos à conclusão que este tipo de eleitor, desinteressado de informação, possivelmente será aquele que irá formar o pelotão dos eleitores indecisos que no dia do sufrágio se transformarão nos números que

irão alimentar as estatísticas dos votos em branco. Além, claro, de boa parte dos nulos e abstenções. Isso porque, afinal, quem não tem subsídios informacionais suficiente para formar uma opinião razoável ou coerente com a grande responsabilidade de escolher um candidato que represente, junto ao Estado, suas necessidades de cidadão, acaba não votando em nenhum postulante. E nem adianta conjecturar que eles podem ter, como última instância, o recurso das mídias mais populares compostas por rádio e televisão pois, como sublinha Pereira (2010, p. 440), sabe-se que suas concessionárias quando produzem e faz circular informações inerentes aos processos eleitorais, embutem, em suas programações, seus conceitos ideológicos sem respeitar os contextos sociais e culturais de seu público eventual. Sem falar que é ali que eles “defendem os interesses dos grupos políticos aos quais pertencem”. Levantando em conta que esse é o único meio de informação que permeia a vida de boa parte do eleitorado até ao ponto em que ele forma a sua opinião.

OS SÍMBOLOS ELEITORAIS NO BRASIL NA ATUALIDADE

Nas eleições para prefeito em 2012, na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, houve um desentendimento entre dois partidos na disputa do segundo turno. O motivo: um candidato resolveu fazer uma releitura do símbolo do estado, uma estrela. Já outro partido reivindicou a representação da estrela como símbolo histórico de sua trajetória política. Alegou que seu uso por outra representação partidária poderia confundir o eleitor.

Sobre essa discussão, o que aparece como uma possibilidade plausível para elucidar a questão pode ser refletida junto com Santaella (2008, p.43): “não há nenhum critério apriorístico que possa infalivelmente decidir como uma dada semiose funciona”. Ela ressalta que tudo vai depender do contexto pelo qual se dá a observação e a análise do fenômeno.

Define que “não há receitas prontas para análise semiótica”. Segundo sua visão, ela até admite que “há conceitos, uma lógica para sua possível aplicação”, mas que isso “não dispensa a necessidade de uma heurística por parte de quem analisa e, sobretudo, da paciência do conceito e da disponibilidade para auscultar os signos e para ouvir os que eles têm a dizer”. Em seu modo de interpretação Santaella admite que ao analisarmos semioticamente, “estamos sempre na posição de interpretante dinâmico, de um intérprete singular e, por isso mesmo, falível. Isso só aumenta nossa responsabilidade, pois toda semiose tem uma objetividade semiótica que deve ser respeitada”. E, portanto, estudada antes de qualquer conjectura empírica.

E como não há critério pré-estabelecido, constatamos hoje que todos os partidos ainda utilizam os símbolos para a disseminação da informação de seus ideais, mas, de acordo com suas próprias interpretações. Então, visto por este ângulo, vejamos na página seguinte alguns exemplos indicados no quadro que criamos a partir do texto de Nogueira (2014):

DEM	Árvore	A questão do meio ambiente e o conceito mundial de economia verde foram enfatizados na época da renovação do partido. A escolha da árvore foi uma questão de marketing que resumiu a nova imagem que o partido gostaria de passar.
PCB	Foice e martelo	Além da foice e o martelo, usa os principais arquitetos do Comunismo para representar a sua orientação doutrinária: Marx, Engels e Lênin.
PCdoB	Martelo e foice	A história do partido segue a história do comunismo no mundo a partir da Internacional Comunista, portanto seus símbolos são mundiais. O martelo representa a classe operária urbana, enquanto a foice faz alusão aos trabalhadores do campo. O partido trabalha justamente a consciência e a unidade dessas classes para construir o socialismo.
PCO	Engrenagem	Tem o seu 'O' em formato de engrenagem que pode simbolizar o ambiente fabril.
PDT	Mão e rosa	A figura da mão segurando uma rosa foi adotada pelo PDT em alusão aos preceitos da socialdemocracia: uma ideologia política que, apesar de baseada no socialismo, prega a democracia representativa como a melhor maneira de se estabelecer o bem-estar social. O símbolo foi criado em 1972 pelo Movimento de Jovens Socialistas, na França. A rosa vermelha significa o socialismo e, o punho, a promoção dos valores humanistas e democráticos.
PHS	Abelha	O símbolo foi inspirado em dois princípios do solidarismo: o associativismo e o cooperativismo. A ideia inicial era o conceito da colmeia para representar a comunidade, mas a abelha se tornou uma mascote mais simpática.
PMDB	Chama	A chama vermelha do PMDB significa força, energia, presença partidária e protagonismo na vida do país.

PMN	Triângulo	Usa as cores típicas dos partidos colocados nesse grupo, mas com algumas peculiaridades: o triângulo pode simbolizar a continuação da luta dos Inconfidentes e o 33, a idade de Cristo.
PP	Ser humano	A logomarca é uma figura humana pela ideia de que a pessoa é ímpar e insubstituível, mas solidária. O ser humano está com os braços abertos representando a ligação com o próximo. Em uma análise mais atenta, é possível perceber o sentido alado da figura, porque a liberdade natural concede asas ao ser humano.
PPS	Bandeira do Brasil	A bandeira do Brasil alinhada com a do partido significa a união com o país, mas não há um símbolo específico.
PR	Bandeira do Brasil	O PR reproduz em seu emblema a parte da bandeira nacional com as estrelas que representam os Estados nas cores do partido. Mostra a ligação da sigla com o país.
PROS	+	A logo forma o símbolo matemático de “mais”, que significa positividade, além de ter dado origem ao slogan “Seja mais, seja PROS”. As pessoas desenhadas na parte inferior significam a união da população, que caminha junto com o partido em busca da igualdade e do pluralismo.
PRP	Alvorada	Possui um símbolo bastante comum: a alvorada. O azul representa o céu e o amarelo com seus espectros, o Sol. A Sigla está ao centro do Sol para irradiar o calor e representar essa alvorada.
PRTB	Mapa do Brasil	Bandeira emoldurada em azul e em movimento, tendo o mapa do Brasil como centro e a sigla, abrangendo sua extensão.
PSB	Pomba	A pomba com um ramo de oliveira no bico é um símbolo de paz e democracia. Desenhado após a Segunda Guerra Mundial por Pablo Picasso, o desenho foi apropriado pelo professor e sociólogo João Mangabeira na época da criação do PSB.
PSC	Peixe	O PSC surgiu inspirado nos ensinamentos do Cristianismo, e o peixe é o símbolo cristão mais antigo. Os primeiros apóstolos chamados por Jesus Cristo eram pescadores. O peixe também está no milagre da multiplicação de Jesus que, tendo apenas cinco pães e dois peixes, conseguiu alimentar mais de cinco mil pessoas. Essa passagem representa a busca pela igualdade e pelo cuidado com o próximo.

PSDB	Tucano	O tucano de peito amarelo foi escolhido por fazer referência à cor da campanha das eleições diretas, o amarelo. O animal é um dos símbolos do movimento ecológico e da defesa do meio ambiente. Além de ser uma ave brasileira.
PSL	Bandeira	Possui elementos da Bandeira do Brasil, com o centro diferente composto por três círculos.
PSOL	Sol	A escolha do símbolo se deu a partir da união do socialismo e da liberdade, já que "o sol nasce para todos". A liberdade requer uma sociedade que supere o capitalismo e valorize a vida. O sol, aproveitando as letras da sigla PSOL, representa a vida.
PSTU	Bandeira	Também é uma bandeira ligeiramente modificada, semelhante à do PPS.
PT	Estrela	A estrela do PT significa esperança. O partido nasceu quando o país deixava a ditadura militar imposta ao povo pelo golpe deflagrado em 1964. Dessa forma, o símbolo representava um projeto de um país com liberdade e democracia.
PTN	Bandeira e vassoura	Apresenta as cores da Bandeira do Brasil e uma vassoura. Talvez inspirada no símbolo idêntico usado pelo ex-presidente Jânio Quadros para significar limpeza.
PV	V de verde e vitória	O Partido Verde corresponde a um círculo com um 'V' ao centro, manuscritos. É uma forma humanizada de expressão. O "V" possui dois significados: verde e vitória. A cor lembra o verde da natureza.

QUADRO 4 – ALGUNS PARTIDOS E SEUS SÍMBOLOS

FONTE: Nogueira (2014)

Fato curioso que merece ser registrado vem da observação de Pereira; Ceolin (2014, p. 43) para os quais, os símbolos, principalmente quando aliados à figura de partidos políticos de grande visibilidade, encontram dificuldade para serem destituídos de seus valores signícos. Lembram eles que há partidos que ao passar por uma fase de rejeição até faz desaparecer, ou, disfarça seus símbolos, escondendo-os propositadamente no

material de campanha dos candidatos, mas que nem sempre a prática passa despercebida.

Isso vem a concordar com Moreira (2006, p.30) ao explicar o entendimento peirciano da existência de um objeto dentro do signo, chamado Objeto Imediato, e do objeto fora do signo, chamado Objeto Dinâmico. Por essa ótica “o objeto dinâmico é inevitavelmente mediado pelo objeto imediato, que já é sempre de natureza *sígnica*”. Esse pressuposto se engaja na perspectiva apontada pela autora que trata dos “aspectos fundamentais da visão *sígnica* da informação”. Enfim, antes de encerrarmos esse ponto de entendimento em torno das linguagens não verbais nos processos eleitorais brasileiros na atualidade, faremos referência às funções especificamente simbólicas que as cores usadas pelos candidatos exerceram nas fases pré e pós-campanhas eleitorais no processo eleitoral brasileiro nos últimos anos.

Em 2009, por exemplo, foi aprovada a Lei Municipal 1045/09, que determinava as cores oficiais do município de Colinas do Tocantins (TO) como sendo verde, amarelo, azul e branco, as mesmas cores da bandeira do município. No entanto, no lugar de usar essas cores legalmente autorizadas, consta de documentos oficiais, que nos prédios públicos, estádios e até em uniformes escolares houve o uso indiscriminado das cores do partido político da gestão de então, que pretendia reeleição. Ficou caracterizado que houve campanha eleitoral de forma subliminar a menos de um ano para as eleições municipais.

Outro exemplo de linguagem não verbal exibida como termômetro de campanha, pode ser observada nas cores usadas nos trajes da presidenta Dilma Rousseff durante o pleito de 2014. Se examinarmos rigorosamente as tonalidades das roupas usadas durante a sua campanha constataremos que, antes do pleito, o vermelho representativo de seu partido era o tom constante de suas indumentárias.

Porém, em seu primeiro pronunciamento, logo após o resultado oficial, 26 de outubro de 2014, tanto ela como os principais militantes de sua campanha, inclusive o ex-presidente Lula, exibiam trajes brancos simbolizando que a disputa mais acirrada da história do Brasil, até então, pedia uma trégua para a paz. Já no dia seguinte, em entrevista ao vivo para o Jornal Nacional, a presidenta reeleita exibia um simbólico traje verde.

Vale lembrar, que o verde, simbolicamente reconhecido como uma das cores mais representativas da nação, durante a campanha foi evitada por ter sido escolhida como símbolo por militantes e candidatos de outros partidos. Cores sempre são forte fonte de disputas nas representações de partidos.

DECIFRANDO ALGUNS CÓDIGOS NÃO VERBAIS DE CAMPANHAS: A IMAGEM DO CANDIDATO

Um político de carreira está no palco pela duração do exercício do poder conferido por seus eleitores. Tanto é que se for preciso ter contato com algum deles deve-se, antes, certificar-se plenamente de que ele obteve êxito em sua última campanha. Do contrário até antigos assessores lhe corrigirá sem a mínima cerimônia, alertando-o de que ele está sem mandato. Saiu de evidência. Caso retorne logo na próxima eleição ou consiga um cargo de alto escalão, ainda se refaz. Porém, quanto mais ele se distancia de seu último êxito nas urnas, ou não seja contemplado para indicações de relevo, mais intenso ficará o declínio de seu status no meio político.

Então, para manter-se em destaque e atuante neste tablado, de forma a atender a natureza continuada e permanente da política, ele deverá estar sempre em campanha. O que torna imprescindível para sua permanência neste mundo de grandes surpresas e contrastes é a busca e manutenção de seu estilo, a marca que o ajudará a se instalar no princípio weberiano da perpetuação do poder. Dessa forma ele estará de frente para aquilo que propicia a montagem do que podemos chamar de o homem e sua imagem.

Assim, dentro das possibilidades alcançadas por este trabalho, conforme objetivo traçado, apresentamos aqui algumas habilidades que podem ser desenvolvidas pelo cidadão para decifrar os códigos referenciais de informação envolvidos nas mensagens não verbais propagadas pelos representantes dos poderes públicos. Tanto durante as campanhas quanto no cotidiano de seu fazer político depois de ter alcançado seu objetivo nas urnas, ou não.

10.1 A IMAGEM PÚBLICA E AS CHARGES

Um candidato é, antes de tudo, sua imagem. A política lida, prioritariamente, com a imagem. Ferraz (2008, p. 272), argumenta que “a disputa eleitoral é uma disputa entre imagens”. E isso os chargistas não deixam hiato quanto a repassar para seu público o estilo imagético do candidato. Portanto, pela intensidade do visual apresentado nas charges tem-se a ideia geral da marca inserida pelo candidato em sua campanha e em sua vida política. Assinale-se que assinalar vale para as democracias em geral.

E isso não quer dizer que aquilo que as charges apresentam seja exatamente aquilo que os marqueteiros ou outros responsáveis pela imagem do candidato realmente almejava. Por vezes, o que deveria funcionar como a essência humana ou filosófica do candidato pode ter seu sentido completamente deturpado. Isso porque, partindo do pressuposto que enquanto a “lógica normativa nos ensina como devemos pensar”, existe também a lógica simbólica que, “como ciência abstrata, dedutiva normativa”, transcende os argumentos reais da inteligência humana, “dando-lhe condições de bem argumentar e refutar os erros, especialmente os sofismas, que são mentiras com aparência de verdade”. Isto fica muito evidente quando se acompanha charges e outras imagens no entorno de uma personalidade política em fase de protagonismo histórico (SOUZA, 2009, p. 37).

A personalidade de cada autor no fruto de seu trabalho se reflete. A prova disso, por exemplo, está diariamente na seção das charges dos espaços a elas destinadas. Charges deveriam, prioritariamente, trazer o cidadão para o centro do debate. Ajudá-lo a refletir, ainda que pela via da subjetividade, como muitas o fazem. Assim seus chargistas diferem, obviamente, pelo direito que lhes é concedido pela via da individualidade. Mesmo assim, isto não precisa, necessariamente, fugir ao compromisso da qualidade e originalidade.

Todavia, se isto vier a acontecer, resta ao cidadão que tem acesso a tais conteúdos, valer-se de uma leitura prévia e conceber seus próprios argumentos a partir do desenvolvimento de pensamento crítico. No entanto que se reflita: apesar de esta ser uma atitude que requer tempo, todo ser consciente pode e deve dedicar-se ao exercício dessa habilidade se quiser fazer escolhas mais conscientes para o exercício do poder. É sua vida que está em jogo. Tal atitude pode até não eliminar totalmente o fenômeno da corrupção, mas, poderá deter o avanço da prática com o aparentemente simples, porém importante exercício democrático do ato de votar.

10.2 A IMAGEM DO CANDIDATO: ENTRE O DISCURSO E O VISUAL



FIGURA 1 – SIGNOS NO PANFLETO
FONTE: arquivo da autora



FIGURA 2 – USO DAS CORES DO PARTIDO
DURANTE A CAMPANHA
Fonte: arquivo da autora

Não por mero acaso, a interação social de um candidato, além do eterno sorriso, se dá sempre com a predominância de um determinado matiz durante sua campanha. Trata-se da cor da legenda. Todavia, essa estratégia é mais exigida aos candidatos que ainda não foram experimentados nas urnas e, portanto, ainda

não tem espaços conquistados em seus partidos. Observe-se, no entanto, que estes são experimentos que não garantem sucesso entre os eleitores. Contudo, trata-se de uma antiga e repetitiva tática. Ainda que baseada em discutíveis experiências e satisfação de resultados. Vale ressaltar, que há até políticos que por orientação de consultores de imagem matizam seu guarda roupa de acordo com a cor de seus olhos. Porém, é fato que nenhum desses argumentos se sustentam logicamente.

Outro fator evidente, é que embora se observe que proporcionalmente haja o prevaletimento dos tons da legenda na composição imagética das campanhas, haverá sempre a flexibilidade necessária quando as cores pretendidas já estiverem previamente consolidadas como característica simbólica de outro partido. Isso já foi abordado neste trabalho. Mas vale lembrar algo simbólico sobre os candidatos, principalmente os neófitos. Eles estão sempre sendo observados em seu grau de comprometimento com a legenda pelos tons mais constantes de seu vestuário. São detalhes que não passam despercebidos pelo cidadão mais atento. Portanto, preste atenção, a cor de sua roupa sempre quer dizer alguma coisa.

10.3 A IMAGEM E O VOTO IDEOLÓGICO: O VOTO ÉTNICO

Houve uma época em que se um negro quisesse ser aceito na sociedade precisava se adequar aos traços característicos da raça branca. E não foi por pouco tempo. Houve um avanço nessas questões, haja visto que, hoje, há candidatos negros que só conseguem reforçar seus argumentos em busca do voto ideológico se sua imagem estiver adequada ao resgate do padrão original de sua etnia. Algo muito cobrado sim, porém, a depender do meio

ao qual ele compreende como seu reduto eleitoral. Em 2016, por exemplo, uma candidata a vereadora reformulou todo seu material de campanha devido à cobrança dos espaços virtuais destinados para sua divulgação. A exigência girava em torno da adequação do estilo da candidata aos critérios de formação de alguns possíveis eleitores. Muitos questionaram a primeira imagem divulgada quanto ao visual afastado das lutas e reivindicações da negritude. Cabelos sempre tiveram essa atenção nas lutas pela valorização da raça negra, principalmente, por serem os mais atendidos na indústria cosmética para os efeitos de descaracterização da raça. As letras de músicas sobre cabelos crespos do passado e do presente estão aí para confirmar. Todavia, nunca se deve ter a ilusão de que só (ou todos), os candidatos negros identificados com a causa usam cabelos em sua originalidade racial. Militantes nem todos são. Podem ser até no discurso, mas não na prática. E não vai ser uma transição capilar que vai eficazmente parametrizar o candidato a ponto de nivelá-lo com as práticas ideológicas de seu grupo étnico. Afinal, como diz o adágio popular, o hábito não faz o monge.

Todavia, hoje os movimentos negros estão bem atentos a essa questão e, dificilmente, candidatos que não atendam aos requisitos que possam defini-lo como seus representantes conseguem enganá-los. Não importa qual seja o discurso.

E, enfim, como hoje os discursos contra a intolerância racial tornaram-se um dos pilares de sustentação de campanhas, deve o eleitor ficar atento a ativistas profissionais que não vão fazer jus à confiança que neles será depositada. Imagens, neste caso, devem ser perscrutadas. Uma pesquisa para levantamento do viver social e de sua trajetória é muito mais importante. Sua imagem pode estar sendo forjada em cima de uma atitude pessoal apenas para manter a perspectiva eleitoral de atrair votos de um nicho que, a priori, há um entendimento geral de que ele pode chamar de

seu. Quanto a essa questão, em Salvador, nas eleições municipais de 2016, aconteceram casos de candidatos registrando-se como negros em uma cidade que essa nuance gera incontáveis níveis de categorização. Os que já possuem mandato no modelo anterior, de adequação aos moldes do visual o mais perto possível da raça branca, seguem seus caminhos. Já os neófitos são mais cobrados. Por isso tentam se adequar ao discurso maximizado após a redemocratização. A partir deste período, a luta contra a discriminação e preconceito racial se intensificou e vários segmentos se associaram para reivindicar seus direitos na ocupação do espaço político e social do país.

Dentre os fóruns de discussão, citamos o Movimento Negro que trouxe para o centro dos debates propostas de valorização e reparação das perdas sofridas do decorrer da História do Brasil. O resultado veio por meio de leis específicas que contemplam, em sua maior parte, o âmbito educacional. Assim, candidatos negros que são poucos conhecidos, via de regra, tem como primeira tarefa se identificar em suas peças de publicidade como representantes da raça para produzir identificação com o logo dessas lutas neste espaço em potencial. Que em Salvador, só não elege todas as bancadas do legislativo municipal só de seus representantes porque não quer.

Não obstante, já se observa uma inegável diferença nos atuais quadros de representantes políticos negros em relação ao século passado. Trata-se de uma conquista no âmbito de sua situação na estratificação social brasileira, mais particularmente na Bahia. Isto porque, obras como “As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)”, de Maria Evilnardes Dantas Petrauskas, pesquisa realizada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pós-Graduação em História), tem a informação de que nessa fase Salvador contava com 65.000 habitantes assim divididos:

O primeiro grupo era formado pelos funcionários da administração real, os militares de altas patentes, o alto clero secular e regular, os grandes mercadores e os proprietários de terras, que compunham a chamada elite da sociedade baiana famintas de distinções e honrarias, e que aspiravam títulos de nobreza distribuídos pelo governo imperial a partir de 1822. O segundo grupo era constituído por funcionários médios da administração real, militares e oficiais de patentes inferiores, o clero secular e regular, os comerciantes varejistas, proprietários rurais, fazendeiros ou criadores médios, profissionais liberais, os homens que viviam de seus rendimentos anuais e os mestres de ofícios nobres. No terceiro grupo estavam os funcionários subalternos da administração real, militares, profissionais liberais secundários, oficiais mecânicos e pequenos comerciantes do comércio de frutas, doces e salgados composto em sua maioria por homens recém-egressos da escravidão. Finalmente, o quarto grupo composto pelos escravos, mendigos e vagabundos que constituíam o 'grupo perigoso da Bahia' no início do século XIX e até 1860 mais ou menos. (PETRAUSKAS, 1985, p. 38).

A pesquisadora ainda informa que houve uma evolução do comportamento social pelo qual, em dado momento, "o processo de purificação obriga o mestiço a desejar integrar-se na procura de uma forma de aproximar-se o mais possível dos tipos e vida da cultura branca" (PETRAUSKAS, 1985, p. 38), para apropriar-se desse povo, ou dessa sociedade branca. No que rompe todos os laços com grupo de origem. Seja como for, voltando às imagens mostradas no início do tópico e aproveitar para finalizá-lo, prevaleceu o argumento utilizado para a mudança na composição da imagem desta candidata para o visual dos cabelos que passou a atender a uma aparência mais característica da raça negra.

Cabe aos eleitores desenvolverem experiência para identificar as transformações que ocorrem durante a campanha de

seus escolhidos a cada sufrágio e, não terceirizar suas ideias e opiniões, baseadas em falsas associações de discursos e imagens que não refletem a realidade. Reconhecemos que conhecer os candidatos e suas reais ideologias não é tarefa fácil. Mas desenvolver esta habilidade é a única solução. Porque mudar é humano, e todo candidato faz esse ou aquele tipo de concessão em algum momento. E ele sabe que nesse jogo o eleitor escolhe seu concorrente ao cargo eletivo segundo os mais eficientes critérios de convencibilidade. Portanto cabe ao eleitor desenvolver a arte de não abrir mão de suas verdadeiras escolhas.

10.4 O VOTO IDEOLÓGICO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA MULHER NEGRA BRASILEIRA

Ainda dentro desta posição do voto ideológico em relação à participação do negro no desenvolvimento político brasileiro, já foi visto que o alto índice de analfabetismo da população brasileira por longas décadas teve sua dimensão ampliada quando se trata das questões das lutas para inserção nas decisões do país no tocante às mulheres. E se sob a ótica constitucional (1934), já era mais difícil para as mulheres, por causa dos textos legais, a priori proibindo, e posteriormente autorizando, mas, restringindo esta participação feminina, imagine para a mulher negra desrespeitada em seus direitos democráticos mais fundamentais. Comparada a participação feminina do início do século XX aos conflitos ideológicos que permeiam os sufrágios atuais, observa-se que avanços e retrocessos formam a base da participação feminina na política no Brasil. O que tem gerado resultados preocupantes quanto a ocupação de um espaço tão duramente conquistado.

Das perspectivas radicais aos movimentos de empoderamento da mulher, com suas derrotas e vitórias em torno das lutas

para o atendimento às suas necessidades básicas, surgiram os gritos de socorro por uma política de assistência a essas reivindicações. Principalmente para as prioridades das mulheres negras. Isto porque, afinal, no início do ativismo político do século XX para a inclusão de mulheres na vida política brasileira, apenas mulheres brancas e de alta sociedade como Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura protagonizavam este cenário.

Claro que não vai se negar aqui que isto envolveu, obviamente, tensões motivadas pelas ações desencadeadas no percurso. No entanto, os interesses defendidos dentro daqueles movimentos precursores do conceito de empoderamento feminino, não contemplavam os interesses específicos da mulher negra brasileira. Suas ações políticas podiam, quando muito, idealizar e conduzir questões abertas às mulheres como um todo. Mas não especificamente voltada para as necessidades e interesses da mulher negra brasileira à qual cabe carregar, simultaneamente, o fardo de preconceito racial e de gênero pelas manifestações específicas de violência produzida socialmente contra elas.

Enfim, fato é que, certamente, esse fenômeno teria que suscitar ativistas com consciência social suficiente para aderir à luta contra toda forma de violência contra mulher e, especificamente contra mulheres negras, nos desdobramentos destas movimentações. Vejamos, por exemplo, a experiência da ativista norte americana, Angela Davis, cuja temática gira em torno dos direitos das mulheres negras do EUA:

Como podemos garantir que esse padrão histórico se rompa? Enquanto defensoras e ativistas dos direitos das mulheres de nosso tempo, devemos começar a fundir esse duplo legado a fim de criar um continuum único, que represente de modo sólido as aspirações de todas as mulheres de nossa sociedade. [...] por décadas, as ativistas brancas têm reclamado de que as mulheres de minorias étnicas

frequentemente não atendem aos seus apelos. 'Nós a convidamos para a nossa manifestação, mas elas não apareceram. Elas simplesmente não parecem interessadas em estudos sobre mulheres. (DAVIS, 2017, p. 180).

No bojo destas questões, trazemos para a nossa realidade brasileira a necessidade de se conscientizar as mulheres negras sobre o direcionamento de seus votos. Comparecer às reuniões dos movimentos associativos nacionais e regionais, quando possível, voltados para estas questões; fazer comparações; acompanhar os blogs e recursos disponibilizados pelos sistemas de informação disponíveis voltados para esse nicho eleitoral.

Essas são atitudes, que ajudarão a garantir a continuidade das dinâmicas essenciais das lutas que visam proporcionar uma informação bem articulada e que poderá ajudar a decidir pelo voto autêntico, ou seja, aquele que pode sustentar a continuidade e o sucesso das reivindicações. O verdadeiro voto que pode e tem poder para, se não resolver, claro, seria ingenuidade assim pensar, pelo menos não deixar perecer a força dos ideais. Mas a falta de informação sobre os verdadeiros militantes são, invariavelmente, a causa da fragilidade de muitos movimentos e, conseqüentemente, de muitos de seus resultados.

Nichos políticos formados por ativismos de ocasião, só poderão subsistir se forem legitimados nas urnas por eleitores que não buscam informação e transformam seu voto em canal para a sua perpetuação. Contra isso é que foram criados movimentos e datas que tem como objetivo fazer as pazes com a consciência social. Que tenham real compromisso com a remissão de atos de um passado de desigualdades irredutíveis, para um futuro em que uma verdadeira consciência negra ajude a tecer candidaturas sem discursos ideológicos vazios e repetitivos. Porém, com projetos bem longe das disputas partidárias e, sim, totalmente voltadas para iniciativas inteligentes, convergentes e aplicáveis.

10.5 O VOTO IDEOLÓGICO: TEOLOGIA E POLÍTICA

Muitos dos critérios utilizados para a identificação do candidato com seu eleitor previstos no tópico anterior podem ser revistos neste, por conseguinte. Mas se há um tipo de candidato que mudou muito o seu perfil e pode ser categorizado diametralmente foi o candidato que tem sua imagem atrelada ao status de político denominacional.

Igreja, enquanto entidade, tem autoridade oficialmente constituída. Weber (1904-05, p.13) admite que “há certos fenômenos que não podem ser explicados”. Ele cita como exemplo o porquê da prosperação “da forma mais intolerável de controle eclesiástico do indivíduo” (séculos XVI e XVII), mais que a regra da Igreja Católica, considerada até então “infinidamente mais opressiva e severamente imposta”, a qual foi imposta aos protestantes. Afirma que para livrar-se da tirania do Puritanismo as classes médias burguesas dos países mais desenvolvidos da época fizeram ferrenha oposição para libertar o povo da opressão dessa segunda manifestação religiosa de poder.

Para Silva (2010, p.105), “entendemos a religião e a religiosidade como formas de expressão do sagrado”. A seguir ela estabelece as diferenças de suas conceituações ao afirmar que “a religião é instituição com seu corpo sacerdotal, a hierarquia, a teologia, as doutrinas”. Já a religiosidade ela conceitua que “são as vivências, os sentimentos, as práticas, as emoções que permeiam o cotidiano fiel”. São conceitos que desmoronaram diante da inserção da política no meio religioso.

Sobre este postulado de intervenção da religião na vida política de seus representados, Bittencourt (2014, p. 10) lembra o filósofo que considera como seu “predileto”, Espinosa:

No caso de Espinosa, a denúncia da relação [...] entre Teologia e Política e o quanto essa associação prospera mediante o uso de superstições e da ignorância como método de dominação das massas apresenta a sua extemporaneidade ao percebermos quanto a agenda política de países ditos laicos permanece atrelada a um conservadorismo que auxilia na manutenção do status quo. [...] A agenda política depende do respaldo teológico para se sustentar ideologicamente mesmo na estrutura laica da república vigente. [...] Nossa atividade política é, assim, nada mais do que uma teologia secularizada, pois a relação que o povo mantém com o poder estabelecido se funda na submissão e na devoção.

Possa ser que os fiéis não tenham percebido essa movimentação política nas igrejas de fora para dentro, quando muitos apenas só se preocupam em sair de casa para votar. E de dentro para fora, quando líderes de comunidades eclesiais escolhem em quem eles irão votar.

Em tempos de bancadas direcionadas, as denominadas evangélicas, vindos de um grande deslocamento ideológico cunhado nos tempos da ditadura, quando era incutida na população menos esclarecida que política não era coisa de Deus, passaram para a ideia extremamente oposta. Em dado momento, passou-se a enxergar que havia na política uma janela de oportunidade para implementar e conseguir aprovar projetos de lei que visassem reconhecer seus direitos olvidados. Mesmo em um país cuja Constituição garante liberdade religiosa. No entanto a questão é: quantos representantes dessa específica bancada tem realmente lutado pelos interesses dos cidadãos por eles representados? Há de se convir que a prioridade seria, no contexto em que estamos, que cada político eleito buscasse primordialmente cuidar dos interesses comuns à população como um todo. Haja vista que existem pautas que assim estão classificadas. Porém, se alguém vota, escolhe, e se escolhe, tem alguma esperança de ver

as reivindicações específicas da categoria serem contempladas em seus projetos.

Ademais, ainda que estejamos a fazer uma equiparação simplista de ideias, é justamente isso que ocorre. Portanto, há de se ter cuidado em eleger representantes de grupos cuja ética, segundo Weber (1904-05, p.67) “repousa em bases que diferem em princípio” de suas próprias doutrinas. Neste mesmo texto, ele enfatiza que da diversidade de seus movimentos

[...] a comunidade religiosa, a igreja visível, [...] deveria cuidar da comunidade segundo os mesmos princípios que regem as doutrinas cristãs, uma instituição que deveria, necessariamente, incluir justos e injustos.

E ao trazer esta reflexão weberiana de 1904 para o contexto atual do crescimento da participação de políticos ligados às correntes denominacionais, consideramos também, que “uma vez que o ascetismo se encarregou de remodelar o mundo e nele desenvolver seus ideais, os bens materiais adquiriram um poder crescente e, por fim, inexorável, sobre a vida do homem”. O que levou entidades religiosas que antes repudiavam o que chamavam de mundanismo, abandonarem seus princípios para engajar-se nas lutas e tensões que rodeiam o universo político em busca de soluções para os interesses de seus adeptos (WEBER, 1904-1905, p. 86).

Do ponto de vista de Ferreira (2010, p.85), movimentos formados e organizados com eventos de abrangência nacional, desde a década de 1960, tem discutido e repensado o “protestantismo brasileiro com o bloco de forças políticas sociais e progressistas no país”. São eventos que entre divergências e dissensões, tem ampliado o tema “política e religião” no curso de suas ações e resoluções. Um tema amplo, que produz informação, mas de circulação restrita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos em 2017. Limiar de 2018. Um ministro de governo quer saber se tem possibilidade de alavancar uma candidatura a presidente da república no Brasil. Atento a esta perspectiva de futuro político, contrata uma empresa que presta serviço de monitoramento que informa instantaneamente, pelo celular, toda vez que seu nome é citado na internet. Amigos otimistas com o futuro de sua campanha se unem para animá-lo. O conselho ecoa como uma ordem: seguir em frente. No entanto, tanto entusiasmo não é suficiente para se ter a certeza do sucesso de seu desejo.

Como trouxemos para o centro da discussão no início deste trabalho, informação só não basta na era da sociedade da informação. Como em um mercado, a lei da oferta e da procura está em cena. O povo quer votar. O candidato quer seu voto. Como alinhar essas forças que se defrontam tendo na ponta o mesmo objeto do desejo, o voto. Tanto para quem o ganha, quanto para quem o recebe. E cada um com suas intenções. Declaradas, ou não. A informação que ajuda o eleitor a decidir o voto. Ela existe. Mas onde ela está? Como chegar até ela? Ou será que seria ao contrário, ela é que deveria chegar até nós. Onde, como e onde ela é produzida e circulada? Quais as fontes de informação confiáveis? Essas, e outras indagações sobre o tratamento e a trajetória da informação dentro do processo político eleitoral, contém o segredo da vitória que todos os envolvidos neste processo buscam encontrar. Desejos não acompanham resultados porque a produção, a circulação e o uso da informação guia e recomenda a vida do candidato. Sua origem, existência e persistência é que vai confirmar o desenrolar de uma campanha. Verdadeira, falsa, fora do contexto ou adulterada a informação referenciam e acompanham a trajetória dos

postulantes aos cargos eletivos. Hoje, a tecnologia da informação, trouxe as vantagens da quase transparência pelo acesso que se tem a e-mails, documentos e toda uma oferta de dados verbais e não verbais disponíveis nas redes sociais. São detalhes que no início da vida republicana poderiam levar quase um século para se descobrir, mas que agora pode ser revelado quase que em tempo real. É a produção e circulação da informação na era virtual.

Ao pensar desta maneira, podemos dizer que os pleitos se caracterizam, ou pelo menos deveriam se caracterizar, pela apresentação de projetos ideológicos consistentes, uma vez que se trata de um processo dentro de democracias modernamente consolidadas. Tudo isso, obviamente, estabelecido dentro do limite de respeito pretendido pelo marco constitucional da nação, ao qual o processo eleitoral está inserido. Mas, o que podemos visualizar é que os partidos políticos, tanto no passado como no presente, não conseguem repassar seus conteúdos ideológicos por meio de informações claras e precisas. Isto para aqueles que os tem.

Assim, até os debates e horário eleitoral que poderiam fornecer informações para ajudar os eleitores a escolherem de forma mais racional seus candidatos, assistem, na verdade, a um imenso campo de batalha. Nesses espaços as informações que poderiam advir para ajudá-los a tomar suas decisões, antes de se encontrarem frente a frente com as urnas, submergem nas propostas políticas de seus possíveis candidatos. Isso, contudo, não é o fim da história. Pelo contrário, é o seu começo. Porque é visível que a produção e a circulação da informação eleitoral mostram que há várias visões distintas de seu uso em cada governo.

Ressalve-se, no entanto, pode-se constatar, que o Brasil por ter se constituído ao longo de seu traçado histórico como uma nação unificada linguisticamente, tende a que esta produção e circulação da informação se supere rapidamente de seus períodos governamentais tensos, para uma superação otimista.

REFERÊNCIAS

- AGGIO, Camillo. Campanhas on-line: o percurso de formação das questões, problemas e configurações a partir da literatura produzida entre 1992-2009. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Org.) *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.
- AGUIAR, Afrânio Carvalho. Derrubando-se as barreiras ao fluxo transfronteira do conhecimento. In: LUBISCO, Nídia M. L; TOUTAIN, Lídia M. B. Brandão. *Informação e informática*. Salvador: EDUFBA, 2000. p. 39.
- ALMEIDA, Carlos Cândido de. *O campo da ciência da informação: suas representações no discurso coletivo dos pesquisadores do campo no Brasil*. Florianópolis (SC), 2005. Disponível em: <<http://pgcin.paginas.ufsc.br/files/2010/10/ALMEIDA-Carlos-C%C3%A2ndido-de.pdf>>. Acesso em: 14 dez. 2014.
- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. *Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino*. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11170/1/2012_NeiliaBarrosFerreiradeAlmeida.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2014.
- ALMEIDA JR., Oswaldo Francisco de. Formação, formatação: profissionais da informação produzidos em série. In: VALENTIM, Marta Lígia Pomim (Org.). *Formação do profissional da Informação*. São Paulo: Polis 2004. p.152.
- _____. Mediação da informação e múltiplas linguagens. *Tendências da Pesquisa em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, 2009. p. 99.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Teoria matemática da comunicação e a questão da interdisciplinaridade. *Revista Cesumar Ciências Humanas e Ciências Aplicadas*. v.16, n.2, p. 547-570, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.cesumar.br/pesquisa/periodicos/index.php/revcesumar/article/download/1508/1342>>. Acesso em: 18 set. 2014.
- ARAÚJO, Felipe. *Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/curiosidades/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul/>>. Acesso em: 8 jan. 2015.
- AZEVEDO, Gislane Campos; SERIACOP, Reinaldo. *História em movimento: do século XIX aos dias de hoje*. São Paulo: Ática, 2012.
- AZIZ, Bruno. Charge. In: *A Tarde*. Salvador: 22 set. 2014.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. A Condição da informação. São Paulo em Perspectiva. São Paulo: v. 16, n. 3, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300010&script=sci_arttext> Acesso em: 1 jul. 2014.
- _____. Uma história da ciência da informação. In: TOUTAIN, Lídia Maria Batista Brandão (Org.). *Para entender a Ciência da Informação*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 27.

_____. A questão da informação. *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: Fundação SEADE, v.8. n.4, 1994. Disponível em: <<http://bogliolo.eci.ufmg.br/downloads/BARRETO%20A%20Questao%20da%20Informacao.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

BARROS, Mariana. Entrevista: Eduardo Jorge. In: *Veja*. São Paulo: Abril, ed. 2394, ano 47, n.41, 8 out. 2014.

BORGES, Jussara. Competências infocomunicacionais em ambientes digitais. In: *Participação política, internet e competências infocomunicacionais: evidências a partir de organizações da sociedade civil de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

BORGES, Jussara; JAMBEIRO, Othon. Comunicação, *digital literacy* e participação política inter-relações, reciprocidades e determinações. In: *III Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA)*. 2009. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/01/borges_jambeiro.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

BRAGA, Sérgio; NICOLÁS, Maria Alejandra; BECHER, André Roberto. Elites políticas e novas tecnologias: uma análise do uso da pelos candidatos aos governos estaduais e ao senado nas eleições brasileiras de outubro de 2010. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

BRANDALISE, Carla. Camisas-Verdes: o integralismo no sul do Brasil. Rio de Janeiro: *Acervo*, v. 10, n. 2, jul./dez 1997. Disponível em: <<http://revistaacervo.an.gov.br/seer/index.php/info/article/view/290/252>>. Acesso em: 12 mar. 2014. p. 17-36.

BUCCI, Eugênio. *Em Brasília, 19 horas: a guerra entre a chapa-branca e o direito à informação no primeiro governo Lula*. Rio de Janeiro, Record, 2008.

BUCKLAND, Michael. *Entrevista*. InCID: R. Ci. Inf. Doc., Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 230-242, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/incid/article/viewFile/42344/46015>>. Acesso em 24 jan. 2014.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história: cinco séculos de um país em construção*. São Paulo: Leya, 2010.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da enciclopédia à Wikipédia*. São Paulo: Zahar, 2003.

CABRAL, Otávio. *Dirceu: a biografia: do movimento estudantil à Cuba, da guerrilha à clandestinidade, do PT ao poder, do palácio ao mensalão*. 3. ed. Rio de Janeiro. Record: 2013.

CAMARGO, Aspásia. A eleição como metáfora. In: A esquerda em questão. *Política Democrática – Revista de Política e Cultura*. Brasília/DF: Fundação Astrojildo Pereira, v. 1, n. 0, out./dez. 2000. p. 39-66.

CAMARGO, Camila. *Camisas – Verdes na Internet: a ideologia integralista do século XXI*. Disponível em: <http://www.cptl.ufms.br/hist/ndhist/Anais/Anais%202009/Artigos/GT04_historia_politica/1_camila_camargo_camisas_verdes_internet.pdf> Acesso em: 15 de jul. 2014.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*. v.12, n.1, p.148-207, jan./abr. 2007.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. Belo Horizonte (MG), V *ENANCIB*, 2003. Disponível em: <http://www.capurro.de/enancib_p.htm>. Acesso em: 14 maio 2018.

CARDOSO, Mauricio José d'Escragnolle. Peirce, Lacan e a questão do signo indicial. *Ágora*. v.15 n.1, p.3, Rio de Janeiro Jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-14982012000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 nov. 2014.

CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *História da república brasileira: o governo Fernando Henrique* (1995-1998). São Paulo: Três, 1999.

CARRILLO, Carlos Alberto. *Memórias da Justiça Brasileira*. v. 3. Salvador: Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, 2003.

CASAES, Vaner. *Eleições 2014 – Bahia*: emocionado, governador Jaques Wagner parabeniza aliados Rui Costa, João Leão e Otto Alencar pela vitória. Disponível em: <<http://www.jornalgrandebahia.com.br/2014/10/eleicoes-2014-bahia-emocionado-governador-jaques-wagner-parabeniza-aliados-rui-costa-joao-leao-e-otto-alencar-pela-vitoria.html>>. Acesso em 3 mai. 2015.

CASTELFRANCHI, Yuri. A curiosa vida política dos símbolos. *ComCiência -Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 10. mar. 2006. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=11&id=74>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. v.1. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2003. p. 67.

CASTRO, Celso. *O golpe de 1964 e a instauração do regime militar*. CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Golpe1964>>. Acesso em: 7 set. 2014.

CHAGAS, Carlos. *O Brasil sem retoque (1808-1964): a história contada por jornais e jornalistas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CHAU, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010.

CIDADANIA: há 50 anos, Jango defendia reformas em comício na Central do Brasil. *Portal EBC*. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/03/ha-50-anos-jango-defendia-reformas-em-comicio-na-central-do-brasil>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CLAUDE SHANNON. Disponível em: <<http://www.nyu.edu/pages/linguistics/courses/v610003/shan.html>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

CONFIRA 11 CURIOSIDADES SOBRE O CANTOR E EX-MINISTRO GILBERTO GIL. *Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/serafina/2014/03/1432605-confira-11-curiosidades-sobre-o-cantor-e-ex-ministro-gilberto-gil.shtml>>. Acesso em: 11 jan. 2014.

CONSTITUIÇÃO de 1822. In: *Infopédia*. Porto: Porto Editora. 2003-2014. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$constituicao-de-1822](http://www.infopedia.pt/$constituicao-de-1822)>. Acesso em: 16 fev. 2014.

COSTA, J. Cruz. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p.138-180.

CRUZ, Fábio Marques da. *O boato na bolsa de valores: um estudo sobre as ações com maior volume financeiro entre 2007 e 2011*. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/14481>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

DANTAS, Marcos. Apropriação da informação. In: DANTAS, Marcos. *Trabalho com informação: valor, acumulação, apropriação nas redes do capital*. Rio de Janeiro: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFRJ, 2012. Capítulo 6.

DAVENPORT, Thomas H. *Ecologia da informação: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação*. 2. ed. São Paulo: Futura, 2000.

DEZ CURIOSIDADES SOBRE A BANDEIRA DO BRASIL. *Design culture*. Disponível em: <http://www.designculture.com.br/bandeira_do_brasil/>. Acesso em: 27 jul. 2014.

ECO, Humberto. *Semiótica e filosofia da linguagem*. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

EPSTEIN, Isaac. *O signo*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1997.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia; DUMONT, Lígia Maria Moreira. O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: o caso do Estado de Minas. Rio de Janeiro (RJ), *XIII ENANCIB (GT3)*, 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECID-8XNKCT/pati_1_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 dez. 2014.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006. p. 185-217.

FERRARI, Márcio. Auguste Comte, o homem que quis dar ordem ao mundo. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/formacao/auguste-comte-423321.shtml?page=3>>. Acesso em: 28 set. 2014.

FERREIRA, Wilson. *O logo da novela da Rede Globo e a bomba semiótica da pararealidade*. Rio de Janeiro: JusBrasil / Pragmatismo Político. 2014.

FIALHO, Nádia. *Material didático: aulas da disciplina Gestão da Educação, Processos e Medidas do Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC) – UNEB / 2012.1*. Salvador: Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Não publicado.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. *A ditadura encurralada*. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GATTONI, Juliana de Sordi. Significado dos símbolos dos partidos. *Diário do Grande ABC*. 5 de janeiro de 2014. Disponível em: <www.dgabc.com.br/Noticia/280073/significado-dos-simbolos-dos-partidos-?referencia=navegacao-lateral-detalle-noticia>. Acesso em: 5 jan. 2015.

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. *Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, V. 29, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2000.

_____. A interligação entre comunicação e informação. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v. 11, n. 3, jun. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/jun10/Art_03.htm>. Acesso em: 23 ago. 2014.

_____. *Material didático*: aulas da disciplina Fundamentos históricos e epistemológicos da Ciência da Informação. Salvador: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Bahia. 2 jun. 2014. Não publicado.

_____. A mediação da informação, comunicação e educação na construção do conhecimento. *DataGramaZero* – Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 1, fev. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/fev08/Art_01.htm> Acesso em: 5 jun. 2014.

_____. Palestra proferida no evento *Excelência em Biblioteca*. Salvador, Universidade Federal da Bahia (UFBA). Salvador: 2012. Não publicado.

GUERRA, Ichiro. *Campanha de Dilma Rousseff*. Disponível em: <<http://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/27783-campanha-de-dilma-rousseff#foto-448273>>. Acesso em: 5 jan. 2014.

GUZZO, José Roberto. Dinheiro falso. In: *Veja*. São Paulo: Abril. Ed. 2390, ano 47, n.37, 10. set. 2014.

HEYMANN, Luciana Quillet. Vargas, para além da vida: a carta-testamento e o legado de Vargas. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2012. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/aeravargas2/artigos/alemdivida/cartatestamento>> Acesso em: 12 mai. 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IASBECK, Luiz Carlos Assis. *O método semiótico de pesquisa científica*. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibetexto.php?cod=33300&cat=Artigos&vinda=S>>. Acesso em: 21 dez. 2014.

IASULAITIS, Sylvia. Modalidades de participação política em websites eleitorais: uma análise de fóruns de discussão com uma proposta metodológica. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

ILHARCO, Fernando. *Teoria da informação Shannon e Weaver*. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/afonsorosario58/shannon-weaver-fernandoilharco>>. Acesso em: 26 ago. 2014.

INAZAWA, Fernandez Kenji; BAPTISTA, Sofia Galvão. Modelo conceitual de comunicação da informação para estudos de interação informacional baseado em competências conversacionais em serviços de referência. *Perspectivas em Ciência da Informação*. Belo Horizonte. v.17, n.1, p. 169-184, jan./mar. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141399362012000100010&script=sci_arttext>. Acesso em: 23 ago. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS SOCIAIS. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_de_Pesquisas_e_Estudos_Sociais>. Acesso em: 11 out. 2014.

JAMBEIRO, Othon. Prefácio. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

JAMBEIRO, Othon. *Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação*. Salvador: EDUFBA, 2004.

JAPIASSU, Hilton. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro, RJ: Imago, 1976.

JORNAL NACIONAL ENTREVISTA A PRESIDENTE REELEITA DILMA ROUSSEFF. Disponível: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2014/10/jornal-nacional-entrevista-presidente-reeleita-dilma-rousseff.html>> Acesso: 27 dez. 2014.

KANASHIRO, Marta. Bandeiras e os símbolos da política. *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 10. mar. 2006. Disponível em <<http://www.comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=11&id=74>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

KOBASHI, Nair Yumiko. Informação: fenômeno e objeto de estudo da sociedade contemporânea. *Transinformação*. Campinas: set./dez. 2003, p. 7-21. Disponível em: <<http://periodicos.puccampinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/viewFile/1458/143>> Acesso em: 19 jun. 2014.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. *História geral e do Brasil: trabalho, cultura, poder*. 8. ed. São Paulo: Atual 2003.

_____. *História do Brasil: no contexto da história ocidental*. São Paulo: Atual, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

LE COADIC, Yves-François. *A ciência da informação*. Brasília (DF): Briquet de Lemos, 2004.

LIRA NETO, João de. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

_____. *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2013.

_____. *Getúlio: da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2012.

MAIS DE 50% DOS BRASILEIROS ESTÃO CONECTADOS À INTERNET. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2014/09/mais-de-50-dos-brasileiros-estao-conectados-internet-diz-pnad.html>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MANCHETE 25 ANOS. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1977.

MARKUN, Paulo. *Farol alto sobre as diretas (1969-1984)*. São Paulo: Benvirá, 2014. (Brado Retumbante, v.2).

_____. *Na lei ou na marra (1964-1968)*. São Paulo: Benvirá, 2014. (Brado Retumbante, v.1).

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SILVA, Fernando Wisse Oliveira; MATOS, Nina Ribeiro. Estratégias de comunicação política on-line: uma análise do perfil de José Serra no Twitter. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) Introdução. In: MARQUES, Francisco Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camillo. (Orgs.) *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2013.

MAUÉS, Flamarion. *Livros contra a ditadura: editoras de oposição no Brasil, 1974-1984*. São Paulo, Publisher Brasil, 2013.

MELO, Marcus André. Eleições serão definidas pelo “ignorante racional”. In: Costa, Ana Clara. *Veja.com/Economia*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/eleicoes-serao-definidas-pelo-ignorante-racional/>. Acesso em: 4 out. 2014.

MELLO, Rafael Reis Pereira Bandeira de. *A influência positivista nos primeiros anos da república*. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT6/GT6-RAFAEL.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MELLO, Zuza Homem de. *A era dos festivais*. Disponível em: <<http://institutocravoalbin.com.br/projetos/catalogos-tematicos/no-palco-os-festivais/a-era-dos-festivais/>>. Acesso em: 7 set. 2014.

MELLO, Zuza Homem de; SEVERIANO, Jairo. *85 anos de música brasileira*. v.2, São Paulo: Editora 34.

MENSAGEM SUBLIMINAR EM GERAÇÃO BRASIL CRIA POLÊMICA: Diversão e cultura. Disponível em: <http://www.bonde.com.br/?id_bonde=1-2--25-20140506>. Acesso em: 17 out. 2014.

MERREL, Floyd. *A semiótica de Charles Peirce hoje*. Ijuí: Editora Unijuí, 2012.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Caminhos das civilizações: história integrada geral e do Brasil*. São Paulo: Atual, 1998.

MOREIRA, Solange Silva. O ícone e a possibilidade de informação. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. Florianópolis. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2006v11nesp3p30>>. Acesso: 11 set. 2014.

MORESI, Eduardo Amadeu Dutra. Delineando o valor do sistema de informação de uma organização. *Ci. Inf.*, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/246/214>>. Acesso em: 8 jan. 2014.

MOURA, Maria Aparecida. Ciência da Informação e semiótica: conexão de saberes. *R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf.*, Florianópolis, 2º número esp., 2º sem. 2006 Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/index>> Acesso em 2 set. 2013.

MUNDO ESTRANHO. São Paulo: *Abril*, ed. 127, ano 11, n.8. jul. 2012. p.50.

NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil: do império aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

NOGUEIRA, Samanta. *O que significam os símbolos dos partidos*. Disponível em: <http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2014/03/noticias/politica/1481362-o-que-significam-os-simbolos-dos-partidos.html>. Acesso em: 15 jul. 2014.

NOVAES, Denise Queiroz. *A hierarquia semântica de conceitos em tesouros*. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Belo Horizonte: 2009, 142f. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_NovaesDQ_1.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2014.

OLIVEIRA, Amanda L. A mediação da informação como experiência de negociação de sentidos. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 4, n. 1, 2011.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. In: *Datagramazero-Revista de Ciência da Informação*. Rio de Janeiro. v. 11, n.2, abr. 2010. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/abr10/Art_03.htm>. Acesso em: 1 jul. 2014.

PACHECO, Paulo. *Petistas veem mensagem pró PSDB e PSB em nova novela das sete*. Disponível em: <<http://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/petistas-veem-mensagem-subliminar-em-novela-da-globo-3263>>. Acesso em: 16 nov. 2014.

PASSOS, Clarissa. *52 coisas que você não sabia sobre a ditadura militar brasileira*. Disponível em: <<http://www.buzzfeed.com/clarissapassos/52-coisas-que-voce-nao-sabia-sobre-a-ditadura-militar-brasil#2zj4fye>>. Acesso em: 7 set. 2014.

PEREIRA, Daniel; CEOLIN, Adriano. *Panorama: eleições 2014. Veja*. São Paulo: Ed. Abril, ed. 2386, ano 47, n. 33, 13 ago. 2014.

PEREIRA, Merval. *O lulismo no poder*. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PETRAUSKAS, Maria Evilnades Dantas. *As relações de trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)*. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Pós-Graduação em História). 1985.

PINHEIRO, Márcio; SEREZA, Haroldo Ceravolo. *Especial Eleições 1989*. São Paulo: UOL Notícias (17/12/ 2009). Disponível em:<<http://noticias.uol.com.br/especiais/eleicoes-1989/ultnot/2009/12/17/ult9005u14.jhtm>>. Acesso em: 9 nov. 2014.

PETILLO, Alexandre. *Curtindo música brasileira; um guia para entender e ouvir o melhor da nossa arte*. Caxias do Sul (RS), 2013.

PINHO, José Antonio Gomes de. Participação social na internet: reflexões sobre os caminhos para a criação de competências infocomunicacionais na realidade brasileira. In: *Seminário de Competências Infocomunicacionais e Participação Social*. Salvador (BA): UFBA, 2012.

PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 1969.

PINTO, José Nêumane. *O que sei de Lula*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2011.

PONTES, Érica. *Mudanças na Lei Eleitoral*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.metodista.br/cidadania/numero-36/mudancas-na-lei-eleitoral>>. Acesso em: 29 jan. 2014.

PRADO, Eduardo. *Collectaneas*. São Paulo: Escola Typográfica Salesiana, 1906.

PRADO, Antonio Carlos; ORTIZ, Elaine; WEISS, Ana. A herança de chumbo. In: *ISTOÉ*. São Paulo: Três, 2 abr. 2014, v. 38, n. 2314.

PRETTO, Nelson. Entrevista. In: RAMOS, Cleidiana. Internet esquentada arena do direito eleitoral: Facebook, Twitter, WhatsApp, YouTube e outras ferramentas online são alvo de ações judiciais por todo o Brasil. In: *A tarde/Tecnologia*. Salvador: 7 set. 2014.

PRIMO, Alex. Interação mútua. In: PRIMO, Alex.. *Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição*. 3. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. Cap. 3.

RAMOS, Cleidiana. Internet esquentada arena do direito eleitoral: Facebook, Twitter, WhatsApp, YouTube e outras ferramentas online são alvo de ações judiciais por todo o Brasil. In: *A tarde/Tecnologia*. Salvador: 7 set. 2014.

RAYWARD, W. B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography/International federation for Information and Documentation (FID). *Journal of the American Society for Information Science*, v.48, n.4, p.289-300, 1997. Disponível em: <<http://www.uff.br/ppgci/editais/rayward.pdf>> Acesso em: 31 mar. 2013.

REVOLTAS POPULARES NO BRASIL 1968. *Caros Amigos*. São Paulo: Caros Amigos. Coleção Revoltas Populares no Brasil.2014.

REVOLTAS POPULARES NO BRASIL 1968. *Caros Amigos*. São Paulo: Editora Caros Amigos. Coleção Revoltas Populares no Brasil.2014.

ROBREDO, Jaime. *Da ciência da informação revisitada aos sistemas humanos de informação*. Brasília-DF, 2003. Disponível em: <http://books.google.com.br/book?id=UJEbruG0tyYC&pg=PA18&lpg=PA18&dq=O+ruido+na+Ci%C3%A7%C3%A7%C3%A3o&source=bl&ots=zi3ssrREIf&sig=j-7aHYM4gjjRQdl_exFiqR2Jb7s&hl=pt-BR&sa=X&ei=qyT5U-e3JMvLsQSbxYDwDg&ved=0CC4Q6AEwAg#v=onepage&> . Acesso em: 23 ago. 2014.

ROCHA, Lauro. *Mário Covas: propaganda política*. Disponível em:< <https://pt.scribd.com/doc/89397585/5/memoria-do-palanque>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Bruno César; CRIPPA, Giulia. A recuperação da informação e o conceito de informação: o que é relevante em mediação cultural? *Perspectiva em Ciência da Informação*. Belo Horizonte. v. 16, n.1, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362011000100004> Acesso em: 18 jan. 2015.

SALGADO, Graça. *Arquivo Nacional – 150 anos: visão histórica*. Rio de Janeiro: Associação Cultural do Arquivo Nacional (ACAN), 1988.

SANTAELLA, Lucia. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

_____. *A teoria geral dos signos: como as linguagens significam as coisas*. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

SCHLEGEL, Rogério. A história em prateleiras: o que existe nos arquivos militares. In: 50 anos do golpe: a ditadura militar no Brasil. *Aventuras na História*. São Paulo: Abril, 2014.

SERPA, Marcelo. *Eleições espetaculares*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

SHIKIDA, Aparecida Maciel da Silva; MOURA, Maria Aparecida. Memória e redes sociais: informação e conhecimento em relatos orais. *VIII ENANCIB 2007*. Disponível em: <<http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT3--132.pdf>>. Acesso em: 16 fev. 2014.

SILVA, Armando M. *Mediações e mediadores em Ciência da Informação*. Prisma. Com, n. 9, 2010.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. *Luta pela democracia (1911-1914)*. In: História da República brasileira. São Paulo: Três, 1998.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Um estudo do poder na sociedade da informação. *Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, v. 29, n. 3, p. 79-90, set./dez. 2000.

SILVEIRA, Joel. *A feijoada que derrubou o governo*. São Paulo. Companhia das Letras, 2004. p. 157.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil, de Getúlio à Castelo: 1930-1954*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1967.

SOUSA, Rainer. *Governo Jânio Quadros*. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/historiab/governo-janio-quadros.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2015.

TALENTO, Biaggio. As eleições das reviravoltas. In: *A Tarde*. Eleições: vota Bahia. Salvador-BA: 6 out. 2014.

TECNOLOGIA E GAMES. *Mais de 50% dos brasileiros estão conectados à internet, diz PENAD*. Disponível em: < <http://g1.globo.com/economia/pnad-resultados-2013/index.html>>. Acesso em: 18 set. 2014.

VARELA, Aida Varela. *Informação e construção da cidadania*. Brasília. Thesaurus, 2007.

VASCONCELOS, Levi; LIMA, Luis Fernando. Opinião: tempo presente. In: *A Tarde*. Salvador: 6 out. 2014.

VIA EXPRESSA. Campanha salarial 2013. *Via Expressa: Boletim Oficial do SINTEPAV (BA)*. Salvador, v. 8, n. 56, 2013.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. Mudar... para manter tudo como está. In: *História Viva*. Dossiê: o voto no Brasil. São Paulo, Duetto Editorial, v. 11, n. 132, 2014. 30.

VOLLI, Ugo. *Manual de semiótica*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

WARREN WEAVER (1894-1978). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/WarrenWea.html>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

WERNECK, Humberto. *Chico Buarque letra & música*. São Paulo: Companhia das letras, 1979. Disponível em:<http://www.chicobuarque.com.br/letras/notas/n_apesarde.htm>. Acesso em: 7 set. 2014.

ANEXO 1 - INSTRUÇÕES PARA ELEIÇÕES NO BRASIL PREVISTAS PARA 1824

INSTRUÇÕES, A QUE SE REFERE O REAL DECRETO DE 3 DE JUNHO DO CORRENTE ANNO QUE MANDA CONVOCAR UMA ASSEMBLÉA GERAL CONSTITUINTE E LEGISLATIVA PARA O REINO DO BRASIL

CAPÍTULO I

DAS ELEIÇÕES

1. As nomeações dos deputados para a Assembléa Geral Constituinte do Brasil serão feitas por Eleitores de Paróquia.
2. Os Eleitores, que hão de nomear os deputados, serão escolhidos directamente pelo Povo de cada uma das Freguezias.
3. As Eleições de Freguezias serão presididas pelos Presidentes das Camaras com assistencias dos Parochos.
4. Havendo na Cidade ou Villa mais de uma Freguezia, será a Presidência distribuída pelos acuais Vereadores da sua Camara, e na falta destes pelos transactos.
5. Toda Povoação ou freguezia, que tiver até cem fogos, dará um Eleitor; não chegando a duzentos, porém si passar de 150, dará, dous; não chegando a 300 e passar de 250, dará três, e assim progressivamente.

6. Os Parochos farão affixar nas portas das suas Igrejas Editaes, por onde conste o número de seus fogos, e ficam responsáveis pela exactidão.
7. Têm direito a votar nas Eleições Parochiaes todo o Cidadão casado e todo aquelle que tiver de 20 annos para cima sendo solteiro, e não for filho família. Devem, porém todos os votantes ter pelo menos um anno de residência na Freguezia onde deram o seu voto.
8. São excluídos do voto todos aquelles que receberam salários ou soldadas por qualquer modo que seja. Não são comprehendidos nesta regra unicamente os Guarda-Livros e 1^{os}, caixeiros de casa de commercio, os criados da Casa Real, que não forem de galão branco, e os Administradores de fazendas ruraes e fabricas.
9. São igualmente excluídos de voto os Religiosos Regulares, os Estrangeiros não naturalizados e os criminosos.

CAPÍTULO II

DO MODO DE PROCEDER ÀS ELEIÇÕES DOS ELEITORES

1. No dia apazado para as eleições paroquiaes, reunidos na Freguezia o respectivo Povo, celebrará o Parocho Missa solemne do Espirito Santo, e fará, ou por elle, um discurso análogo ao objeto e circumstancias.
2. Terminada esta Cerimônia Religiosa, o Presidente, o Parocho e o Povo se dirigirão às Casas do Conselho, ou às que melhor convier, e tomando os ditos Presidente e Parocho assento à cabeceira de uma Mesa, fará o primeiro, em voz alta e intelligível, a leitura dos Capítulos I e II destas Instrucções. Depois proপরará dentro os cir-

cumstantes os Secretários e os Escrutinadores, que serão aprovados ou rejeitados por aclamações do Povo.

3. Na Freguezia que tiver até 400 fogos inclusive, haverá um Secretário e dous escrutinadores; e nas que tiverem dahi para cima, dous Secretários e tres Escrutinadores. O Presidente, o Parocho, os Secretários e os Escrutinadores formam a Mesa ou Junta Parochial.
5. Não havendo, porém, accusação, começará o recebimento das listas. Estas deverão conter tantos nomes quantos são os Eleitores que tem que dar aquella Freguezia: serão assignadas, pelos votantes, e reconhecida a identidade pelo Parocho. Os que não souberem escrever chegar-se-hão à Mesa e, para evitar fraudes, dirão ao secretário os nomes daquelles em quem votam este formará a lista competente, que depois de lida será assignada pelo votante com uma Cruz, declarando o Secretário ser aquele o signal de que usa tal indivíduo.
6. Não pôde ser Eleitor quem não tiver (além das qualidades requeridas para votar) domicílio certo na Provincia, há quatro annos inclusive pelo menos. Além disso deverá ter 25 annos de idade, ser homem probro e honrado, de bom entendimento, sem nenhuma sombra de suspeita e inimidade à Causa do Brazil, e de decente subsistência por emprego, ou industria, ou bens.
7. Nenhum Cidadão poderá escusar-se da nomeação, nem entrar com armas nos lugares das Eleições.

CAPÍTULO III

DO MODO DE APURAR OS VOTOS

1. Recolhidas, contadas e verificadas todas as listas, a Mesa apurará os votos applicando o maior cuidado e exacção neste trabalho, distribuindo o Presidente as letras pelos Secretarios e escrutinadores, e elle mesmo lendo os nomes conteúdos nas mencionadas listas.
2. Terminada a apuração destas, proceder-se-ha á conta dos votos, e o Secretário formará uma relação de todos os sujeitos que os obtiveram, pondo o número em frente do nome. Então o presidente e a Mesa, verificando si os que alcançaram a pluralidade possuem os requisitos exigidos e demarcados no § 60 do capítulo II, os publicará em alta voz. No caso de empate decidirá á sorte.
3. O acto destas Eleições é sucessivo; as dúvidas que ocorrerem serão decididas pela mesa, e a decisão será terminante.
4. Publicado os eleitores, o Secretário lhe fará immediatamente ávido para que concorram à casa onde se fizeram as Eleições. Entretanto lavrará o Termo dellas em livro competente, o qual será por elle sobrescripto, e assignado pelo Presidente, Parocho e Escrutinadores. Deste se extrahirão as cópias necessárias, igualmente assignadas, para se dar uma a cada Eleitor, que lhe servirá de Diploma, remetter-se uma á Secretaria de Estado dos Negócios do Brazil e uma ao Presidente da Camara das Cabeças de Districto.

[...]
6. Reunidos os eleitores, os Cidadãos que formaram a Mesa, levando-os entre si e acompanhados do Povo, se dirigirão a Igreja Matriz, onde se cantará um Te-Deum solemne. Fará o Parocho todas as

despezas de altar e as camaras todas as outras; bem como prove-
rão de papel e livros todas as juntas todas as juntas Parochiaes.

7. Todas as listas de votos dos Cidadãos serão fechadas e selladas, e remettidas com o Livro das Actas ao Presidente da Camara da Comarca para serem guardadas no Arquivo della, pondo-se-lhe rotulos por fôra, em que se declare o número das listas, o ano e a Freguezia, acompanhado tudo de um officio do Secretário da Junta Parochial.
8. Os Eleitores dentro de quinze dias depois da sua nomeação, achra-se-hão no Districto que lhes foi marcado. Ficarão suspensos pelo espaço de 30 dias, contados da sua nomeação, todos os processos civis em que elles foram autores ou réus.
9. Todas essas ações serão praticadas a portas abertas e francas.

[...]

Rio de Janeiro, 11 de Dezembro de 1823.

[...]

Mandamos, portanto, a todas as Autoridades, a quem o conhecimento e execução desta Constituição pertencer, que a jurem, e façam jurar, a cumpram, e faça cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contem. O Secretario de Estado dos Negócios do Império a façam imprimir, publicar e correr.

Desta cidade do Rio de Janeiro, aos vinte e cinco de Março de mil oitocentos e vinte quatro, terceiro da Independência e do império.

IMPERADOR Com Guarda.

ANEXO 2 - DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1823

DECRETO DE 17 DE NOVEMBRO DE 1823

Manda proceder às eleições para Deputados á Assembleia Geral Constituinte e Legislativa.

CAPÍTULO VI

Das Eleições

[...]

Art. 90. As nomeações dos Deputados, e Senadores para a Assembléa Geral, e dos membros dos Conselhos Geares das Províncias, serão feitas por Eleições indirectas, elegendo a massa dos Cidadãos activos em Assembléas Parochiaes os Eleitores de Provincia, e estes os Representantes da Nação, e Provincia.

Art.91. Têm votos nestas Eleições Primárias.

- I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos políticos.
- II. Os estrangeiros naturalizados.

Art.92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

- I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachareis Formados, E Clerigos de Ordens Sacras.
- II. Os filhos famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem Officios publicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entra os Guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.
- IV. Os Religiosos, e quaesquer, que viviam em Communidade claustral.
- V. Os que não tiveram renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

Art.93. Os que não podem votar nas Assembléas Primárias de Parochia não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art.94. Podem ser Eleitores, e votar nas eleições dos Deputados, Senadores e Membros dos Conselhos de Provincia todos os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuão-se:

- I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.
- II. Os Libertos
- III. Os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

Art.95. Todos os que podem ser Eleitores, são habeis para serem nomeados Deputados.

Exceptuam-se:

- I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda líquida.
- II. Os Estrangeiros naturalizados.
- III. Os que não professarem a Religião do Estado.

Art.96. Os Cidadãos Brasileiros, em qualquer parte que existam, são elegíveis em cada distrito eleitoral para Deputados, ou Senadores, ainda quanto não sejam nascidos, residentes ou domiciliados.

Art.97. Uma Lei regulamentar marcará o modo prático das eleições, e o número dos Deputados relativamente á população do Império.